UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FFCLRP - DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO, INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

A interiorização da assistência à infância e a experiência do *Asylo de Orphans Anália Franco* em Ribeirão Preto (1901-1925)

Carla Cristina Johansen

Dissertação apresentada à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo, como parte das exigências para a obtenção do título de Mestre em Ciências, Área: Educação.

RIBEIRÃO PRETO - SP
2017

CARLA CRISTINA JOHANSEN

A interiorização da assistência à infância e a experiência do *Asylo de Orphans Anália Franco* em Ribeirão Preto (1901-1925)

Dissertação apresentada à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo, como parte das exigências para a obtenção do título de Mestre em Ciências, Área: Educação (versão original).

Orientador: Prof. Dr. Sérgio César da Fonseca

RIBEIRÃO PRETO - SP
2017

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Johansen, Carla Cristina

A interiorização da assistência à infância e a experiência do Asylo de Orphans Anália Franco em Ribeirão Preto (1901-1925)

132 p. : il. ; 30 cm

Dissertação de Mestrado, apresentada à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto/USP. Área de concentração: História da Educação.

Orientador: Fonseca, Sérgio César da.

1. Assistência à Infância. 2. Interiorização. 3. Anália Franco.

JOHANSEN, Carla Cristina

A interiorização da assistência à infância e a experiência do Asylo de Orphans
Anália Franco em Ribeirão Preto (1901-1925)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação
do Departamento de Educação, Informação e Comunicação da
Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da
Universidade de São Paulo, como parte das exigências para obtenção
do título de Mestra em Ciências

Aprovado em: __/__/__

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Profa. Dra. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Aos meus pais, João e Cristina.

AGRADECIMENTOS

Ao Prof. Dr. Sérgio César da Fonseca, que contribui com minha formação docente desde a graduação e a quem agradeço imensamente pelos constantes diálogos e ensinamentos que me permitiram construir esta pesquisa. Gratidão, também, pela confiança em mim depositada.

Aos meus pais e à minha irmã Letícia, assim como à toda minha grande família, por serem o porto seguro de todos os momentos e por compreenderem minha ausência durante a realização deste trabalho.

À minha avó Leonor, por tanto ter contribuído na construção da pessoa que sou hoje, e que partiu antes de me ver conquistar o título de Mestra, embora eu tenha a certeza de que, onde quer que ela esteja, continua vibrando por cada conquista minha.

Ao meu companheiro Bruno, que foi meu braço direito na árdua conciliação dos estudos com o trabalho e as outras tarefas da vida. Agradeço pelo companheirismo e pela compreensão do cansaço. Agradeço pelas inúmeras vezes em que assumiu as tarefas de nosso lar sozinho, e por nunca ter me feito cobranças quanto a isso, mas ao contrário, estar ali sempre me incentivando a superar meus limites. Gratidão, também, pelo auxílio na análise dos dados quantitativos desta pesquisa.

Aos meus amigos, que por grande sorte minha, são muitos para que sejam todos aqui citados. Agradeço por todo apoio durante este processo, por aceitarem dividir momentos comigo, pelos risos compartilhados e, também, pelo ombro amigo quando necessário.

Aos membros da *Loja Maçônica Estrella D'Oeste*, de Ribeirão Preto, em especial a Roberto Trinca, pela atenção e grande contribuição com a análise dos documentos referentes ao asilo ribeirão-pretano.

Ao acolhimento que a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto me proporciona desde 2008, e aos docentes do curso de Pedagogia, aos quais sou muito grata por todas as contribuições à minha formação, inclusive durante o processo de mestrado.

“Sou professor a favor da esperança que me anima apesar de tudo. Sou professor contra o desengano que me consome e imobiliza. Sou professor a favor da boniteza de minha própria prática, boniteza que dela some se não cuido do saber que devo ensinar, se não brigo por este saber, se não luto pelas condições materiais necessárias sem as quais meu corpo, descuidado, corre o risco de se amofinar e de já não ser o testemunho que deve ser de lutador pertinaz, que cansa mas não desiste” (FREIRE, 1996, p. 115-116).

RESUMO

JOHANSEN, Carla Cristina. **A interiorização da assistência à infância e a experiência do Asylo de Orphans Anália Franco em Ribeirão Preto (1901-1925)**. 2017. 132 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2017.

No início do século XX, a educadora Anália Franco se destacava em ações no campo da assistência à infância em situação de pobreza e/ou abandono, área em que pouco atuava o Estado brasileiro. Em 1901, criou a Associação Feminina Beneficente e Instrutiva (AFBI) e a presente pesquisa objetiva analisar qual sua influência no processo de interiorização da assistência à infância no Estado de São Paulo e, para concretizar este intento, optou-se pelo estudo do *Asylo de Orphans Anália Franco*, fundado em Ribeirão Preto no ano de 1917. Buscou-se, então, dar luz às formas de organização e atuação da referida instituição e optou-se por um recorte cronológico que se inicia no ano de 1901, quando foi fundada a AFBI, até o ano de 1925, quando a diretoria do asilo ribeirão-pretano elaborou um detalhado relatório sobre as práticas ali realizadas. A análise de fontes documentais demonstra que a criação do asilo em Ribeirão Preto foi parte de um projeto de assistência consolidado por Anália Franco no Estado de São Paulo, que possibilitou a criação de várias instituições em diversas localidades interioranas por meio da instauração de um modelo institucional, que contava até mesmo com publicações de cunho educacional para unificar o trabalho realizado e criação de comissões de fiscalização das instituições. A análise permite concluir que o asilo ribeirão-pretano seguia um padrão de organização e era modelado de acordo com o que pretendia Anália Franco para as instituições da AFBI. Mas, ainda que a instituição contasse com a organização em diferentes níveis de ensino e fosse seu objetivo possibilitar que as meninas superassem o abandono que as levaram à internação, os dados demonstram que fatores internos e insuficiente contribuição financeira advinda de poucas subvenções do poder público e de doações particulares, representavam impedimentos à realização do trabalho pretendido.

Palavras-chave: Assistência à Infância. Interiorização. Anália Franco.

ABSTRACT

JOHANSEN, Carla Cristina. **The interiorization of child care and the experience of the Asylo de Orphans Anália Franco in Ribeirão Preto (1901-1925)**. 2017. 132 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2017.

In the beginning of the 20th century, the educator Analia Franco stood out for her actions in the area of child care, with children in a situation of poverty and/or abandonment, an area in which the Brazilian Government was almost inactive. In 1901, she created the Beneficent and Instructive Women's Association (AFBI) and this research aimed to analyze what was her influence in the process of taking child care to the interior of the State of São Paulo and, to get to this aim, it was opted to study the *Asylo de Orphans Anália Franco*, founded in the city of Ribeirão Preto in 1917. It was then sought to bring light to the ways the mentioned institution was organized and operated, opting for a chronological research starting in 1901, when the Beneficent and Instructive Women's Association was founded, until the year of 1925, when the Directors of the asylum of Ribeirão Preto created a detailed report about the practices performed there. The analysis of documentary sources shows that the creation of the asylum in Ribeirão Preto was part of an assistance project consolidated by Analia Franco in São Paulo State, which made possible the foundation of several other institutions in many different cities of the same State by creating an institutional model, that even counted with educational publications designed to unify the work that was being done and creation of commissions that supervised the institutions. The analysis allows concluding that the asylum of Ribeirão Preto followed a pattern of organization and was modeled according to what Analia Franco intended to all institutions of the Beneficent and Instructive Women's Association. However, even though the institution had many different levels of teaching and its goal was to have girls overcome the abandonment that lead them there, data showed that internal factors and insufficient financial contribution arising from public authorities and donations from citizens constituted obstacles to the concretization of the intended work.

Key Words: Child care. Interiorization. Anália Franco.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Trecho do Relatório da AFBI referente a 1912.....	40
Figura 2 – Trecho do Relatório do Asylo de Orphans Anália Franco de Ribeirão Preto (1925).....	59
Figura 3 – Projeto da fachada do Asylo de Orphans Anália Franco (1921).....	60
Figura 4 - Fotografia da planta da Sede Social do Asylo de Orphans Anália Franco (1922).....	61
Figura 5 – Sala da administração do Asylo de Orphans Anália Franco de Ribeirão Preto (não datada).....	62
Figura 6 – Trecho do Relatório do Asylo de Orphans Anália Franco de Ribeirão Preto (1925).....	63
Figura 7 – Fotografia do dormitório do Asylo de Orphans Anália Franco (não datada).....	64
Figura 8 – Fotografia das internas do Asylo de Orphans Anália Franco realizando trabalhos de costura (não datada).....	71
Figura 9 – Fotografia das internas em sala de aula no Asylo de Orphans Anália Franco (não datada).....	72
Figura 10 – Fotografia das internas se apresentando na festa de natal do Asylo de Orphans Anália Franco de Ribeirão Preto (não datada).....	84
Figura 11 – Fotografia do médico Eugênio Rocha trazida no Relatório do Asylo de Orphans Anália Franco de Ribeirão Preto (1925).....	88
Figura 12 – Fotografia de internas “mais velhas” realizando serviços domésticos na cozinha do Asylo de Orphans Anália Franco (não datada).....	97
Figura 13 – Fotografia das internas do Asylo de Orphans Anália Franco (não datada).....	98

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Relação entre o número de internas, matrículas e desligamentos por ano no Asylo de Orphans Anália Franco de Ribeirão Preto (1917-1925).....	90
Gráfico 2: Idade das internas (em anos) no ato da matrícula no Asylo de Orphans Anália Franco de Ribeirão Preto (1917-1925).....	94
Gráfico 3: Período de permanência no Asylo de Orphans Anália Franco de Ribeirão Preto (em anos) das internas matriculadas entre 1917 e 1925.....	95

Gráfico 4: Idade das internas (em anos) ao deixarem o Asylo de Orphans Anália Franco de Ribeirão Preto (1917-1925).....	96
---	----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Estabelecimentos assistenciais ativos em Ribeirão Preto entre 1896 e 1938 (FONSECA, 2015, p.473).....	52
---	----

Quadro 2: Naturalidade das internas do Asylo de Orphans Anália Franco de Ribeirão Preto matriculadas entre 1917 e 1925.....	92
---	----

SUMÁRIO

1 - INTRODUÇÃO.....	12
1.1. Metodologia e fontes: caminhos para a construção dos dados.....	18
2 – A ASSISTÊNCIA À INFÂNCIA NO BRASIL DO INÍCIO DO SÉCULO XX.....	22
2.1 – Anália Franco e a interiorização da assistência à infância no Estado de São Paulo.....	27
3 – RIBEIRÃO PRETO ENTRE A MODERNIDADE E A EXCLUSÃO SOCIAL.....	46
3.1 – O cenário dos fatos: Ribeirão Preto.....	46
3.2 – A infância pobre ribeirão-pretana.....	49
3.3- A criação do Asylo de Orphans Anália Franco: marcos fundantes.....	53
4 – O ASYLO DE ORPHANS ANÁLIA FRANCO DE RIBEIRÃO PRETO.....	65
4.1 – A organização do ensino – conexões com as publicações de Anália Franco.....	65
4.2 - Os sujeitos e suas práticas.....	74
4.2.1 – Diretoria	74
4.2.2 – Docentes e “beneméritos”	84
4.2.3 – As asiladas: reconstruindo suas trajetórias por meio de alguns dados quantitativos.....	89
5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	100
REFERÊNCIAS	104
APÊNDICE.....	113
ANEXOS.....	117

1. Introdução

A infância: múltiplas são as reflexões e questionamentos acerca de quais fatores a definem como uma etapa da vida, e quais especificidades e necessidades inerentes a ela constituem temas recorrentes no discurso político, científico e leigo. Opiniões e ideias divergem no que se refere a direitos, educação e até mesmo à punição (discussões sobre a redução da maioridade penal, por exemplo) de adolescentes e crianças em nosso país. É perceptível a proximidade de alguns aspectos no trato com a infância atualmente com as ações que eram realizadas em séculos passados, principalmente quando o sujeito criança pertence ao grupo dos social e economicamente excluídos, aos quais ainda restam, de maneira geral, a marginalidade, a violência, o abandono e a repressão.

Concordando com a ideia de que “toda a história é bem contemporânea, na medida em que o passado é apreendido no presente e responde, portanto, aos seus interesses” (LE GOFF, 1990, p. 14), surgiu como motivação pessoal à presente pesquisadora buscar as raízes históricas dos discursos e ações relacionados à infância na sociedade atual. Além disso, as motivações para a pesquisa surgiram também em minha prática docente na educação básica da rede pública de ensino no interior do Estado de São Paulo, pois é bastante notável o desconhecimento da história de sua própria profissão pelos professores, assim como da história do público alvo de nossos atos educacionais: as crianças.

Assim, esta pesquisa aborda um recorte da construção do lugar social que ocupa a infância atualmente, principalmente a pobre, e se desenvolveu no caminho de investigar ações relacionadas à assistência à infância em um período delimitado, para elucidar o processo de construção de uma forma específica de assistência, a institucional. Seu objetivo é esclarecer qual a participação de Anália Franco e da *Associação Feminina Beneficente e Instructiva* (AFBI), fundada pela mesma na cidade de São Paulo no ano de 1901, na interiorização da assistência institucional à infância pobre e abandonada no Estado de São Paulo e, para alcançar tal propósito, esse processo foi analisado pela perspectiva de uma instituição interiorana, o *Asylo de Orphans*, depois Lar, Anália Franco, na cidade de Ribeirão Preto. Por meio da análise de fontes que documentam o processo de criação e as práticas da referida instituição, buscou-se compreender quais as conexões entre o asilo e a obra de Anália e, portanto, se o uso de seu nome se enquadraria como mera homenagem ou se houve algum outro tipo de relação entre as partes.

Dessa forma, a pesquisa toma por caso de estudo uma instituição localizada no município de Ribeirão Preto, o que constitui uma delimitação temática cujo propósito é estudar a repercussão de um grande processo a partir de um foco que tem seu contexto histórico, espacial e social circunscritos regionalmente, ou seja, é por meio do estudo do asilo ribeirão-preitano que se pretende tornar mais clara a atuação/influência de Anália Franco na história da assistência à infância paulista.

Também cabe como justificativa da escolha pelas temáticas da história da infância e das instituições escolares¹, o caráter marginal que essas ocupam dentro da área da História da Educação, gerando assim certa necessidade de aumentar a visibilidade para elas. A comprovação dessa afirmação vem da pesquisa realizada por Galvão et. al. (2008) sobre as publicações entre os anos de 2001 e 2007 de um periódico de considerável importância na pesquisa na área: a Revista Brasileira de História da Educação (RBHE). Dos 98 artigos publicados nesse período pela revista e analisados na pesquisa, apenas quatro tiveram como tema principal a história de instituições escolares, e somente dois abordaram a história da infância, números bastante baixos se comparados aos três temas que mais aparecem nas publicações: “ideias educacionais, sistemas de pensamento e intelectuais da educação”; “historiografia da educação e sistemas escolares” e “políticas educacionais”, cuja soma é de 46 artigos, perfazendo 47% do total (p.199).

Nesse contexto se desenvolveu a trajetória da presente investigação, sendo que o primeiro contato da pesquisadora com o trabalho de Anália Franco foi por meio da leitura de pesquisas já realizadas, que objetivaram reconstruir sua trajetória e suas ações no campo da assistência à infância no início do século XX. A leitura iniciou-se pela obra biográfica de Eduardo Carvalho Monteiro (2004), intitulada *Anália Franco: a grande dama da educação brasileira*, na qual o autor narra a trajetória de vida de Anália. Sua leitura contribuiu com informações importantes, mas cabe ressaltar o caráter apologético da descrição de Anália realizada por Monteiro, assim como pouca clareza em relação às fontes das quais se utilizou para obter alguns dados.

Então, foi necessário realizar uma busca para verificar se havia mais algum tipo de produção sobre a vida e a obra de Anália Franco. Esse processo possibilitou o acesso a muitas informações imprescindíveis à presente pesquisa, tornando possível, inclusive, descobrir a localização de algumas fontes documentais aqui utilizadas. Um dos trabalhos norteadores foi a

¹ Embora o *Asylo de Orphans Anália Franco*, objeto de estudo desta pesquisa, tivesse cunho assistencial, não se pode deixar de considerá-lo como uma instituição educacional, pois era nesse espaço que as internas se educavam e permaneciam por um período de tempo de suas vidas.

dissertação de mestrado de Lodi-Corrêa (2009), um estudo histórico-biográfico sobre Anália e que, para além das informações valiosas sobre sua vida e obra, apontou caminhos para a procura de fontes documentais no Arquivo Público do Estado de São Paulo. Merece destaque um trecho citado por Lodi-Corrêa, que aponta para a necessidade de estudos com o propósito da presente investigação:

Não pudemos entrar no mérito das instituições fundadas por todo o estado de São Paulo através do incentivo de Anália Franco e relacionadas à AFBI. Talvez essa relação entre a capital e as outras unidades da Associação seja tema suficiente para outro projeto de mestrado, considerando o tempo que temos para a produção acadêmica (LODI-CORRÊA, 2009, p. 137).

Lodi-Correa se refere, nesse trecho, justamente ao objetivo aqui proposto: elucidar as relações entre Anália Franco e as instituições do interior do Estado que carregaram seu nome e/ou foram, de alguma forma, influenciadas pela educadora. Faz-se necessário ter a consciência que também não é possível, no presente trabalho de mestrado, esgotar todas as informações sobre o papel que exerceu Anália Franco na construção da assistência à infância paulista.

Além da pesquisa supracitada, outra pesquisa de mestrado teve grande importância para o conhecimento do trabalho de Anália, principalmente na capital paulista: Oliveira (2007) aborda as práticas sociais e educativas na obra de Anália Franco, relacionando a educação da criança e das mulheres pobres, no final do século XIX e início do XX. Sua pesquisa demonstra quão influente foi Anália, inclusive como uma personalidade que pensou na organização de seu trabalho e produziu intensa publicação de suas ideias no campo educacional, apoiada pelas relações que conseguiu estabelecer com autoridades religiosas (espíritas e maçons) e autoridades públicas.

Em todas as referências, Anália Franco é descrita como uma mulher à frente de seu tempo. Embora haja algumas divergências em relação ao ano exato de seu nascimento, na maioria das pesquisas considera-se que tenha nascido no ano de 1856, e desde muito jovem conheceu o trabalho na sala de aula, já que em 1868, aos doze anos de idade, já era auxiliar de sua mãe, professora, na província de São Paulo (LODI-CORRÊA, 2009). Em 1901, Anália foi a fundadora da Associação Feminina Beneficente e Instrutiva (AFBI), por meio da qual pôde se dedicar de forma mais intensa ao amparo e à educação de mulheres e crianças em situação de pobreza e/ou abandono. A educadora foi presidente da Associação até seu falecimento, em 1919, vítima de gripe espanhola, e foi casada com Francisco Antônio Bastos, figura que teve considerável participação na edificação de sua obra assistencial. Não foram encontrados registros de que o casal tenha tido filhos.

A atuação de Anália Franco como educadora se deu em um momento em que as mulheres tinham pouco ou nenhum espaço na sociedade, predominantemente conservadora e patriarcal, que acabava de sair do regime de escravidão e que teve o catolicismo como única religião aceita. Dessa forma, Anália se destacou por defender o direito e a importância da educação das mulheres e das crianças para sua emancipação, a igualdade étnica, assim como preceitos abolicionistas, feministas e republicanos. (LODI-CORRÊA, 2009).

É necessário ter cautela para compreender o que significa defender esses preceitos em um contexto histórico específico e diferente do atual e que, portanto, as escolhas de Anália não têm possibilidade de terem sido neutras, mas sim determinadas por sua vivência enquanto mulher inserida em uma sociedade patriarcal. Ainda assim, suas ideias transgrediam as regras sociais vigentes no início do século XX e, frequentemente, incomodavam os que apostavam na manutenção dessas regras como condição para se manter a ordem estabelecida. Dessa forma, as ações da educadora em relação às crianças pobres foram consideradas inovadoras à época, e ela teve de superar alguns obstáculos postos a seu trabalho, como a ira de autoridades católicas por ter relações com o espiritismo e a maçonaria. As dificuldades levaram Anália Franco a, no início de sua jornada, gastar seu próprio salário de professora e pedir esmolas nas ruas junto a seus abrigados, gerando ainda mais revolta (KISHIMOTO, 1986). O que a presente pesquisa busca destacar é que Anália Franco conseguiu superar a maioria das dificuldades enfrentadas, demonstrando grande capacidade de organização e diálogo com filantropos, autoridades políticas, espíritas e da maçonaria, e criando alianças que possibilitaram a expansão de seu projeto e a interiorização de suas ações em prol das mulheres e das crianças no Estado de São Paulo, principalmente por meio da *Associação Feminina Beneficente e Instructiva* (AFBI).

Optou-se aqui por um recorte cronológico que se inicia então no ano de 1901, quando foi fundada a AFBI, até o ano de 1925, quando a diretoria do *Asylo de Orphans Anália Franco*, em Ribeirão Preto, escreveu um relatório elaborado sobre as práticas da instituição, para acompanhar um pedido de subvenção ao governo estadual. O documento em questão foi enviado para a capital paulista no ano de 1927, mas refere-se ao exercício dos anos de 1924 e 1925, tendo sido apresentado em assembleia em 25 de julho de 1925. O recorte definido foge ao usual na pesquisa em História, nas quais o recorte se refere predominantemente a ações de uma mesma instituição, o que não ocorre no presente trabalho, no qual é escolhido como marco inicial a fundação da AFBI e como marco final um relatório do asilo ribeirão-pretano. Tal peculiaridade se justifica pelo objetivo de estudar aqui todo o processo que ocorreu antes e que levou à criação do asilo e, também, algumas ações de Anália referentes a outras instituições interioranas, por isso a opção de iniciar com a criação da AFBI. Considerando que a pesquisa

objetiva ainda compreender a relação de Anália e da AFBI pela perspectiva de uma dessas instituições, optou-se por utilizar como marco final o relatório do asilo, por meio do qual foi possível conhecer algumas ações realizadas na instituição, assim como outras informações relacionadas à sua organização, movimentações financeiras e quem foram as internas.

Este recorte localiza-se no contexto da Primeira República do Brasil e algumas das características desse tempo são marcantes, assim como suas repercussões no estado, na capital e até mesmo no interior paulista, causadas por mudanças provocadas pela economia. O Estado de São Paulo, sua capital e suas fronteiras agrícolas do interior receberam constantes ondas de imigração desde fins do século XIX, o que introduziu novos sujeitos no tecido social das cidades e no campo, propiciando acentuadas diferenças sociais, aliadas ainda aos deslocamentos resultantes da abolição da escravidão e da crescente urbanização paulistana e de outros núcleos, como Ribeirão Preto, urbanização esta relacionada também à economia cafeeira, em ascensão nesse período (CARONE, 1972; PAZIANI, 2004, 2005). Assim, também se justifica a escolha pelo Estado de São Paulo e, mais especificamente, pelo município de Ribeirão Preto. Além disso, buscou-se aqui valorizar a memória local e contribuir não somente para o registro da história das instituições de assistência na região de Ribeirão Preto, mas se espera que se incentive a investigação de mesma natureza em outras cidades.

Para além das justificativas em relação à escolha do tema dessa pesquisa, faz-se necessário ainda explanar brevemente a trajetória de formação da pesquisadora, a fim de compreender de forma ainda mais aprofundada as motivações que levaram a essa investigação. Concluí o curso de graduação em Pedagogia no ano de 2012 na mesma faculdade em que realizo o mestrado, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, da Universidade de São Paulo. Durante a graduação, tive contato com a pesquisa científica por meio de uma iniciação na área de educação especial, na qual realizei uma pesquisa sobre a formação docente para a educação de surdos, financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), entre janeiro de 2012 e janeiro de 2013.

Ao término da graduação, no final de 2012, optei por me distanciar do meio acadêmico e atuar como professora na educação básica, até mesmo para amadurecer meus interesses de pesquisa. Em 2013, iniciei meu trabalho como docente na rede pública no ensino básico e, nesse contexto, crescia um interesse já nascido na graduação pela história da infância, pelos motivos já citados anteriormente. Assim, em agosto de 2015, ingressei no Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, com a presente pesquisa, orientada pelo Prof. Dr. Sérgio César da Fonseca.

Durante o mestrado, cursei disciplinas que contribuíram de forma relevante ao desenvolvimento desta. Dentre elas, destaco a disciplina “Revisão Bibliográfica: Mapeando o Campo do Conhecimento e Situando seu Objeto de Estudo”, ministrada no primeiro semestre de 2016 pelas Profas. Dras. Carmen Lucia Cardoso e Katia de Souza Amorim, e vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da mesma faculdade, em que pude construir um trabalho de revisão bibliográfica sobre o tema da história da infância e, assim, encontrar algumas referências que compõem essa dissertação, mesmo motivo pelo qual também destaco a disciplina “Infância, História e Educação”, ministrada pelo Prof. Dr. Sérgio César da Fonseca (orientador dessa pesquisa).

Cabe ressaltar ainda que foram realizadas 120 horas-atividade de estágio remunerado como bolsista no Programa de Aperfeiçoamento do Ensino (PAE), durante os meses de fevereiro a junho de 2016, em que foram desenvolvidas atividades na disciplina “História da Educação”, também ministrada pelo Prof. Dr. Sérgio César da Fonseca, aos alunos do curso de graduação em Pedagogia. Na realização desse trabalho, foi possível acompanhar as aulas, organizar e ministrar uma aula, assim como organizar atividades extras, oportunidades que permitiram minha inserção, ainda que breve, na prática da docência universitária.

Nesse contexto, essa dissertação foi construída e organizada nos capítulos que seguem, sendo que neste primeiro são trazidas a introdução e a metodologia de trabalho. Já no segundo capítulo, foi feita uma breve revisão da literatura que trata da condição da infância, especialmente a considerada pobre, no Brasil do início do século XX. Tratando do caso específico do Estado de São Paulo, buscou-se destacar o papel de Anália Franco na criação de instituições na capital, a cidade de São Paulo, assim como elucidar quais os caminhos encontrados pela educadora para expandir seu modelo assistencial por diversas cidades do interior paulista.

No terceiro capítulo, o objetivo foi olhar para o caso específico do município de Ribeirão Preto à época, sua fama de capital do café e o fato de ter atraído certo contingente de pessoas, dentre elas imigrantes que vieram ao Brasil e ao município para trabalhar nas lavouras e migrantes que buscavam melhores condições de vida. Como consequência, o início do século XX foi marcado pelo surgimento de um grupo de excluídos locais, a destoar da paisagem moderna do centro da cidade, inclusive crianças e adolescentes e, buscou-se, também nesse capítulo, dar luz ao tratamento que a sociedade ribeirão-pretana destinava a esses sujeitos. Dentre as instituições que ali existiam como alternativa aos menores em situação de abandono, foi criado o *Asylo de Orphans Anália Franco*, em 1917, por iniciativa de Anália Franco e com cooperação da *Loja Maçônica Estrella D'Oeste*, e algumas fontes documentais que permitem

conhecer seu processo de criação e suas formas de organização inicial também são trazidas no terceiro capítulo.

Por fim, o quarto capítulo é dedicado exclusivamente ao asilo ribeirão-pretano, a fim de elucidar o funcionamento da instituição, buscando conexões com a obra e as publicações de Anália Franco. Para tal, inicialmente foi abordada a organização do ensino no asilo, para então traçar um perfil dos sujeitos que compuseram a prática da instituição de 1917, quando foi criado, até 1925: diretoria, professores, munícipes que doaram seus serviços e as internas. Quanto às últimas, a finalização do capítulo trata justamente de suas trajetórias, por meio de uma breve análise quantitativa dos dados trazidos pelo Livro de Matrículas do asilo, pois foi essa a maneira mais coerente aqui encontrada para compreender se a complexa organização do atendimento ali realizado permitiu alcançar o objetivo principal da instituição: acolher meninas em situação de abandono e educá-las para que tivessem meios de “retornarem” à sociedade com condições de prover seu próprio sustento. Para concluir, as considerações finais trazem um balanço das discussões e permitem levantar alguns pontos em relação ao trato com a infância no Brasil atualmente.

1.1. Metodologia e fontes: caminhos para a construção dos dados

Por se tratar do estudo das condições de existência da infância dentro de uma instituição de educação e abrigo nas primeiras décadas do século XX, impôs-se a necessidade de recorrer à memória por ela produzida, seus registros e documentos, assim como à memória que permite dar luz às motivações de sua existência. Dessa forma, a localização das fontes envolveu a procura por meio de outras pesquisas já realizadas sobre o tema, dentre as quais se destacam:

- a) A dissertação de mestrado defendida em 2009 por Samantha Lodi-Corrêa, intitulada *Anália Franco e sua ação sócio-educacional na transição do Império para a República (1868-1919)*, que consiste em um estudo histórico-biográfico de Anália Franco. Esse trabalho contribuiu com muitas informações sobre a vida e a obra de Anália e indicou a localização de algumas fontes, principalmente no Arquivo Público do Estado de São Paulo; e
- b) O relatório de iniciação científica produzido e enviado em 2010 para a FAPESP por Thaise Vieira de Araujo, intitulado *A assistência a meninas órfãs e pobres no “Asylo de Orphans Anália Franco” em Ribeirão Preto (1917-1930)*, que objetivou estudar a organização e a prática da assistência à infância pobre e/ou abandonada em Ribeirão Preto, com destaque para a análise da atuação do asilo, desde sua fundação, em 1917, até 1930. Essa pesquisa

contribuiu de forma significativa com informações sobre o asilo e com a localização das fontes na *Loja Maçônica Estrella D'Oeste*².

A leitura dos referidos trabalhos permitiu direcionar a busca pelas fontes, mas não foi o que definiu toda a coleta de dados, pois também foi efetivado um esforço no sentido de encontrar fontes ainda não exploradas. Assim, foram realizadas pesquisas em arquivos históricos, por meio de visitas presenciais ao Arquivo Público do Estado de São Paulo e ao Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto. No primeiro, as buscas totalizaram cinco dias e, depois de muito procurar, foram encontrados quatro estatutos da AFBI e algumas edições do periódico *A Voz Maternal*, meio de divulgação das ações da Associação aos sócios; já no segundo, foram realizadas algumas visitas e foram encontrados alguns documentos da Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto relacionados ao asilo, como a planta do prédio e alguns requerimentos.

Grande parte da coleta de dados foi realizada na *Loja Maçônica Estrella D'Oeste*, em Ribeirão Preto, mantenedora do asilo na cidade. Embora muito bem conservados em sua totalidade, os documentos referentes à instituição se encontravam todos armazenados em um armário e não seguiam uma organização sistemática, visto que ali não há nenhum profissional para isso e nem é essa a função da Ordem Maçônica. Portanto, foi necessário um tempo maior para a realização dessa etapa do trabalho, a fim de compreender do que se tratava e qual o período de cada fonte documental ali encontrada. Além disso, também foi possível acessar algumas atas de reuniões da referida *Loja*, o que permitiu reconstruir o processo de criação do asilo. Vale ressaltar que, desde o início da pesquisa, houve bastante disponibilidade dos maçons responsáveis pela *Loja Maçônica Estrella D'Oeste*, o que permitiu a realização semanal de coleta dos dados e o acesso a fontes importantes a essa investigação.

A pesquisa em acervos digitais, possível pelo acesso à Rede Mundial de Computadores, também se constitui como um pilar do presente trabalho, pois as fontes disponibilizadas pela Fundação Carlos Chagas, pelo acervo histórico da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, pelo Arquivo Público do Estado de São Paulo, pela Hemeroteca Digital Brasileira (pertencente ao domínio da Biblioteca Nacional Digital) e pelo acervo histórico do jornal O Estado de São Paulo, compõem grande parte das fontes aqui analisadas.

² O termo “Loja”, bastante recorrente nesse texto, é um termo pertencente ao universo da Maçonaria, utilizado para designar tanto um grupo de maçons quanto o lugar (prédio) onde acontecem as reuniões da Ordem (HODAPP, 2016).

Com as fontes localizadas, foi necessário selecionar quais seriam relevantes para a pesquisa, para então classificá-las, de acordo com a origem e os assuntos nelas tratadas, nas seguintes categorias³:

- a) *Documentos da Associação Feminina Beneficente e Instructiva (AFBI) e publicações de Anália Franco*: fontes documentais pertencentes à Associação, como estatutos, regimentos, relatórios e publicações sobre educação assinadas por Anália Franco, disponíveis no acervo digital da Fundação Carlos Chagas e no Arquivo Público do Estado de São Paulo (tanto no arquivo físico quanto no acervo digital).
- b) *Artigos e notícias de periódicos*: parte dos artigos jornalísticos que citaram Anália Franco no período de 1901 a 1925. Foi encontrado vasto material nos portais da Hemeroteca Digital Brasileira e no acervo digital do jornal *O Estado de São Paulo*. Foi realizada uma pesquisa nesses acervos utilizando “Anália Franco” como palavras-chave e definindo o período das publicações que se pretendeu investigar (1901-1925).
- c) *Documentos do Asylo de Orphans Anália Franco* de Ribeirão Preto: formulários, estatutos, regimentos, relatórios, fotografias, livros de atas, de doações de beneméritos e de matrículas produzidos pelo *Asylo de Orphans Anália Franco* de Ribeirão Preto, localizados, em sua maioria, na *Loja Maçônica Estrella D'Oeste*, assim como atas das reuniões da própria Loja Maçônica referida, nos anos correspondentes ao dessa pesquisa. O relatório produzido pela instituição, escolhido como marco final da pesquisa, pode ser acessado no acervo digital da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.
- d) *Fontes documentais produzidas pela Prefeitura e pela Câmara Municipal de Ribeirão Preto*: seleção de documentos que fizeram referência ao *Asylo de Orphans Anália Franco*, disponíveis no Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto.

Depois de classificadas as fontes, a análise envolveu a leitura dos documentos na íntegra, a seleção e a transcrição de trechos relevantes à pesquisa. Cabe ressaltar que, nesse processo, surgiram algumas dificuldades, principalmente no que tange à interpretação de manuscritos, que passaram tanto pela compreensão da linguagem um pouco diferente da atual, quanto pela difícil interpretação de alguns tipos de grafia. Além disso, a análise de textos de origem maçônica levou à necessidade de ajuda de um membro da Ordem na interpretação de alguns termos específicos. Essas dificuldades são comuns na análise documental e algumas precauções foram citadas como necessárias por Cellard (2012), dentre elas a importância de

³ Procurou-se, no aparecimento de cada fonte documental no corpo do texto, explicar de forma mais detalhada do que se trata.

avaliar a representatividade do material, ou seja, avaliar quem ou o que ele representa, e buscar compreender de forma correta a mensagem ali contida, inclusive no que tange a passagens e termos difíceis de interpretar e que são estranhos a quem os analisa.

Concordando ainda que “documento algum é neutro, e sempre carrega consigo a opinião da pessoa e/ou do órgão que o escreveu” (BACELLAR, 2008, p.63), a análise buscou considerar o contexto em que foram produzidas as fontes: por quem (ou por qual entidade coletiva) foram escritas, com quais objetivos, em que condições e em qual momento histórico, de forma a considerar que o que ali está escrito (ou não) foi colocado pelo(s) autor(es) com determinada(s) intencionalidade(s). A análise, então, baseia-se no fato de que as fontes que permitem reconstruir alguns aspectos da História também têm seu histórico de produção, portanto, é correto afirmar que as fontes também têm sua historicidade (PINSKY, 2008). Por conseguinte, aqui se buscou superar a superficialidade dos fatos, pois “somente quando integrados ao ‘quebra-cabeça’ de que fazem parte, ou seja, do sentido de sua existência, é que eles têm sentido” (MELO, 2010, p.18-19).

Para finalizar, é necessário ainda atentar especificamente para o uso de periódicos como fontes de pesquisa, pois não pode deixar de se considerar o papel exercido pela imprensa no início do século XX. Nesse período, em que se buscava superar o recente passado do regime imperial e da escravidão e celebrar a consolidação do regime republicano, a imprensa assume seu lugar na difusão da informação, tornando-se parte desse projeto de mudanças e de modernização da sociedade, de forma que seus discursos “se centraram basicamente numa sociedade que busca incisivamente o progresso” (SOUZA, 2009, p. 8).

Na transição entre os séculos XIX e XX, os jornais se profissionalizavam e métodos mais modernos permitiam a tiragem de um número maior de exemplares, de forma a consolidar o papel de importante difusor de notícias da imprensa. Muito se discute sobre a neutralidade do texto jornalístico, se haveria possibilidade de noticiar os fatos sem que o autor seja influenciado por suas próprias opiniões, pelo lugar social de sua publicação e por aquilo que deseja despertar no leitor. Segundo Luca (2008), até mesmo o fato de determinado acontecimento e/ou assunto se tornar notícia já é indicativo da decisão de alguém de dar visibilidade àquilo, o que por si só já torna a publicação desprovida de neutralidade. Além disso, a pesquisadora afirma que o lugar que a notícia ocupa dentro do periódico, o discurso utilizado, a coluna à qual é destinado, todas essas escolhas tomadas por quem escreve, edita e publica um periódico buscam provocar determinadas reações em determinados leitores. Foi nesse caminho que se buscou interpretar as frequentes citações sobre o trabalho de Anália Franco nos periódicos que compõem a análise a seguir.

2 – A Assistência à infância no Brasil do início do século XX

As discussões acerca de determinadas ações que ocorreram no campo da assistência à infância em um dado período histórico devem levar em conta que a própria definição de infância não é estática, assim como a definição de quem pertence ou não a esse grupo. Assim, é imprescindível recorrer à obra clássica nos estudos de história da infância de Philippe Ariès (1973), *História Social da Criança e da Família*. O lugar de Ariès no campo da história da infância é destacável, visto que “seu trabalho é reconhecido por ter introduzido definitivamente as crianças nas pesquisas acadêmicas e por ter afirmado a condição da infância como uma construção social” (PIRES, 2008).

Ariès buscou demonstrar o surgimento de um sentimento de infância, não somente no que se refere à afeição pelas crianças, mas principalmente como consciência da particularidade infantil, aquilo que distingue a criança do adulto. Já no primeiro capítulo de sua obra, afirma que esse sentimento era pouco presente na Idade Média, pois suas fontes indicavam que as crianças participavam da vida social medieval da mesma forma que os adultos. Segundo sua tese, é entre os séculos XV e XVII que a criança começa a tornar-se o centro da família nas representações artísticas e, a partir do século XVIII, não apareciam mais com as mesmas vestimentas dos adultos, sendo esse aspecto considerado por Ariès como forte distintivo social entre os mundos infantil e adulto, e, a partir de então, desenvolveram-se os comportamentos que permitem a construção do ideário de infância atual, com a introdução das ideias da inocência e docilidade infantis. Ariès atribui à escolarização o papel de principal responsável pelo isolamento da criança em relação ao mundo adulto, descrevendo esse período como uma espécie de “quarentena”, em que a criança se afastaria da sociedade e se formaria, então, menos influenciada por ela.

No mesmo caminho de elucidar a diferenciação social entre a criança e o adulto, Neil Postman (1999), em *O desaparecimento da infância*, afirma também que a visão de infância enquanto estrutura social não existia na Idade Média, tendo surgido em meados do século XVI e se aprimorado até a atualidade. Postman foi estudioso da comunicação estadunidense e, em sua perspectiva, os meios de comunicação são os principais responsáveis pelas mudanças nos processos de socialização e, conseqüentemente, na construção do ideário de infância.

O que se pretende com essas obras clássicas do estudo da história da infância é justamente trazer à tona a discussão acerca de que a definição de infância enquanto grupo específico e diferente do adulto nunca foi algo engessado, mas dinâmico e construído

socialmente. Assim, buscou-se aqui contextualizar, de forma breve, quais eram as preocupações com a infância externadas no início do século XX, para então compreender como foi construída a assistência à infância paulista nesse período e, portanto, o papel de Anália Franco e da *Associação Feminina Benéfica e Instructiva* nesse processo.

As primeiras décadas do século XX são marcadas como um momento em que a preocupação com a infância começou a tomar visibilidade a nível mundial, fato que levou as pessoas envolvidas nesse contexto a denominá-lo “século da criança” (LINDENMEYER e SANDIN, 2008). As altas taxas de mortalidade infantil, relacionadas às más condições de vida das crianças, começaram, nesse período, a mobilizar a opinião pública e, com base no movimento médico-higienista que se desenvolvia também internacionalmente, foram realizados inúmeros eventos científicos para se discutir e divulgar ideias sobre o trato com a infância.

No Brasil da recém proclamada República, acontecia o Congresso Brasileiro de Proteção à Infância (CBPI) e o 3º Congresso Americano da Criança (CAC), em 1922, que fizeram parte da Exposição Internacional Comemorativa do Centenário da Independência (KUHLMANN JR., 2002). Nesse evento, políticos, médicos, professores, religiosos, chefes de polícia, entre outros grupos sociais, tratavam de questões relacionadas à infância de forma a não se distanciarem daquilo que era discutido mundialmente: a educação integrada ao discurso da edificação da sociedade moderna, com destaque para a educação moral principalmente das crianças em situação de pobreza e/ou abandono, de forma que se discutia abertamente a necessidade de demarcação de seus lugares sociais e sua formação como trabalhadores passivos.

Os diferentes setores da sociedade brasileira do início do século XX – econômico, social, cultural e político – passavam por constantes transformações. O sistema político republicano, há pouco instaurado em 1889, ainda se organizava entre aquilo que aspiravam seus idealizadores e o que foi possível aplicar no contexto histórico de então. Em meio ao surgimento de novos padrões culturais que se desenvolviam juntamente ao crescimento da urbanização e da industrialização, tomava forma um forte entusiasmo pela escolarização, marcado pelo otimismo pedagógico, que teve seu ápice na década de 1920 e teve como base a “crença na possibilidade de reformar a sociedade pela reforma do homem, para o que a escolarização tem um papel insubstituível, pois é interpretada como o mais decisivo instrumento de aceleração histórica” (NAGLE, 1976, p. 100). Assim, as necessidades políticas e econômicas da Primeira República fizeram com que a escolarização se tornasse necessária e se iniciava uma campanha

pela disseminação da instrução primária e contra o analfabetismo, que assolava a maioria da população.

É em meio a esse contexto de entusiasmo pela educação e preocupação com a formação de uma sociedade brasileira progressista e saneada, que começa a tomar corpo, também, a preocupação com o grupo que poderia representar um contraste a tais ideais, do qual fazia parte a parcela da infância pobre e/ou em situação de abandono. Assim, desenvolve-se uma dicotomia que determinava diferentes ideias e ações de acordo com as condições da criança, pois “os bem nascidos podiam ser crianças e viver sua infância; os demais estavam sujeitos ao aparato jurídico-assistencial destinado a educá-los ou corrigi-los, vistos como ‘menores abandonados ou delinquentes’” (RIZZINI, Irene, 2011, p. 98).

Com base nesses princípios, foi construída a trajetória da assistência à infância no Brasil, que Maria Luiza Marcilio (1998) divide em três fases: a caritativa (até meados do século XIX), a filantrópica (até meados do século XX) e a do Estado do Bem-Estar do Menor (a partir da década de 1960). A pesquisadora aponta as mudanças sociais em curso no país, na transição entre os séculos XIX e XX (fim do regime de escravidão, imigração e migração, crescente urbanização, industrialização), como impulsionadoras de novas formas de olhar e assistir à infância abandonada e destaca então, no mesmo período, o processo de substituição da caridade religiosa pela prática da filantropia (a emergência da segunda não excluía totalmente a existência da primeira), prática que se organizava de forma mais complexa, por meio de parcerias entre o setor público e iniciativas privadas de assistência.

O movimento médico higienista, que começou a tomar força na segunda metade do século XIX, também teve sua participação na emergência da preocupação com os modos de se educar a infância. Por meio da legitimidade do discurso de “especialistas”, de como alcançar o ideal de nação saneada e, portanto, civilizada, que tanto se almejava para o país, os higienistas fizeram interferências na dinâmica social e familiar, para tentar controlar aquilo que fugia ao esperado, e exemplo de cidades europeias e com influência da lógica da produção industrial (OLIVEIRA, 2003).

Ao lado do movimento higienista, destaca-se também um movimento que se preocupou em encontrar “soluções” para o caso das crianças e dos adolescentes tidos como “delinquentes”, “em conflito com a lei”: o movimento jurista, que emerge principalmente dos discursos políticos no período da passagem para o regime republicano, quando o “problema da criança” (RIZZINI, 2011, p. 109) começa a tomar uma dimensão política. Nesse contexto, iniciava-se a utilização do termo *menor* (ainda presente nos discursos atuais) para diferenciar crianças em família daquelas que pertenciam ao grupo dos sujeitos que viviam em situação de abandono

moral e/ou material, e a legislação vigente criminalizava o único espaço disponível para a sobrevivência desses sujeitos: as ruas; assim como criminalizava a mendicância e os furtos, seus únicos meios de sobrevivência.

A legislação criminal republicana já trazia consigo diferenças no tratamento aos *menores* em relação aos presos adultos, como foi o caso do Código Penal de 1890, que afirmava que os primeiros deveriam ser encaminhados para estabelecimentos de cunho disciplinar, cujo lema oficial era a reeducação pelo trabalho (FONSECA, 2007). O Código de Menores (BRASIL, 1927) consolidava essa diferenciação, assim como a criação de instituições disciplinares para “reeduca-los”. Emerge então no discurso uma nova dicotomia: menores em situação de abandono precisavam de alguém que os assistisse e lhes provesse as condições materiais e morais que lhes foram negligenciadas até então, enquanto os “menores delinquentes e criminosos” necessitavam ser reeducados por meio do trabalho, para que se libertassem dos “vícios” do meio em que se educaram.

Não houve uma política geral de proteção à criança pobre na Primeira República e as ações do Estado nesse momento podiam ser resumidas pelas palavras “omissão, repressão e paternalismo” (FALEIROS, 2011, p.36). As ações na área eram realizadas predominantemente por iniciativas pontuais, que se edificavam principalmente por meio da prática da filantropia, que nada mais é que a união de recursos privados e estatais para esse fim. Em meados da década de 1930, era forte o embate entre a filantropia e as práticas de caridade, até então predominantemente lideradas pela igreja católica. Tanto nessas últimas, que eram de grande valor para os cristãos, quanto na primeira, em que pesavam o laicismo e o cientificismo, “o pobre era antes de tudo objeto de caridade e não de justiça propriamente. Via-se o pobre como pessoa sofredora e não como injustiçada” (HAUCK, 1985, p. 167). Dessa forma, a bem-aventurança atribuída pela sociedade aos que se dispunham a “ajudar os pobres” e o intuito de “produzir” futuros trabalhadores obedientes e sem maiores pretensões para além de sua condição de pobreza, eram pontos de aproximação entre caridosos e filantropos e “a mútua assimilação só foi possível, porque, em última análise, a caridade e a filantropia apresentavam o mesmo objetivo, que vinha a ser a proteção da ordem social” (RIZZINI, 1993, p. 47 – 48).

A filantropia surgia, então, legitimada pela ciência (medicina e direito), com promessas de remediar as novas demandas de pessoas em situação de abandono e possibilitava que as elites sociais e políticas assumissem as “rédeas” de uma situação que ameaçava seus privilégios. Com o objetivo de prestar assistência (e moldar) aos menores abandonados e/ou considerados delinquentes, as ações no campo, que até então era realizada por ações particulares e divergentes entre si, assumem a forma institucionalizada.

Havia, no início do século XX, mais de um modelo institucional com esse intuito, e cada instituição era voltada a um grupo com características semelhantes de atendimento, ou seja, quais sujeitos ocupavam quais instituições era uma questão definida pela classificação dos internos de acordo com a origem social e os atos praticados contra a sociedade. Nesse sentido, Irma Rizzini (1993) traz dados importantes ao afirmar que havia uma divisão da clientela em três instâncias: a atenção do Estado se destinava mais para os menores tidos como delinquentes, em sua maioria do sexo masculino, com a criação dos patronatos agrícolas e institutos disciplinares, voltados à formação de mão de obra para a agricultura e a indústria; as ordens religiosas preocupavam-se de forma predominante com meninas e moças órfãs ou em situação de abandono, e tinham como objetivo educar para o trabalho doméstico, para que as moças pudessem se tornar boas empregadas domésticas ou boas esposas; e as instituições empreendidas por ações particulares, sem qualquer vínculo religioso, atendiam a órfãos abandonados e “desvalidos” de ambos os sexos, deixando mesmo para o Estado a atenção maior aos “delinquentes”. Para os menores recolhidos do sexo masculino, não envolvidos com casos de delinquência, majoritariamente também se destinava a formação para a mão de obra, industrial ou agrícola. Vale ressaltar que a referida pesquisa buscou analisar as ações predominantes em cada modelo assistencial, o que não permite afirmar que a totalidade das práticas assistenciais institucionalizadas eram assim organizadas.

Ao referir-se à assistência asilar, Irma Rizzini (1993) traz ainda, em suas pesquisas⁴, alguns aspectos que resumem a assistência institucional da Primeira República, como a predominância da iniciativa privada em relação a ações promovidas pelo Estado, e a subvenção pública em alguns casos. Refere-se também à influência religiosa, principalmente católica, na criação e manutenção dessas instituições. A política asilar foi muito difundida na transição entre os séculos XIX e XX, por possibilitar o controle ainda mais eficiente dos internos e internas, já que dentro dos asilos, era possível aplicar os “conhecimentos” da higiene médica e educar para o trabalho, desejos que, conforme discutido, preocupavam os responsáveis por políticas à época.

Inúmeras críticas foram direcionadas ao atendimento asilar até o início do século XX, por não corresponder aos novos princípios científicos almejados pelos higienistas (RIZZINI, Irma, 2011). A preocupação se voltava para as condições físicas insalubres recorrentes em

⁴ A pesquisadora realizou uma investigação que envolveu 33 instituições para menores que existiram na primeira década do século XX e se localizaram em sua maioria no Estado do Rio de Janeiro, embora haja, entre elas, duas do Estado de São Paulo e uma de Minas Gerais. Afirma que: “Quanto à origem das instituições, 23 eram particulares e 10 estatais. Das particulares, 16 foram fundadas ou eram administradas por entidades religiosas, na sua maioria católicas. Do grupo das particulares, 7 recebiam subvenção federal ou municipal” (RIZZINI, Irma, 1993, p.61).

algumas instituições e havia críticas contundentes também no que se referia aos princípios e educação religiosos. O ideal que se buscava pelos médicos higienistas estava para além dessa educação moral e religiosa, pregando principalmente a ideia de amor ao trabalho, “o único instrumento capaz de tornar o menor desvalido, um indivíduo válido para a sociedade” (RIZZINI, Irma, 2011, p. 232).

A assistência asilar enfrentou muitas críticas, teve altos e baixos, mudanças de nome e de formas de atendimento, mas esteve presente até o final da década de 1980 (ARANTES, 2011, p.191). Assim, a criança pobre institucionalizada, além de retirada da circulação social, em que poderia representar um incômodo, poderia então ser mais facilmente observada, examinada, avaliada e, portanto, controlada. Portanto, as instituições eram autorizadas socialmente a intervir no corpo, na mente, nos hábitos e nas famílias das crianças atendidas.

A discussão realizada até aqui permite concluir que, predominantemente, as instituições de assistência tiveram seu papel na solidificação das diferenças sociais, uma vez que destinavam os internos a trabalhos manuais e servis e, dessa forma, garantiam a conformidade social das classes abastadas. Esse modelo institucional atendia a um desejo que muito interessava à elite, já que garantiria a mão de obra barata e não permitiria “ilustrar demasiadamente aqueles que, ao fim e ao cabo, iam continuar ocupando os níveis mais baixos da sociedade, pois isto poderia alimentar neles ambições indesejáveis” (ENGUITA, 1989, p. 110).

É possível considerar Anália Franco uma personagem síntese dessa discussão, pois seu trabalho à frente da *Associação Feminina Beneficente e Instructiva* exemplifica a prática da filantropia e o movimento de interiorização da assistência à infância paulista no início do século XX, o que será abordado na próxima seção.

2.1- Anália Franco e a interiorização da assistência à infância no Estado de São Paulo

“A aceitação que as escholae maternas vão tendo em todo o Estado é uma prova assas convincente de sua palpitante necessidade”

(A VOZ MATERNAL, 1 mai. 1904, p.8).

No início do século XX, São Paulo, capital do estado, que já contava com um campo consideravelmente estruturado no que se refere à assistência institucional à infância, recebeu um novo montante de instituições, de obras assistenciais a escolares. Os asilos e orfanatos se tornavam uma alternativa crescente para a criação das crianças em situação de abandono, sendo esses espaços menos naturalizados na estrutura social como eram as famílias de tutores. O atendimento institucional, em que pouco atuava o Estado, já que a maioria das iniciativas no

campo eram provenientes de ações particulares da sociedade civil, lideradas por sujeitos ou organizações coletivas, foi viabilizando novas formas de se resolver a questão da infância abandonada na cidade e, além disso, dentro das instituições era mais fácil aplicar os preceitos higienistas e oferecer, aos filhos dos pobres que ali estavam, a educação para o trabalho (FONSECA, 2012).

Dessa forma, desenvolvia-se o processo de interiorização da assistência à infância no Estado de São Paulo, por meio de quatro tendências destacáveis: (1) na transição entre os séculos XIX e XX, torna-se recorrente a existência de crianças em situação de abandono nas ruas das cidades brasileiras e surgem novas formas de olhar para esse grupo de excluídos, com produção intensa de leis; (2) a sociedade paulista começa, então, a se organizar para solucionar o problema local da infância abandonada, e beneméritos, filantropos, etc., edificam o sistema privado de assistência institucional, com pouca ou nenhuma contribuição estatal; (3) a precária ou inexistente ação do poder público na área e as iniciativas compensatórias da esfera privada tornam-se um processo naturalizado e comum, de forma que os governos municipais e estaduais agiam como subvencionadores; (4) por fim, é possível concluir que embora as ações no campo da assistência nas cidades do interior do Estado de São Paulo, a exemplo de Ribeirão Preto, tenham apresentado suas particularidades, reproduzem ações já estruturadas na capital paulista (FONSECA, 2012).

Nesse processo de interiorização da assistência é que se insere a obra de Anália Franco, podendo esta, inclusive, ser considerada como personagem síntese dessas discussões, vez que a presente investigação permite estender suas ações para além do trabalho edificado na capital do estado⁵. As ações de Anália foram apoiadas tanto pela esfera pública como por grupos particulares, inclusive membros da maçonaria e o espiritismo – e a imprensa, e até que chegasse à fundação da *Associação Feminina Beneficente e Instructiva* (AFBI), em 1901, a educadora construiu uma trajetória de participação em debates que faziam parte da edificação de um “novo Brasil”, agora republicano, de forma que “circulou entre distintos grupos; recebeu críticas e pressões; assumiu muitas vezes o papel de formadora de opinião e esteve à frente de causas sociais, consolidando, enfim, um projeto educacional traduzido na fundação da AFBI” (OLIVEIRA, 2007, p.75).

⁵ Segundo Oliveira (2007), que analisou o Relatório de 1905 da AFBI, havia 22 Escolas Maternais da Associação na capital São Paulo e mais cinco no interior, que juntas somavam 1900 crianças frequentes. Também na capital, o Liceu Feminino contava com 46 alunas e no Asilo e Creche mais 85 pessoas, entre órfãos de ambos os sexos e senhoras. Esses números ajudam a entender que mesmo com poucos anos de existência (apenas quatro), a AFBI já atendia a um número considerável de pessoas na cidade de São Paulo e iniciava sua expansão para o interior do estado.

Anália Franco criou a Associação por meio de alianças que firmou com a comunidade espírita, com a maçonaria e com pessoas pertencentes à elite paulistana, como Genebra de Aguiar Barros, membro da influente família Barros e que assumiu a vice-presidência da Associação em 1908 (AFBI, 1909b, p.48). Anália ocupou a presidência da Associação desde sua criação até o falecimento da educadora, em 1919, quando passou então a ser denominada *Associação Feminina D. Anália Franco* (ASSOCIAÇÃO FEMININA D. ANÁLIA FRANCO, 1919) e, em 1923, voltou a se chamar *Associação Feminina Beneficente e Instructiva* (AFBI, 1923). Nos quatro estatutos da AFBI aqui analisados, dos anos de 1901, 1909, 1919 e 1923⁶, mesmo naqueles produzidos após a morte de Anália, os princípios orientadores do trabalho na AFBI não se alteraram significativamente e se resumiam em:

§ único – Seus fins (da Associação), essencialmente laicos, não poderão, em tempo algum, ser mudados por outras orientações e são:

a) criar e manter, neste Estado e em outros da Federação, como fins imediatos instituições de crèches, escolas maternas, escolas profissionais, colônias regeneradoras, e assim que seja possível, Lyceos, Asyls e outras instituições que forem julgadas convenientes para o maior progresso desta Associação, bem como secções regeneradoras para menores, recebendo internados de ambos os sexos; sendo que todos estes estabelecimentos, á semelhança dos já existentes em numerosas localidades no Interior do Estado, fundados pela Associação, além de receberem a denominação de “D. Anália Franco”, ficarão sujeitos á immediata superintendencia e fiscalização da Directoria da Associação, em S. Paulo, á qual prestarão mensalmente as suas contas. (ASSOCIAÇÃO FEMININA D. ANÁLIA FRANCO, 1919, n.p.)

Desde o início, pretendia-se que a AFBI tivesse caráter laico e objetivava criar instituições de assistência em diversos locais do país, de forma a criar, também, meios que permitissem a fiscalização e outras formas de controle dessas instituições, como prestações de contas regulares e até mesmo a decisão em relação ao nome que deveriam adotar, “D. Anália Franco”, já era trazida nesse estatuto da AFBI. Assim, era operada a “rede” de assistência de Anália Franco e da AFBI, que foi se consolidando no Estado de São Paulo no início do século XX, e a imprensa teve grande importância na divulgação desse trabalho, o que permitiu que esse modelo assistencial fosse cada vez mais conhecido em diferentes localidades (até mesmo para além das fronteiras paulistas). Por meio da divulgação, foi possível que as ações de Anália e da AFBI conquistassem reconhecimento e legitimação e, portanto, pudessem se expandir,

⁶ Os estatutos, por terem sido registrados em cartório, estão disponíveis para acesso no Arquivo Público do Estado de São Paulo, na Coleção dos Cartórios de Notas de São Paulo (Primeiro e Segundo). A pesquisa nesse acervo foi realizada em janeiro de 2016.

com o apoio de diferentes grupos das diversas localidades interioranas em que se instalava uma instituição.

Este agradecimento, publicado no periódico *A Voz Maternal* (importante meio de divulgação das ações da AFBI), demonstra que eram recorrentes visitas na AFBI de pessoas ligadas à imprensa:

IMPrensa

Recebemos e agradecemos mais as visitas dos distintos colegas abaixo mencionados, esperando que continuem sempre a nos conceder a subida honra de tão apreciáveis visitas.

«Cidade de Jahú», Jahú, São Paulo;
 «Album de Minas», Bello Horizonte, Minas;
 «O Archivo Illustrado», São Paulo;
 «A Fé», Florianópolis, Santa Catharina;
 «O Itapirense», Itapira, São Paulo;
 «O Democrata», Itapetininga, São Paulo;
 «Gazetinba», Fortaleza, Ceará;
 «Revista Cartophila», Piracicaba, São Paulo;
 «O Canindé», Canindé, Ceará;
 «Constância», Buenos-Ayres;
 «Aurora», Capital;
 «Centro Caixeiral», Maranhão;
 «O São João da Bocaina», São João da Bocaina;
 «O Estudo», Abaeté, Pará;
 «O Operário», Juiz de Fora, Minas;
 «A Verdade», Cataguazes, Minas.
 (A VOZ MATERNAL, 1904, p.8).

A abrangência e influência que alcançava a AFBI, ou ainda que se pretendia alcançar, pode ser notada pelas visitas da imprensa de diferentes localidades brasileiras, e até mesmo argentina.

A imprensa ocupou lugar de destaque na difusão de informações na transição entre os séculos XIX e XX, principalmente por constituir um importante meio de fazer avançarem os ideais de modernização da nação. Portanto, optou-se aqui por realizar uma busca nos acervos digitais dos jornais *Correio Paulistano*⁷ e *O Estado de São Paulo*⁸, entre os anos de 1901 e 1925, utilizando como palavra-chave o nome *Anália Franco*, a fim de elucidar o que os periódicos traziam sobre seu trabalho e, assim, compreender de forma mais clara o papel da imprensa paulista na expansão deste. A escolha por esses dois periódicos se deveu pela frequência com que faziam alusão ao trabalho de Anália e da AFBI, assim como por serem

⁷ Disponível no portal da Hemeroteca Digital Brasileira, pertencente ao domínio da Biblioteca Nacional Digital, de possível acesso pela Rede Mundial de Computadores.

⁸ Disponível no acervo digital do jornal *O Estado de São Paulo*, de possível acesso pela Rede Mundial de Computadores.

jornais de grande circulação à época, e os 36 registros encontrados nessa busca foram compilados em um quadro (APÊNDICE A), cujos apontamentos são trazidos a seguir.

Foi recorrente encontrar, nas edições visitadas d'*O Estado de São Paulo*, um trecho que tem explícito intuito de divulgação do trabalho da AFBI, juntamente a um pedido de doações assinado por Anália, cujo texto era quase sempre igual:

ASSOCIAÇÃO FEMININA BENEFICENTE E INSTRUCTIVA DO
ESTADO DE S.PAULO

Analia Franco, directora da Associação Feminina, das Escolas Maternaes da capital e interior do Albergue Diurno para crianças filhas de mães jornaleiras e um Asylo e Creche, onde se acham internados 150 orphãos desvalidos; sendo nas escolas cerca de mil crianças, vem solicitar das pessoas altruistas, que se designarem socorrer a estas instituições que qualquer quantia, ou mesmo gêneros, fazendas e roupas usadas, sejam enviadas á directora na sede, á rua de S. Paulo n.47 por pessoa de toda a confiança dos remetentes.

São Paulo, 1 de agosto de 1910.

A directora,

ANALIA FRANCO.

(ASSOCIAÇÃO..., 1914, p. 12).

A constância com que esse trecho aparece no periódico indica que era recorrente a colaboração da imprensa no trabalho de angariar doações para as instituições e, no mesmo caminho, permitia que cada vez mais pessoas conhecessem e participassem da obra assistencial da AFBI.

Anália Franco, ocupando a presidência da AFBI, não se dedicava exclusivamente ao trabalho burocrático do cargo, mas se nota, pelas notícias jornalísticas, que tinha uma posição bastante ativa na fundação de instituições no interior. Em muitas ocasiões, era ela mesma quem organizava a criação de algumas instituições e comparecia, pessoalmente, à inauguração (ou enviava pessoas de sua confiança para realizar esse feito ou ainda para fiscalizar o trabalho já realizado), como é descrito nos exemplos do município paulista de Jundiaí e na vila de Dobrada (APÊNDICE A, linhas 3 e 4).

Além disso, fica claro que Anália era a figura principal na organização dos meios para a criação de instituições nas localidades interioranas, tanto no que se refere a reunir apoio de personalidades locais quanto em relação à busca das condições materiais para tal. Uma das formas de angariar fundos eram as apresentações do *Grupo Dramático Musical Anália Franco*, formado por algumas internas das instituições paulistanas e presidido pela própria Anália - noticiadas com frequência, as apresentações ocorriam principalmente nas cidades em que

existia alguma instituição da AFBI ou se pretendia criar. O caso do *Asylo de Orphans Anália Franco*, em Ribeirão Preto, merece destaque nesta análise, pois entre os meses de abril e junho do ano de 1917, que precederam a fundação do asilo (em 3 de outubro do mesmo ano), foram citadas treze apresentações do Grupo no município, pelos dois periódicos analisados, chegando a afirmar que um dos espetáculos era “em benefício do asylo e crèche da Associação Feminina Beneficente e Instructiva do Estado de S. Paulo” (INTERIOR..., 1917c, p.4). Da mesma forma, a apresentação de 1º de maio de 1916 é descrita como um meio de conseguir apoio financeiro para a fundação de uma instituição no município paulista de Itápolis (APÊNDICE A, linha 8).

Novamente, a imprensa exercia seu papel crucial à expansão das obras da AFBI, pois divulgava as apresentações musicais e garantia nelas certo público. Em outra publicação d’*O Estado de São Paulo*, sob o título “Um asylo necessitado” e assinado com a inicial “P.”, são relatadas as más condições das instituições da AFBI e é feito um pedido de colaboração dos leitores, com forte apelo sentimental:

COISAS DA CIDADE: UM ASYLO NECESSITADO

Não faz ainda muito tempo, andavam pelos cafés do triangulo pobres crianças de aspecto tristonho, a pedinchar esmolas de mesa em mesa. Mettiam pena aquellas criaturinhas, estendendo aos homens distraídos e indiferentes a sua saccola, e com a outra mão offerecendo, em troca do tostãozinho magro, uma flôr de papel ou um folheto já encardido.

- Uma esmola para as crianças do Asylo Anália Franco! Uma esmola, por caridade!

E a menina ia repetindo monotonamente, na mesma voz piangente, aqui e alli, por todos os grupos:

- Uma esmola para as crianças do Asylo!

Ora, um dos redactores do “Estado”, teve certo dia a lembrança de ir procurar esse Asylo Analia Franco. De que maneira viveriam lá aquellas crianças que até precisavam esmolar pelos cafés, como quaisquer mendigos e aleijados? – E o que meu companheiro viu, depois referiu nestas columnas, foi simplesmente espantoso e horrível! Cerca de duzentas crianças – exactamente 183 – na mais completa miséria e na mais triste desolação. Uma chacara enorme na 5ª Parada, mas tão abandonada, que não se contava uma só gallinha, regulando por esse teor tudo mais. Duas centenas de meninas quasi sem o que comer, apenas com a roupa do corpo, dormindo em quartos sem hygiene, banhando-se em commum no ribeirão. Emfim, a mais desoladora falta de recursos...

Justamente por esse tempo, assumia a direcção do Asylo um grupo de senhoras devotadíssimas, que se propunham nada menos que esta empresa gigantesca: salvar desse triste naufragio a instituição de d. Analia Franco, salv-a á custa da energia, dos esforços e da dedicação extrema de cada uma das novas directoras, e também á custa do auxilio do publico. Orçaram já por 120 contos as dividas do Asylo, sendo fraquíssimos os donativos com que se alimentavam e vestiam as duas centenas de crianças alli abrigadas. Calculam ainda que se formara, nessa indisciplina e desorientação, um grupo dramático com as meninas mais crescidas, grupo que andava pelo interior a dar espetáculos de cidade em cidade, com uma banda de musica também de

meninas asyladas. Tudo por necessidade, para não morrerem de fome, como se fossem verdadeiros saltimbancos...

Isso era triste e doloroso demais para não impressionar fortemente o publico. E, com effeito, logo no dia seguinte começaram a surgir os donativos, e em tal abundância e tão tocante espontaneidade – que esta folha achou conveniente abrir nas suas columnas uma subscrição para o Asylo. Sobe já a 18 contos que já são alguma coisa, mas que apenas darão para alimentar durante pouco tempo as 183 crianças do Asylo D. Anália Franco.

- É pouco, para tantas crianças. É poquissimo...

- Sim, leitor, é realmente muito pouco. E se não podes fazer um donativo respeitável, porque não tens cinco contos de rendas mensaes como tantos ricos desta opulenta terra onde entretanto há tantos necessitados e miseráveis, vai ao menos ao concerto annunciado para segunda-feira, no Conservatorio, em beneficio das pobres crianças do Asylo, ou manda-lhes qualquer coisa em dinheiro, em roupas ou em alimentos. De tudo isso te compensará fartamente o destino, com a felicidade dos teus filhinhos – dessas criaturinhas estremecidas que neste momento correm alegremente no teu jardim, e cujos risos crystallinos já por duas vezes te fizeram ir á janela, embevecido e encantado... – P. (COISAS..., 1919, p. 6).

Na linguagem utilizada, fortemente apelativa e quase poética, com menção até mesmo ao sentimento paternal/maternal dos leitores, fica nítida a intenção de causar comoção e conseguir doações. Juntamente a certo desdém pelos “ricos” que não contribuem com tal obra, o autor faz um apelo para que se faça qualquer tipo de doação ou, pelo menos, que o leitor procure ir a uma apresentação do grupo musical, que compara a “saltimbancos”, por fazerem apresentações para não “morrerem de fome”. Esse trecho deixa claro que a imprensa foi um dos pilares para a solidificação e expansão das ações da AFBI, pois nele se afirma que a notícia das más condições do asilo, publicada alguns dias antes pelo mesmo jornal, no dia 11 de junho, teria possibilitado a arrecadação de certa quantia de donativos.

Cabe ressaltar também que, na descrição do asilo feita pelo autor, é perceptível que a qualidade pretendida para as instituições nos documentos reguladores da AFBI não estava encontrando possibilidade de ser ali alcançada, devido à escassez de recursos. Assim, estaria assumindo a direção um novo grupo de senhoras, às quais o autor atribui o adjetivo “devotadíssimas”, pois teriam elas a coragem e a dedicação da “empresa gigantesca” de salvar o asilo das condições decadentes em que se encontrava. Considerando a impossibilidade de neutralidade da linguagem jornalística, pois é sempre dotada das impressões e intencionalidades de quem a escreve (LUCA, 2008), o modo apologético com que é descrito o grupo das novas diretoras é influenciado pela valorização, no meio social à época, da caridade realizada por pessoas das classes abastadas.

Para além do apoio da imprensa de grande circulação, a AFBI contava também com um tipo de imprensa própria, tanto para divulgar as ações aos sócios, quanto para publicar as ideias

de Anália Franco, cuja materialização foi o periódico *A Voz Maternal*⁹, impresso na *Typografia d'A Voz Maternal*, pertencente à AFBI, e entregue mensalmente aos sócios para prestação de contas e divulgação das atividades da Associação, principalmente em relação ao trabalho nas diferentes cidades em que havia instituições a ela ligadas. Além disso, Anália também publicava manuais educativos, que foram imprescindíveis para divulgar suas preferências pedagógicas e que tinham a função de unificar o trabalho educacional que era realizado nas instituições da AFBI, portanto, tinham certo caráter de cartilha a ser seguida por elas.

Não é possível definir quantas foram e qual o conteúdo de todas as suas publicações voltadas exclusivamente à difusão de práticas educativas, porém foi possível acessar algumas delas pela rede mundial de computadores, pois estão disponíveis para consulta no acervo online da Fundação Carlos Chagas. Nota-se que, por meio dessas publicações, Anália criou uma base curricular para nortear o atendimento educacional nas diferentes instituições educacionais que pertenciam à AFBI, além de guiar o trabalho de professores e pais em geral, com base na fusão entre asilo, residência e escola.

Também nesse período de transição entre os séculos XIX e XX, começa a ser difundido um novo modelo de instituição educacional: as instituições de educação infantil, apresentadas como a grande solução para a necessidade de cuidar dos filhos das mulheres que começavam a deixar seus lares para o trabalho externo. Essas instituições foram mundialmente difundidas como modelo de civilização e modernidade e eram diferentes entre si, como coloca Kuhlmann Jr. (1998), ao apresentar a dicotomia existente entre os “jardins-de-infância”, criados e inspirados em ideias pedagógicas como as de Froebel¹⁰ e que objetivavam educar as crianças na primeira infância, de forma a considerar as especificidades desse grupo, e as escolas maternas e creches, que tinham caráter predominantemente assistencial e não educacional. Porém, “essas últimas também educavam – e não para a emancipação, mas para a subordinação” (KUHLMANN Jr., 1998, p.73).

⁹ As edições de dezembro de 1903, maio de 1905, novembro e dezembro de 1907 e dos doze meses de 1904 estão disponíveis para consulta no Arquivo Público do Estado de São Paulo (alguns exemplares disponíveis no Repositório Digital do Arquivo, acessado pela Rede Mundial de Computadores, e outras disponíveis apenas em seu acervo físico) e todos os exemplares do ano de 1904 estão disponíveis no acervo digital da Fundação Carlos Chagas, no sítio relacionado à História da Educação e da Infância, também de possível acesso pela Rede Mundial de Computadores.

¹⁰ Friedrich Wilhelm Froebel (1782-1852) foi um educador alemão que se destacou em 1840 como fundador do “kindergarten”, jardim de infância alemão, que tinha inspiração na didática de Comenius. Nesse modelo institucional, que se expandiu para diversos países, as crianças deveriam aprender por meio da exploração dos sentidos e da brincadeira (KISHIMOTO, 1986).

Era cada vez mais marcada a dicotomia entre a educação destinada à infância pobre e aquela organizada para as crianças de famílias mais abastadas, sendo a primeira transpassada pelo desenvolvimento da educação que, desde cedo, deveria incutir na criança o amor ao trabalho e à subordinação. Kuhlmann Jr. afirma ainda que a difusão de instituições de educação infantil foi produto do desenvolvimento de diversas áreas de saberes, como a medicina, a pedagogia, a sociologia, etc., e muitas discussões de cunho científico acerca da organização dessas instituições foram realizadas em congressos e eventos científicos.

Em sua pesquisa, Kishimoto (1986) analisou o desenvolvimento da educação infantil no Estado de São Paulo, a fim de reconstruir as condições em que foram criados e se desenvolveram os estabelecimentos destinados à educação da infância paulista. Para introduzir sua pesquisa, destaca três pontos que marcaram a criação de instituições de educação infantil em diversos países, na transição entre os séculos XIX e XX: a mistura de influências teóricas, a presença de estabelecimentos de cunho assistencialista com pouca ou nenhuma preocupação educativa e outros estabelecimentos que objetivavam estruturar um método educacional (com influência de teóricos conhecidos, como o já citado Froebel) e, por fim, a participação de diversos grupos sociais, como igrejas, filantropos, damas da sociedade, associações, indústrias, entre outros, na criação e manutenção desses estabelecimentos.

Em sua tese, Kishimoto dedica um capítulo para discutir como se desenvolveu a educação infantil no interior das instituições de assistência à infância, discorrendo sobre os diferentes grupos envolvidos na criação e manutenção dessas instituições: leigos (grupo em que se encaixam as ações da AFBI), religiosos, industriais, governo estadual e militares. Na seção “Creches e Escolas Maternais de Anália Franco” (p. 211), Kishimoto afirma que Anália foi a precursora na utilização dos termos “creches” e “escolas maternais” para nomear as instituições da AFBI, e alguns fatores permitiam diferenciá-las dos asilos e orfanatos comuns à época. A principal diferença residia na preocupação com o ensino que seria oferecido aos internos e a formação de professoras para tal, que aparecem nos quatro Estatutos da AFBI já citados anteriormente, inclusive objetivando a criação de *Lyceus Femininos* para a formação de professoras. De fato, algumas internas tiveram a oportunidade de formarem-se nesses liceus e ocuparam um cargo dentro de uma instituição da Associação: no asilo ribeirão-pretano, por exemplo, duas internas se tornaram professoras no próprio asilo e, no ano de 1934, uma ex-asilada ocupou o cargo de diretora da instituição (ASYLO ANÁLIA FRANCO, 1972).

Anália começou a atuar como professora auxiliar de sua mãe na província de São Paulo no ano de 1868, quando ainda era muito jovem, aos 12 anos de idade, e ainda que alguns trabalhos afirmem seu ingresso na Escola Normal de São Paulo, há divergências quanto à

conclusão ou não do curso. Assim, inserida em um contexto de confronto entre filantropia e caridade, a intencionalidade de Anália Franco por meio da AFBI não se restringia apenas à caridade imediata destinada àqueles que frequentavam as instituições, mas sim à criação de condições para que essas pessoas pudessem aprender algum ofício e se emancipar na idade adulta e que, principalmente as mulheres, não dependessem exclusivamente do casamento para conseguirem condições materiais de existência. O programa educacional da AFBI atendia aos diferentes níveis de idade e havia propostas para crianças de 2 a 7 anos, que estariam nas creches e escolas maternais; escolas para jovens e adultos, com preferência marcante pela instauração de oficinas profissionalizantes e liceus para a formação de professoras (LODI-CORRÊA, 2009):

Art. 3º: Os fins da Associação são: não só distribuir o pão que mata a fome, como o pão dos bons exemplos, da educação e do amor de Deus e do próximo, o que forma boas mães de famílias, o que faz o cidadão honrado e o operário laborioso, sem contudo filiar-se a credo algum, afim de abranger todas as classes sociais.

§ 2º Criar, seguindo o exemplo da França, onde as escolas maternas têm tido amplo desenvolvimento, aulas de ensino infantil, onde as crianças de 2 a 7 anos de ambos os sexos recebem os cuidados que reclamam o seu desenvolvimento físico, moral e intelectual, sem cortar os laços da família.

§ 3º Nessas escolas as crianças estão divididas em duas seções conforme a sua idade e desenvolvimento intelectual.

§ 4º O seu programma comprehende:

1º Os primeiros princípios de educação moral;

2º Lições de cousas;

3º Primeiros elementos de leitura;

4º Exercícios de linguagem;

5º Escripção e desenho;

6º Noções de historia natural e do Brazil;

7º Calculo e geometria

8º Geographia;

9º Contos apropriados ás crianças

10º Trabalhos manuais;

11º Cantos e exercícios de gymnastica.

Tudo isto alternado com jogos, palestras, recitativos e exercícios do corpo.

§ 5º O fim a attingir na escola maternal não é propriamente dar à criança noções de leitura ou de calculo, mas amparar-a e submeter-a a um conjunto de salutaes influencias, inculcando-lhes bons hábitos intellectuaes, moraes, physicos e maneiras cortezes, e, despertando a sua actividade espiritual, regular-a gradualmente (AFBI, 1901, p.2-4).

Não há possibilidade de analisar as ideias educacionais de Anália considerando-as de forma isolada às características sociais que predominavam no tempo de sua existência e, neste sentido, é necessário atentar que ela, enquanto sujeito que estabeleceu relações com o meio social em que esteve inserida, teve suas ideias e ações influenciadas por escolhas condizentes com sua condição social e com as concepções de infância pobre que predominavam no início

do século XX. Embora a educadora tenha fugido do usual na organização de seus asilos, demonstrando certa preocupação com o futuro e a emancipação daqueles que, de alguma forma, foram assistidos pela AFBI, seus ideais foram pautados no princípio da educação como meio de desenvolver o “amor ao trabalho” pelos mais pobres, tão difundido pela elite de então.

Sobressai no conteúdo do citado estatuto o objetivo de regular gradualmente a “actividade espiritual”, o que significava “moldar” os comportamentos e os modos de pensar das crianças, incutindo-lhes influências tidas como saudáveis. O pensamento de que a condição de pobreza estava diretamente ligada à prática de maus hábitos, que deveriam ser combatidos de forma que os sujeitos desenvolvessem o comportamento (submisso) considerado adequado pela sociedade, foi uma ideia bastante difundida pelo movimento higienista (GONDRA, 2002). Esse pensamento teve importante papel na construção da educação infantil brasileira, fazendo emergir distinções entre a educação de diferentes classes sociais, com o desenvolvimento da pedagogia da submissão para os pobres, pautada em políticas discriminatórias (KUHLMANN Jr., 2000).

Concomitantemente às publicações regimentais da AFBI, que expressavam as escolhas educacionais que deveriam ser acolhidas nas instituições, Anália Franco publicava manuais recheados de orientações metodológicas e conteúdos curriculares, com destinação a professoras, diretoras e dirigidas também à educação das crianças pelas famílias (acima de tudo, pelas mães). Anália deixa claro nessas publicações a intenção de que pudessem guiar o trabalho nas instituições da AFBI, assim como auxiliar as famílias na criação dos filhos.

O *Manual para as Escolas Maternais da Associação Feminina Beneficente e Instructiva*, escrito por Anália e Eunice Caldas em 1902, é um exemplo característico desse tipo de publicação, em que fica explícito o intento de “aliviar em parte o labor difficil das directoras das escolas maternas, visto que dar-se lições as criancinhas não é tão fácil como muitos supõem” (FRANCO e CALDAS, 1902, p.3-4). O manual traz um programa de conteúdos para o primeiro trimestre nas escolas maternais, para a primeira série, voltada para crianças de até 5 anos, que compreende “primeiros princípios de educação moral; exercícios de linguagem; números; cores primárias e secundárias/desenho; trabalho manual, contos, jogos e evoluções no pateo do recreio” (p. 5-6) e o programa da segunda série, para crianças de até sete anos, que apresenta um pouco mais de complexidade: “moral; exercicio de escripta; números; desenho; geographia; historia do Brasil; lições de cousas; grammatica; geometria; trabalho manual; cores; cantos/breves hymnos; gymnastica/jogos; marchas e evoluções fáceis” (p. 6-7). Aos títulos de cada um desses componentes do “currículo”, segue uma breve descrição em poucas linhas das atividades que deveriam ser desenvolvidas, em que se nota a presença de uma

concepção pedagógica baseada no contato das crianças com elementos concretos da realidade, advertindo que:

Todos os exercícios da escola maternal serao regulados por este principio geral: devem ajudar ao desenvolvimento das diversas faculdades da creança, sem as fatigar, sem as constringer em excesso d'applicação; sao destinados a lhes fazer amar a escola, lhes dar cedo, o gosto do trabalho, e nao lhes impôr jamais um genero de trabalho incompatível com a fraqueza e mobilidade das creanças na sua primeira idade. (...) O successo da directora d'uma escola maternal nao se mede essencialmente pela somma dos conhecimentos transmittidos pelo nivel que atinge o ensino, pelo numero e duração das lições, mas sim pelo conjuncto das boas influencias as quaes as creanças estao submettidas, pelo prazer com que se faz a creança procurar a escola, pelos hábitos de ordem, de aceio, de polidez, d'attenção, d'obediencia, d'actividade intellectual que a creança devera contrahir por assim dizer brincando. (FRANCO e CALDAS, 1902, p. 17, 26).

Essas escolhas pedagógicas baseadas no ensino por meio dos sentidos, que se materializa no referido escrito de Anália no próprio título “lições de cousas”, aproxima-se do método educacional intuitivo, difundido nas últimas décadas do século XIX, vinculado à pedagogia moderna e a pensadores como o já citado Froebel, entre outros. Nessa perspectiva, o ser humano percebe os seres e objetos que estão em seu entorno, tendo os sentidos e, portanto, a aprendizagem empírica, como caminhos para tal (VALDEMARIN e PINTO, 2010). As autoras afirmam ainda que o método intuitivo, que também teve seu momento de ascensão na educação pública paulista, aparece como alternativa capaz de atender às novas demandas da sociedade e garantir que os sujeitos tivessem acesso a uma educação básica, ou seja, que lhes proporcionasse o mínimo necessário para que pudessem ler, escrever e exercer a função de operários.

De acordo com essas discussões, é possível afirmar que a relação de Anália Franco com as instituições por ela criadas não se restringia a aspectos administrativos, mas era ela também quem planejava e organizava a prática pedagógica. Essa colocação pode ser reafirmada em outra publicação de mesmo objetivo da primeira, intitulada *Terceiras Lições para as Escolas Maternaes* (FRANCO, 1905), em que se apresenta o conteúdo a ser trabalhado em cada dia da semana, por meio de diálogos e sugestões de atividades a serem realizadas pelos alunos:

CAPITULO XXXIII

Sexta-feira

Grammatica

- O que é nome?
- É toda palavra que representa pessoa, animal ou cousa.
- O que é adjectivo qualificativo?
- É a palavra que exprime a qualidade do nome.

- Quaes sao as lettras labiaes?
- As lettras labiaes sao: b, p; m.
- Quaes sao as linguaes dentaes?
- As linguaes dentaes sao: d,t.
- Quaes sao as linguaes palataes?
- As linguaes palataes sao: c, g, j, k, l.
- O que é linguagem?
- É todo o systema de signaes que directamente manifesta o pensamento.
- Quantas especies de linguagem temos?
- Temos tres: a escripta, a falada e a mimica.
- Comece a conjugar os verbos: Ter, Haver e Ser no presente do Indicativo (FRANCO, 1905, p. 34).

O conteúdo a ser apresentado e ensinado às crianças é detalhadamente exposto, incluindo indicações sobre como a explicação deveria ser dada, apresentando um material muito próximo de uma cartilha para ser seguida por diretoras e professoras da AFBI. A educadora realizou ainda outras publicações com essas mesmas intenções, como também houve publicações destinadas às famílias das crianças, voltadas principalmente às mães, como as duas edições do *Manual das mães para o 2º anno elementar* (FRANCO, 1913; 1914).

As publicações de autoria de Anália não estiveram voltadas apenas à educação da infância, mas ela já se dedicava a discutir a participação da mulher na sociedade e seu direito à instrução antes da fundação da AFBI, sendo esse o principal conteúdo das revistas *Álbum das Meninas: revista literária e educativa dedicada às jovens brasileiras*, publicadas mensalmente de abril de 1898 a outubro de 1901. A revista, um compilado das ideias de Anália, contou também com publicações de outros colaboradores, e teve como eixo principal a valorização do desenvolvimento do hábito da leitura pelas mulheres, para além das futilidades que lhes eram comuns acessar à época, com constantes referências a experiências de ensino voltadas para mulheres em outros países. Assim, por meio dessas publicações, Anália divulgava o quão importante considerava a expansão do ensino público e a divulgação do ensino profissional para as mulheres, além de constantemente defender, em seus escritos, suas ideias abolicionistas e republicanas¹¹ (LODI-CORRÊA, 2009; OLIVEIRA, 2007).

Assim, contando com o apoio da imprensa e produzindo ideias no campo educacional que permitiam a criação de um modelo institucional, Anália Franco e a AFBI constituíram certa “rede” de assistência. Um exemplo de comprovação dessa afirmação é encontrado no Relatório

¹¹ Anália Franco demonstrou simpatia pelo movimento republicano e algumas pesquisas trazem evidências de que foi associada ao Partido Republicano Paulista (PRP) (LODI-CORREA, 2009; KISHIMOTO, 1986; OLIVEIRA, 2007).

da AFBI aprovado em Assembleia Geral em abril de 1913 (p.36) e que teve como objetivo demonstrar as ações da Associação no ano anterior, 1912, no qual há um balancete de matrículas em algumas das instituições do interior paulista:

Figura 1 – Trecho do Relatório da AFBI referente a 1912

Mappa das Escolas Maternaes e Crêches do Interior em 1912											
N.º	DENOMINAÇÕES	NOMES DAS PROFESSORAS	LOCALI- SAÇÃO	CURSOS	Masculino	Feminino	Total	Maiores de 14 annos	Menores de 14 annos	Brazileiros	Estrang.
1	Escola Maternal	Olivia Acayaba . . .	Jahú	Maternal	36	39	75	0	75	75	0
2	Escola Primaria	Maria Acayaba . . .	»	Primario	39	26	65	0	65	58	7
3	Escola Maternal	Hortencia de Mello . . .	»	Maternal	30	24	54	0	54	54	0
4	»	Anna Marques . . .	»	»	28	18	46	0	46	46	0
5	»	Marta Pinto . . .	D. Corrêgos	»	35	36	71	0	71	71	0
6	»	Palmyra Pezzi . . .	Rio Claro	»	24	26	50	0	50	50	0
7	»	Branca Leite . . .	Jaboticabal	»	27	25	52	0	52	51	1
8	»	Jovelina das Dores . . .	Sertãozinho	»	33	23	56	0	56	56	0
9	»	Sebastiana Bueno . . .	Jahú	»	18	19	37	0	37	37	0
10	Crêche	Grabriella Acayaba . . .	»	Crêche	15	24	39	0	39	39	0
11	»	Olivia Valle . . .	Jaboticabal	»	14	16	30	0	30	30	0
12	»	Antonia Braga . . .	»	»	17	18	35	0	35	35	0
					316	294	610	0	610	602	8

S. Paulo, 31 de Dezembro de 1912.

Analia Franco—presidente
Francisco Antonio Bastos—director do escriptorio

Fonte: Associação Feminina Beneficente e Instructiva do Estado de São Paulo, 1913, p.36¹²

Aqui são citadas escolas maternas, uma escola primária e creches mantidas pela AFBI e localizadas em cinco municípios do interior paulista: Jaú, Dois Córregos, Rio Claro, Jaboticabal e Sertãozinho. As matrículas, que somam 610, são equilibradas entre meninas e meninos, demonstrando que, assim como nos objetivos trazidos nos estatutos da Associação, eram atendidas crianças de ambos os sexos.

O já citado periódico *A Voz Maternal*, pelo objetivo de informar aos sócios as ações da AFBI, traz ricas informações que permitem elucidar como funcionava essa “rede” assistencial. A fiscalização das escolas interioranas era um dos temas abordados pelo jornal, como exemplo o balanço financeiro de viagens realizadas por “D. Emília Silva”, denominada “Fiscal das Escolas Maternaes”, e que visitou escolas nos municípios paulistas de Campinas, Jaguary, Dois Córregos, Jaú e Jaboticabal (A VOZ MATERNAL, 1 dez. 1903, p. 7). Tal passagem demonstra que houve fiscalização e que, inclusive, havia uma pessoa a quem fora atribuído o

¹² O relatório pode ser encontrado no acervo digital da Fundação Carlos Chagas, no sítio *História da Educação e da Infância*.

cargo de fiscal, mas por ser um balancete de despesas com viagens, não detalha quais as funções do cargo, ou seja, o que exatamente a fiscal deveria verificar e realizar nas instituições.

Também eram frequentes os informativos acerca da instalação de novas instituições, como a escola maternal de Itapetininga, que já contava com a matrícula de 50 crianças e cuja turma seria assumida por uma professora que cursava o 3º ano do *Lyceu Feminino*, também pertencente à AFBI. Destaca-se aqui também o alcance de mais um dos objetivos da Associação: a formação de professoras para atuarem no trabalho realizado dentro da própria, pois a professora estava terminando sua formação no *Lyceu Feminino*. Com esse feito, era possível tanto garantir uma fonte de renda a algumas egressas das instituições, como possibilitar, por meio da formação, a unificação/controlar da educação que se oferecia às crianças internas nas diferentes localidades.

Com o mesmo intuito de noticiar a expansão da AFBI e a fundação de mais uma instituição, a edição de setembro noticia a criação da primeira escola maternal em Campinas, em que já estavam matriculadas cerca de 100 crianças, tanto meninos quanto meninas. Com o intuito de auxiliar na criação da instituição, foi enviada à Campinas “d. Julia de Andrade”, auxiliar da diretoria da AFBI, que teria de “demorar-se alli até a realização da kermesse em beneficio das escholass daquella localidade” (A VOZ MATERNAL, 1 set. 1904, p.5).

Como relatam as notícias dos jornais *O Estado de São Paulo* e *Correio Paulistano* (APÊNDICE A), ou era a própria Anália quem se deslocava para acompanhar a instalação das instituições no interior do estado ou enviava alguém de sua confiança, mas era recorrente que houvesse pelo menos um membro da AFBI presente. No caso citado no parágrafo acima, a presença de Júlia de Andrade era necessária inclusive para organizar a quermesse, que deveria reunir donativos à referida escola, assim como para futuras que ali se pretendia criar. Da mesma forma, a notícia que traz a intenção de criação de uma escola maternal na cidade de Ribeirão Preto relata a presença de um representante da AFBI na cidade, “Sr. Pio Franca Schmidt” (A VOZ MATERNAL, 1 nov. 1904, p. 2), tanto para arrecadar donativos para a Associação, quanto para organizar um conselho para a fundação dessa escola.

Por meio das edições do periódico *A Voz Maternal*, é possível ainda obter alguns dados no que se refere ao número de instituições pertencentes à AFBI e a quantidade de matrículas. Na edição citada no parágrafo anterior, é trazido um “balanço” dessas instituições, sendo relatada a existência de várias já no ano de 1904, quando a Associação ainda era uma novidade, com apenas três anos de existência: “Na Capital do Estado existem funcionando vinte escolas, e no interior estão assim distribuídas: Jahú, 2; Barretos, 1; S. Manoel do Paraizo, 1; Itapetininga,

1; Dois Córregos, 1 e 1 na Franca” (A VOZ MATERNAL, 1 nov. 1904, p.3). Em agosto do mesmo ano, a descrição é mais precisa:

Conta o Lyceu 80 alumnas; as Escolas Maternaes estão prestando bons serviços á instrução popular: existem tres isoladas no interior, 2 grupos de escolas reunidas na Capital e 14 isoladas, sendo o total de 28, com uma frequência superior a 1000 alumnos de ambos os sexos. (...) Cada escola que se abre ocorre logo tao grande numero de creanças, que é impossivel ensinar a todos. Aqui mesmo na Capital temos escolas cuja matricula é superior a 50 creanças. Em Itapetininga a matricula sóbe a 70 creanças. Na cidade de Campinas, onde encontramos muito boa vontade na parte mais distincta da sociedade campineira, já temos mais de 100 creanças matriculadas para tres escolas que vão ser instaladas alli a pedido das classes desprotegidas. Dessa mesma cidade nos vieram pedidos hoje para mais escolas, além das tres que vamos abrir, e estas são nos bairros de Paraty, Estiva e José Paulino. (A VOZ MATERNAL, 1 ago. 1904, p.5-7).

Nesse trecho, em que é relatada a criação de três escolas de uma só vez na cidade de Campinas, é possível ter ideia da crescente demanda e aceitação do trabalho da AFBI no Estado de São Paulo, que estava se expandindo consideravelmente em pouco tempo de existência, e cuja influência se estendeu para além das fronteiras paulistas: na edição de abril de 1904 (A VOZ MATERNAL, 1 abr. 1904, p.8), é relatada a alegria que estavam sentindo as sócias da AFBI por saberem da iniciativa de uma senhora, “D. Andradina d’Oliveira”, em fundar uma *Associação Feminina Beneficente e Instructiva* em Porto Alegre (RS), idêntica à paulista (não fica explícita qualquer outra relação entre a AFBI paulista e a futura AFBI rio-grandense, além da influência). Em outubro do mesmo ano, é citada a iniciativa de senhoras em fundar uma sociedade beneficente no Estado de Santa Catarina, “imitando o exemplo da Associação Feminina Beneficente e Instructiva do Estado de S. Paulo” (A VOZ MATERNAL, 1 out. 1904, p.7).

O caminho escolhido por Anália (e, portanto, pela AFBI) para edificar o admirado “sistema” de instituições, pode ser considerado síntese da prática filantrópica: a educadora buscava apoio e mantinha relações com personalidades do poder público que atuavam no estado ou nos municípios em que planejava estender seu trabalho, assim como com pessoas pertencentes às elites desses locais. Em contrapartida, agradecia publicamente e citava constantemente o nome desses “benfeitores”, cuja “benevolência” era tão valorizada à época.

Eram comuns as citações de subvenções de origem pública nas prestações de contas realizadas pela Associação, como em janeiro de 1904, em que são descritos: “Auxílio as escolas pela Camara municipal: 4:000\$000 (...) Verbas pelo Governo: 900\$000”, em meio a citações de doações particulares, no balancete financeiro de novembro de 1903 (A VOZ

MATERNAL, 1 jan. 1904, p.8). Cabe ressaltar que esse é apenas um exemplo desse tipo de subvenção, dentre muitas vezes em que a relação entre as esferas pública e privada é citada nos documentos e relatórios da AFBI.

No mesmo movimento e no sentido inverso, eram bastante recorrentes os agradecimentos de Anália a personalidades políticas. Na mesma edição d'*A Voz Maternal*, é trazido um trecho de um discurso do senador Paulo Egydio¹³, em que discorre sobre o momento em que foi procurado por uma das associadas e aceitou ser sócio da AFBI, aumentando inclusive a subvenção destinada pelo Senado Estadual. Ao apresentar o discurso do senador (de extrema exaltação ao trabalho realizado pela AFBI), Anália o descreve como detentor de uma prática exemplar e cujo exemplo deve ser imitado, “porque os membros superiores da sociedade, cumprindo actos de bondade e philantropia, despertam sentimentos de gratidão; visto que o beneficiado se prende e se afeiçoa a seu bemfeitor, estabelecendo uma influencia salutar” (A VOZ MATERNAL, 1 jan. 1904, p. 2).

Com a mesma intenção, outras visitas de pessoas ligadas à esfera pública à AFBI são relatadas em algumas das fontes pesquisadas: na seção intitulada *Visitas* do relatório da Associação publicado em 1909, mas correspondente às atividades de 1908 (AFBI, 1909b, p. 49-51), são trazidas as impressões de pessoas que visitaram a AFBI, dentre elas está José Monteiro Boanova, inspetor de ensino paulista, e Aprigio Relo de Paula Araujo, prefeito municipal da cidade de Sertãozinho; ambos teceram inúmeros elogios ao trabalho ali realizado. No relatório publicado em 1913, mas referente a 1912 (AFBI, 1913, p. 57), o inspetor escolar do Estado de São Paulo, Mariano de Oliveira, também visitou a sede da Associação e concluiu: “Collabora com o Estado em seu progresso, garantindo a sua evolução com o preparo intellectual e moral da infancia”.

Ainda que contasse com contundente apoio do poder público, as subvenções não eram, por si só, suficientes para manter o projeto de assistência edificado pela AFBI, sendo que o apoio de personalidades e grupos da sociedade civil também foi indispensável para a consolidação e a expansão desse modelo assistencial. Desses grupos, destacam-se os maçons e os espíritas, pelo poder que tinham à época e pela sólida contribuição à obra da AFBI.

¹³ Paulo Egydio de Oliveira Carvalho foi senador estadual paulista entre os anos de 1894 e 1906, sendo bastante influente na política do Estado de São Paulo. Formou-se e ministrou cursos na Faculdade de Direito de São Paulo, sendo considerado patriarca da Sociologia no estado pelo pioneirismo de sua atuação, que o levou a fundar o Instituto de Sociologia de São Paulo, no ano de 1898. Como senador, propôs uma reforma no que se chamou de sistema prisional paulista, que envolvia inclusive a criação de instituições para “menores abandonados” como ação preventiva à formação de criminosos (SALLA, 1999). Assim, o senador Paulo Egydio apoiava as ações da AFBI, enquanto esta lhe prestava homenagens públicas e cumpria um papel importante para a realização de seu projeto político no Senado.

A maçonaria, movimento que se iniciou na Europa e chegou ao Brasil no século XVIII assumindo características de uma associação de socorros mútuos, passou por um processo de forte expansão no final do século XIX, exercendo influências em diversos fatos políticos brasileiros, como, por exemplo, o processo de Independência (BARATA, 1994). A maçonaria aparece como importante apoiadora de Anália Franco, principalmente na esfera financeira (MONTEIRO, 2004; OLIVEIRA, 2007; LODI-CORRÊA, 2009), como é o caso do *Asylo de Orphans Anália Franco* de Ribeirão Preto, criado e mantido pela *Loja Maçônica Estrella D'Oeste*.

Além da maçonaria, há evidências de que Anália tinha ligações com grupos espíritas e que até mesmo era adepta à religião¹⁴, embora fosse muito discreta quanto a isso, provavelmente por temer resistências. O espiritismo chegou ao Brasil no século XIX, expandindo-se rapidamente, e seus adeptos participavam dos principais debates do país: “abolicionismo, republicanismo e, posteriormente, a questão da mulher foram alguns dos aspectos que o espiritismo e os espíritas brasileiros se envolveram, usando da doutrina como ferramenta para a mudança” (FERNANDES, 2008, p. 96). Embora todos esses temas tivessem espaço nas publicações assinadas por Anália e suas ideias estivessem bastante alinhadas com as crenças espíritas de igualdade e laicidade, merecem destaque as discussões sobre o papel da mulher na sociedade, às quais Anália se dedicava exaustivamente na revista *Álbum das Meninas* e, posteriormente, por meio das ações da AFBI, pois segundo a doutrina espírita, o espírito não possui sexo, sendo a feminilidade ou a masculinidade uma condição transitória da vida terrena e, nesse sentido, não se justificariam as distinções entre homens e mulheres, tão marcadas no início do século XX.

As ações de Anália Franco, à frente da AFBI, estiveram inseridas no movimento de ascensão da filantropia, “reconhecida pela historiografia brasileira e internacional como um dos caminhos trilhados pelas mulheres das elites urbanas na direção do espaço público” (FREIRE, 2006, p. 101). Assim, não é possível afirmar que foi ela a precursora na ideia de organizar esse tipo de trabalho de assistência no Brasil, pois ações desse tipo já eram realizadas desde o fim do século XIX, principalmente no Rio de Janeiro (então capital do país), também por meio da formação de Associações, como exemplo a das *Damas da Assistência à Infância*, que desenvolvia atividades no Instituto de Proteção à Infância (IPAI), criado pelo médico Moncorvo Filho (FREIRE e LEONY, 2011). Ainda assim, é inegável que, à frente da AFBI, Anália constituiu um modelo institucional que foi seguido por várias instituições fundadas em

¹⁴ O marido de Anália, Sr. Bastos, foi o fundador e um dos dirigentes do Centro Espírita de São Paulo (OLIVEIRA, 2007, p. 34).

diferentes localidades do Estado de São Paulo. Nos próximos capítulos, a formação desta espécie de “rede” assistencial será analisada pela perspectiva de uma instituição interiorana, o *Asylo de Orphans Anália Franco*, de Ribeirão Preto.

3 – Ribeirão Preto entre a modernidade e a exclusão social

3.1- O cenário dos fatos: Ribeirão Preto

(...) Assim, o café seguia impávido, ladrilhando as localidades outrora semeadas e levando os trilhos e silvos das locomotivas em seu rastro. Rápido, então, lugares cresciam e tomavam formas de cidades, tornando-se, assim, centros bafejados pela *força da grana que construía e destruía coisas belas*, um verdadeiro admirável novo mundo, que mesclava sem possibilidades de separação o arcaico e o novo (DOIN et al., 2007, p. 95, destaque dos autores).

Na segunda metade do século XIX, o interior paulista era predominantemente formado por terras quase intocadas, quando as frentes pioneiras fizeram estabelecer novas fronteiras agrícolas com predomínio da cultura cafeeira. Desde então, a produção do café em larga escala, mantida até a década de 1930, possibilitou sua significativa expansão nas esferas econômica e demográfica (MONBEIG, 1984; BACELLAR e BRIOSCHI, 1999).

A cultura do café no Estado de São Paulo, que se iniciou na década de 1850, seguiu dois eixos principais: o da linha férrea da Mogiana: Mogi – Ribeirão Preto – Franca, e o da linha férrea da Companhia Paulista: Campinas – Rio Claro – São Carlos – Araraquara – Catanduva. As áreas em que passavam as duas linhas férreas, cuja região recebeu a denominação de “Oeste Paulista”, eram conhecidas por suas terras bastante propícias à cultura dos cafezais (MILLIET, 1982). Concomitantemente, o hábito de tomar café crescia na Europa e na América do Norte, de forma a aumentar cada vez mais a produção brasileira e a expectativa pelo ramo de produção (SILVA et al., 2010).

É nesse contexto de solo propício e criação de linhas férreas que a cultura cafeeira tomou forma e se expandiu desde os fins do século XIX, constituindo-se como um dos principais setores econômicos do país na Primeira República, ao lado da produção da cana de açúcar, que, segundo Beiguelman (2005), se bastava apenas no cultivo e produção, enquanto, por outro lado, o café permitiu o desenvolvimento de “rudimentos de uma cultura de alimentação e de uma indústria” (p. 12), devido inclusive à queda do regime escravista e ascensão do trabalho assalariado. A expansão do cultivo do grão gerou, assim, um crescimento repentino das cidades e permitiu a criação de um ambiente cultural específico, que agradasse aos poderosos cafeicultores. Com a crise de 1929, o consumo diminuiu e gerou uma superprodução, de forma que nem mesmo as ações de intervenção do governo brasileiro conseguiram evitar a decadência da economia cafeeira (MILLIET, 1982).

Os produtores de café exerceram um importante poder nas relações políticas da República Velha, marcadas por constantes disputas e acordos entre essa elite econômica minoritária, e de forma a não haver participação efetiva das massas (a maioria das pessoas era analfabeta e, portanto, excluída do processo eleitoral, ou mesmo não tinham poder de organização e consideravam legítimo o poder das elites). Assim, os cafeicultores paulistas ocupavam periodicamente os mais altos cargos na política do país, em constantes disputas com os produtores de laticínios mineiros, a fim de garantir a manutenção de privilégios econômicos aos dois grupos. Esse período, conhecido como política do “café com leite”, foi marcado por acordos informais entre os líderes políticos dos estados de São Paulo (cafeicultura) e Minas Gerais (indústria de laticínios), de forma que “dividiriam a ‘responsabilidade’ de selecionar os candidatos da situação à presidência do país” (WALKER e BARBOSA, 2000, p. 29). Portanto, a elite cafeeira paulista e os produtores de laticínios mineiros exerceram influência não somente na política local, mas estiveram também no comando da política nacional, de forma que oito dos onze presidentes eleitos após 1894 foram mineiros ou paulistas (e os outros três ou assumiram após a morte de um presidente eleito ou foram candidatos de reconciliação, quando os dois estados não entravam em um acordo sobre quem assumiria o cargo) (WALKER e BARBOSA, 2000).

Começava, então, a se destacar na produção do café um município paulista beneficiado pela geografia, localizado entre os rios Mogi e Pardo: o município de Ribeirão Preto. A conhecida “terra roxa” da região, bastante fértil ao cultivo do grão, a divulgação das boas condições por meio de artigos de jornais escritos por agrônomos e entusiastas, a topografia adequada, todos esses fatores contribuíram para que Ribeirão Preto integrasse a frente pioneira de expansão do café já na década de 1870. Mais tarde, entre as décadas de 1880 e 1890, as privilegiadas terras da região foram disputadas por fazendeiros e, com a chegada da Estrada de Ferro Mogiana, no ano de 1883, consolidava-se sua fama de “Capital do Café” (SILVA et al., 2010).

Desde 1820, a região de Ribeirão Preto foi ocupada para a criação de gado, cavalos e porcos, com predominância de agricultura de subsistência. No ano de 1856, a cidade foi oficialmente fundada e, a partir da década de 1870, o café viria mudar a dinâmica de sua ocupação (WALKER e BARBOSA, 2000). Apontado como “centro regional das atividades agrícolas do país” (PAZIANI, 2004, p. 95), Ribeirão Preto passaria por um processo de crescimento repentino¹⁵, que atrelado ao prestígio político e social que alcançara, fizeram com

¹⁵ O crescimento da cidade é confirmado ao se comparar a contagem realizada no ano de 1902, que apontou a existência de 13.236 habitantes na “cidade e nos subúrbios” (RIBEIRÃO PRETO, 1903, p.15), com a realizada

que a cidade se tornasse um centro econômico, comercial e cultural de referência à elite cafeeira do país e recebesse títulos como “Califórnia do Café”, “Capital D’Oeste”, “*Petit Paris* da zona mogiana”, etc. (PAZIANI, 2005, p. 181)

O cultivo do café não alterou apenas a ordem econômica de Ribeirão Preto, como também sua organização social e cultural e as mudanças não incidiram apenas nas vidas das famílias pertencentes às elites cafeeiras, mas também no cotidiano de todos os ribeirão-pretanos da época. Chegaram à cidade novas companhias de teatro e grandes comerciantes, tornando-a um “importante centro de lazer e consumo do Estado de São Paulo: os cinemas e o famoso *Teatro Carlos Gomes* de 1897, os cassinos, as *soirées* e os bailes” (PAZIANI, 2004, p. 96). Pessoas de diferentes condições sociais se instalavam na cidade à procura de oportunidades, de trabalhadores a aventureiros, que vieram a compor o tecido social do município, juntamente aos ex-escravos que trabalhavam nas lavouras de café, recentemente libertos com a Abolição em 1888 e excluídos do mercado de trabalho, e aos imigrantes que se ocuparam do trabalho dos primeiros, agora por meio de um regime de trabalho assalariado.

Muitos entre os que migravam ou imigravam não conseguiam colocação ou alguma forma de trabalho remunerado. Além disso, os imigrantes, dentre eles italianos, portugueses, espanhóis e austríacos (no ano de 1902), encontraram diversas adversidades na adaptação, citando dentre elas o desconhecimento da língua portuguesa e o analfabetismo, que os levava a aceitar contratos de trabalho que os tornava dependentes dos agricultores, pelos baixos salários e endividamento nos armazéns da cidade (SILVA et al., 2010). Assim, começava a se formar um grupo de excluídos locais, que contrastava com a modernidade pretendida pela elite cafeeira e, em combinação com o crescimento populacional, aumentaram também os problemas sociais da cidade, agora marcada por casos de mendicância, prostituição e constantes conflitos (PAZIANI, 2004).

Essa parcela da população que poderia, então, destoar da paisagem moderna que estava se construindo no município, tornou-se objeto de preocupação entre as autoridades e a elite ribeirão-pretana. Para além dos casos de mendicância, surgiram também os primeiros bairros periféricos de trabalhadores e imigrantes, para os quais seria direcionado tudo que era indesejável e fora dos padrões da moderna área central da cidade. Assim, “aos imigrantes e trabalhadores, pobres em geral, matadouros, hospitais e cemitérios. Ao nobre burguês urbanizado, teatros, palacetes, praças e vitrines” (FARIA, 2003, p.176).

em 1912, que totalizou 58.220 habitantes (RIBEIRÃO PRETO, 1920, p. 68), tendo praticamente triplicado sua população no período de dez anos.

Dessa forma, a política urbana empreendida no município, nas primeiras décadas do século XX, procurava deixar bem claro o distanciamento que existia entre a burguesia cafeeira e a população pobre, pois era nítida a demarcação dos lugares de cada grupo, com uso do aparelho policial para reprimir aqueles populares que ousavam quebrar esses padrões e passear, por exemplo, na praça *XV de Novembro* em um domingo, onde passeavam as famílias tidas como civilizadas (FARIA, 2003). As poucas preocupações voltadas às camadas populares da cidade tinham caráter higienista, relacionadas ao receio de que essas pessoas e o meio insalubre em que supostamente viviam pudessem transmitir doenças.

Além de Paziani, outros pesquisadores da história local e regional (TUON, 1997; BURALI, 2002) apontam a formação de um contingente de pobres e excluídos nas cidades no início do século XX, resultante do crescimento demográfico dos municípios do complexo cafeeiro, com destaque para Ribeirão Preto. Nesse grupo, havia certo contingente de crianças em situação de abandono e o lugar ocupado por elas na sociedade ribeirão-pretana é o tema da discussão que se segue.

3.2 A infância pobre ribeirão-pretana

No Brasil, os novos padrões de urbanização e as mudanças nas relações de trabalho, que resultaram em condições precárias de existência de negros recém libertos da escravidão e imigrantes que trabalhavam em condições ruins e com baixos salários, fizeram com que a transição entre os séculos XIX e XX fosse marcada pelo fenômeno urbano do surgimento de considerável contingente de meninos e meninas em situação de abandono. Tomaram forma, então, novos olhares e ações voltadas a esse grupo, inclusive pela criação de volume considerável de legislação acerca da assistência e da aplicação de práticas corretivas, com influência dos movimentos médico higienista e jurista (MARCILIO, 1998; RIZZINI, Irene, 2011).

Ribeirão Preto não fugiu a esse movimento, e para discutir os acontecimentos relativos a grupos de jovens e crianças que ocupavam seus lugares entre os excluídos locais, aos quais já se começava a enquadrar na nomenclatura hoje muito utilizada da “menoridade”, recorreu-se à pesquisa realizada por Fonseca e Castro (2013), que teve como propósito demonstrar a existência de uma menoridade no interior do estado, entre os anos de 1905 e 1920, tomando como caso de estudo a cidade de Ribeirão Preto. Como fontes, os pesquisadores investigaram as publicações de dois jornais locais, *Diário da Manhã* e *A Cidade*, em particular suas notas

sobre fatos e notícias cujo conteúdo e enredo diziam respeito a meninos e meninas e a situações nas quais estiveram envolvidos.

Nas páginas dos referidos jornais, eram comuns textos de diferentes gêneros (notícias, crônicas, etc.) que citavam meninos e meninas, entre crianças e jovens, vezes como vítimas de algum caso ou mesmo como perpetradores. As descrições e adjetivações presentes nos noticiários eram carregadas da intencionalidade do que se queria causar nos leitores em relação aos “menores”, de forma a ficar sempre bastante clara sua origem social e étnica, como nos casos de “pretinho”, “mulatinho”, ou o próprio termo “menor”, que usualmente apareciam para designar aqueles envolvidos em algum caso policial.

A partir do ano de 1910, mendigar na cidade de Ribeirão Preto tornou-se um ato que exigia permissão policial, com o fornecimento de uma “chapa”, cedida ou não pelo delegado local. A polícia começava, então, uma caçada aos mendigos que não fossem “regulamentados” a exercer a mendicância, e muitos menores foram vítimas dessa busca. Além disso, comumente se publicava o envolvimento destes em furtos, agressão e lesão por arma de fogo, e esses casos, assim como os de mendicância sem registro, acabavam geralmente com repressão policial e prisão dos envolvidos (FONSECA e CASTRO, 2013). Pouco (ou nada) se considerava que aqueles que vagavam pelas ruas e/ou cometiam certos delitos para garantir sua sobrevivência, estavam naquelas condições por terem sido excluídos econômica e socialmente e dificilmente tinham outra opção, pois ao invés de buscar entender as razões desse contingente de pessoas (inclusive crianças), o poder estatal criminalizou o único espaço que podiam ocupar: as ruas.

Era cada vez mais frequente, também, a descrição de crimes de violência sexual, os quais comumente eram cometidos por homens ou meninos, com idade um pouco mais avançada que as vítimas, meninas. De maneira geral, os noticiários demonstram que a solução mais recorrente que os delegados da polícia davam a esses casos era a do casamento, de forma que a menina tivesse “reparada sua honra ferida” e fosse novamente aceita dentro da moralidade vigente, e o perpetrador quase nunca era punido pelo ato cometido. A exceção se dava em alguns casos, como no que descreve violência sexual contra uma menina de 4 anos, em que coube processo judicial (FONSECA e CASTRO, 2013).

Em relação ao destino das crianças e jovens que vagavam pelas ruas ou tivessem sido abandonados pelos pais (ou mesmo quando se considerava que os pais não tinham condições de criar seus filhos de acordo com a moralidade construída pela sociedade), houve um recurso bastante utilizado no Brasil no início do século XX, e com ênfase em Ribeirão Preto, que foi a criação por família que não fosse a da criança. Normalmente, a destinação a determinada família era definida por um processo judicial e podia ser de dois tipos: o *auto de tutela*, em que a criança

provavelmente herdara algum bem dos pais falecidos e assim, era tutelada por algum familiar; e o *contrato de soldada*, que consistia em contrato de crianças para o trabalho doméstico, mediante pagamento de uma pequena quantia. A análise de uma amostra numerosa de processos judiciais produzidos na Comarca demonstra que esse recurso era usualmente utilizado quando se tratava de crianças mais pobres e, apesar de um discurso de benevolência de quem as contratava (pois seriam criadas no seio de uma família tida como a de bons costumes e teriam, ou pelos menos deveriam ter, condições de crescimento melhores que nas ruas), na verdade se utilizava a mão de obra infantil de forma bastante precária, como extensão da escravidão abolida poucas décadas antes, com muitos registros de falta de pagamentos e maus tratos (MAGOSSO, 2016).

Para além da criação por famílias, já no final do século XIX a assistência institucional se legitimava como uma alternativa e, na cidade de São Paulo, capital do estado, já havia um considerável número de instituições com esse propósito. No interior, o município de Ribeirão Preto começava a fazer parte desse movimento e aumentava o desejo, entre os moradores da cidade, de organizar os meios para que tivesse, dentre as instituições escolares existentes, uma instituição que assistisse à infância pobre e/ou abandonada (FONSECA, 2012). Em um artigo do jornal ribeirão-pretano *Diário da Manhã*, seu editor Enéias da Silva externava essa necessidade, ao escrever:

Há tempo venho acariciando a ideia de congregar os bons elementos desta cidade ou deste município para fundação de um estabelecimento ou de um instituto de protecção à infancia abandonada, ás creanças de um e de outro sexo, atiradas pela miséria ou pelo abandono dos Paes no vórtice da perdição (SILVA, 1913, p.1).

Com o desejo de fundação de uma instituição de assistência à infância na cidade, começava a se pensar nos modos de sua criação e manutenção. Se “inventaria a roda”? Ou não seria mais simples adotar um modelo que já existia e dava certo em outras localidades? Ou até mesmo, quem sabe, ter a ajuda de alguém que já criara uma instituição (ou muitas) desse tipo?

Novamente é possível fazer relações com as definições de interiorização da assistência já trazidas anteriormente e, embora o município de Ribeirão Preto fizesse seu próprio esforço para resolver os problemas de abandono da infância local, é perceptível a influência do modo como foi organizado esse fazer na capital paulista. Nesse movimento, são incluídas as ações de Anália Franco, consolidadas inicialmente na cidade de São Paulo e que depois se estenderam para o interior, incluindo o caso do *Asylo de Orphans Anália Franco*, objeto dessa pesquisa. Um quadro extraído de uma pesquisa realizada por Fonseca (2015, p. 473) possibilita

compreender de que forma se organizava a assistência institucional em Ribeirão Preto, não somente no que se refere à infância, mas a todos aqueles que dela necessitavam:

Quadro 1: Estabelecimentos assistenciais ativos em Ribeirão Preto entre 1896 e 1938

Organizações	Fundação	Finalidade	Natureza	Mantenedor
Santa Casa de Misericórdia	1896 (Ativa)	- Assistência médica e hospitalar	Particular	Sociedade Beneficente de Ribeirão Preto
Societá de Mutuo Socorros Unione Italiana	1896	Socorros Mútuos	Particular	-
Societá Italiana Pátria e Lavoro	1903			
Sociedad Española de Socorros Mutuos	1904			
Sociedade Beneficente Portuguesa	1907			
Sociedade União Beneficente Syria	-			
Conferência de São Vicente de Paula	1899 (Ativa)	- Assistência caritativa aos pobres	Particular	-
- Escola da Sociedade Amiga dos Pobres - Albergue	1905	- Instrução primária - Assistência aos pobres	Particular	Sociedade Amiga dos Pobres
Asilo de Mendicidade “Padre Euclides”	1919	- Recolhimento de mendigos idosos	Particular	-
Asilo de Órfãs “Anália Franco”	1917	- Assistência à infância	Particular	Loja Maçônica Estrela D’Oeste
Instituto de Proteção e Assistência à Infância	1917	- Difusão de cuidados médicos e higiênicos	Particular	-
Patronato Agrícola “Diogo Feijó”	1922 a 1926	- Correcional	Público	Ministério da Agricultura
Abrigo de Menores (1944: passou a ser Educandário “Quito Junqueira”)	1938 (Ativo)	- Criação e formação profissional de meninos pobres e/ou órfãos	Particular	Fundação “Sinhá Junqueira”

Fonte: Fonseca, 2015, p. 473.

É notável forte semelhança entre essas instituições e as edificadas na capital paulista, assim como instituições fundadas em diversas outras localidades e estados, pertencentes ao amplo movimento de preocupação com o futuro da infância entregue ao “descontrole” das ruas. Entre instituições de socorros mútuos e assistência caritativa, aparecem quatro voltadas especificamente ao atendimentos da infância, com objetivos e formas de organização distintas: o *Asilo de Órfãs Anália Franco*, criado para prestar assistência a meninas necessitadas; o *Patronato Agrícola Diogo Feijó*, que teve como propósito “regenerar” meninos por meio do trabalho agrícola; o Abrigo de Menores, que em 1914 passou a chamar *Educandário Quito Junqueira*, criado para formar profissionalmente meninos pobres ou órfãos e o *Instituto de*

Proteção e Assistência à Infância, para difusão de cuidados médicos e higiênicos e nos mesmos moldes da instituição carioca concretizada pelo higienista Moncorvo Filho.

Das quatro instituições citadas, apenas uma foi criada por meio do sistema público, que foi o *Patronato Agrícola Diogo Feijó*. Nas primeiras décadas do século XX, como já descrito, era mais comum que o Estado se preocupasse com a questão dos reformatórios e do controle dos meninos que se envolvessem em algum caso de delinquência, até mesmo objetivando que esses jovens fossem integrados como mão de obra para a agricultura e a indústria (RIZZINI, 1993). As outras três foram criadas por meio da iniciativa particular e, ao menos no que se refere ao *Asilo de Órfãos Anália Franco*, o privado se conveniava ao público por meio de subvenções direcionadas à instituição, consolidando assim, no município de Ribeirão Preto, a prática filantrópica na assistência à infância, já comum em todo o país.

Deste ponto em diante, será possível elucidar como a assistência institucional filantrópica, particularmente a edificada por Anália Franco à frente da *Associação Feminina Beneficente e Instructiva*, se consolidara no município interiorano de Ribeirão Preto, por meio do estudo do *Asylo de Orphans Anália Franco*, criado em outubro de 1917 e que atendia a meninas de Ribeirão Preto e região. Atualmente, a instituição ainda tem registro como pessoa jurídica (segundo informações de membros da *Loja Maçônica Estrella D'Oeste*), mas suas instalações físicas já não existem mais e há registros de entrada e saída de internas até o ano de 1972 (ASYLO ANÁLIA FRANCO, 1972).

3.3- A criação do *Asylo de Orphans Anália Franco*: marcos fundantes

É uma gloria para Ribeirão Preto que conta em seu seio com muitas instituições de ensino, também um Asylo para amparar, educar e instruir crianças orfhans e pobres. É uma aspiração altamente patriótica! Eis hoje realizado o sonho adorável d' aquella que com mão profusa lançou a semente em terreno fértil para que os devotos trabalhadores a fizessem germinar, D. Anália Franco, si hoje lhe fosse dado o poder de quebrar o sonno eterno que a retêm nas alturas infinitas, sorriria de prazer em ver que as creanças a quem ella tanto amou, hoje tem um abrigo seguro e confortável, edificado pelos homens livres e independentes desta terra! O seu fim era proporcionar instrucção e amparo à população infantil privada desse zelo material, que abre a alma das creanças as irradiações da luz, e as infinitas doçuras do amor!¹⁶ (ASYLO ANÁLIA FRANCO, 1938, p. 1).

¹⁶ Trecho do discurso da então diretora do asilo, D. Anita A. dos Santos, no evento de inauguração de sua sede social.

Desde sua fundação em Ribeirão Preto no ano de 1885, a *Loja Maçônica Estrella D'Oeste* já demonstrava certa preocupação com a educação e a assistência à infância no município, fato recorrente em muitas cidades brasileiras, vez que a instrução das camadas populares da sociedade já se constituía objetivo da maçonaria brasileira desde o século XIX. Combater a ignorância e possibilitar a ilustração das massas seria considerada pela Ordem uma “missão”, uma necessidade que garantiria a inserção em alguma forma de trabalho e a liberdade dos brasileiros, rumo ao progresso que se almejava para o país. Além disso, o interesse pela educação deve ser entendido sob a ótica da ligação entre a maçonaria e o regime republicano brasileiro (EGITO, 2011).

É nesse contexto que já no ano de 1909 se discutia, entre os maçons da Loja, a necessidade de investirem em escolas na cidade. Em seu discurso de posse, o venerável mestre¹⁷ Mário de Castro Pinto salienta sua intenção de investir em escolas e de criar uma escola comercial¹⁸ em Ribeirão Preto, complementando sua fala com a afirmação de que, caso não conseguisse realizar esse feito com os recursos disponíveis, poderia ser fundada a escola pelo “sistema Dona Anália Franco” (LOJA MAÇÔNICA ESTRELLA D'OESTE, 1921, p.118-119). A utilização do termo “sistema” para descrever o trabalho de Anália, inclusive, confirma a tese já levantada anteriormente de que a educadora organizou uma “rede” de assistência e educação no Estado de São Paulo.

Quase quatro anos depois, em fevereiro de 1913, Anália enviou uma correspondência à Loja “solicitando apoio moral” (LOJA MAÇÔNICA ESTRELLA D'OESTE, 1921, p. 44) da maçonaria paulista para fundar instituições de assistência no interior. A carta foi lida em reunião do grupo de maçons e os presentes concordaram em apoiar Anália em seu pedido, resolvendo então enviar correspondências a outras Lojas Maçônicas da região, para conseguirem apoio a essa obra. Novamente, destaca-se a forte contribuição da maçonaria a Anália e à AFBI, vez que os maçons se organizaram e se uniram no propósito de criar as condições para a fundação de instituições pela educadora e sua Associação, cujo trabalho ia ao encontro da “missão” da maçonaria de ilustrar as camadas populares.

Alguns anos mais tarde, em maio de 1917, os maçons começavam as movimentações para a fundação do *Asylo de Orphans Anália Franco* em Ribeirão Preto. Consta na ata da reunião do dia 21, que o então presidente daquela Loja visitou Anália Franco para tratarem da criação de um asilo de órfãos na cidade e, para isso, ela pedia apoio àquele grupo de maçons, principalmente financeiro (LOJA MAÇÔNICA ESTRELLA D'OESTE, 1921, p.52-54).

¹⁷ Presidente da Loja

¹⁸ Não foram encontrados indícios de que essa escola foi realmente criada.

Portanto, conclui-se que a criação da instituição foi uma iniciativa da própria Anália, e sua relação com a Loja Maçônica ribeirão-pretana nesse projeto pode ser assim descrita:

Se achando a Loja já empenhada em coadjuvar a Exma. Sra. D. Analia Franco, na criação do Asylo de Orphãos nesta cidade, elle propunha: que esta Loja expedisse (uma circular) a todos digo a todas as Lojas no Estado solicitando um obulo para esse fim. (...) apesar dos exforços que viemos fazendo para collocar a nossa Loja como um legítimo factor de progresso, na actualidade, como um aparelho útil para desempenhar qualquer das funcções a que se destina a nossa sublime instituição, exforços alias reconhecidos pelos poderes competentes, não encontramos até agora uma occasião opurtuna para o nosso fim desejado, mas que se lhe afigurava offerecer-se agora essa opportunidade, e auto da resolução que tomou a Benemerita Sra. D. Analia Franco, de fundar nesta cidade um Asylo para o amparo de meninas pobres (LOJA MAÇÔNICA ESTRELLA D'OESTE, 1921, p.55-56, destaque meu).

O termo “coadjuvar”, em destaque no trecho, exprime o sentido de coautoria de Anália e da *Loja Maçônica Estrella D'Oeste* na criação do asilo. Além disso, no final do recorte fica claro que a iniciativa de fundar a instituição, que deveria atender a meninas pobres, veio da própria Anália, e auxiliá-la nesse feito constituiria a oportunidade que os maçons esperavam para colocarem a Loja como “legítimo fator de progresso”, pois, conforme já discutido anteriormente, a educação das massas tinha sua importância na crença maçom e, por esse motivo, eles “coadjuvaram” na criação de muitas instituições de educação e/ou assistência no país.

Nessa reunião, realizada em 28 de maio de 1917, os maçons aprovaram o pedido de apoio feito por Anália e, a partir de então, se organizaram para fundar a instituição, utilizando-se principalmente dos momentos das reuniões da Loja para discutirem o assunto e direcionarem as ações. Terminaram a reunião colocando em pauta ainda a oposição da igreja católica local ao projeto e com a resolução de organizar listas de doações tanto entre os maçons quanto no mundo “profano”, ou seja, entre não maçons.

Quase um mês depois, em 25 de junho, foi realizada uma reunião em tom solene e festivo na *Loja Maçônica Estrella D'Oeste*, devido à arrecadação de donativos para a criação do asilo. Reunião essa que contou inclusive com a presença da própria Anália: “(...) em seguida foi dado ingresso a Exma. Sra. D. Analia Franco, que foi tambem recebida e saudada pelo [presidente da Loja]” (LOJA MAÇÔNICA ESTRELLA D'OESTE, 1921, p.71). No final da reunião, foi entregue toda a quantia arrecadada para a educadora, que não somente tomou a iniciativa de fundar o asilo ribeirão-pretano, como também acompanhou presencialmente seu processo de criação.

Além disso, Anália Franco e a AFBI também contribuíram em âmbito financeiro para a fundação do asilo, por meio das apresentações do *Grupo Dramático Musical Anália Franco*, o que vem a confirmar o fato de que este, formado por internas de instituições paulistanas, tinha como objetivo principal reunir donativos para a criação de instituições por meio de seus espetáculos. Foram realizadas treze apresentações em Ribeirão Preto nos meses que precederam a criação do asilo (APÊNDICE A, linhas 11-19, 21-24).

No mês de setembro de 1917, já se discutia os trâmites finais da instalação e da inauguração do asilo. Na reunião do dia 10, o então presidente da Loja, Mário de Castro Pinto, informa que em breve o asilo seria inaugurado e que a Escola Feminina, já existente e também sob direção daqueles maçons, seria transferida para o mesmo prédio (LOJA MAÇÔNICA ESTRELLA D'OESTE, 1921, p.96-101).

Por fim, o *Asylo de Orphans Anália Franco* de Ribeirão Preto foi inaugurado no dia 3 de outubro de 1917, em prédio na rua Visconde de Inhaúma, nº 35 (ASYLO ANÁLIA FRANCO, 1938, p. 1). Cinco anos mais tarde, em 1922, foi transferido a um novo prédio nomeado como sua sede social, à Rua Rui Barbosa, nº 11 e, no ano de 1930, o *Asylo de Orphans Anália Franco* foi novamente transferido para a Rua Rui Barbosa, agora nº 37, devido a um grave incêndio que acometeu suas instalações¹⁹. Embora a instituição atualmente ainda tenha registro como pessoa jurídica (segundo informações de membros da *Loja Maçônica Estrella D'Oeste*), suas instalações físicas não existem mais e há registros de entrada e saída de internas até o ano de 1972 (ASYLO ANÁLIA FRANCO, 1972). Como se pretende nessa pesquisa dar luz a seu processo de criação e sua organização, buscando conexões com a obra de Anália Franco, optou-se por delimitar aqui o estudo da instituição até o ano de 1925.

Na sessão solene de inauguração da sede social, em 1922, estiveram compondo a mesa:

Exmo. Dr. João Rodrigues Guião, Prefeito municipal, Exmo. Dr. Joaquim Mamede da Silva, Juiz de Direito da Comarca, Dr. Fábio de Sá Barreto, vice-presidente da Camara Municipal desta cidade, Dr. Tito Livio dos Santos, Juiz de Paz desta Comarca, Dr Plinio dos Santos, Inspector Escolar Municipal, Dr. Benjamin Anderson Estauffer, Presidente do Asylo, José Télles, Thesoureiro interino, Miguel Deloiagono, Secretário e a Senhorita Anita dos Santos, Directora do Asylo (ASYLO ANÁLIA FRANCO, 1938, p. 1).

Embora a instituição fosse uma iniciativa particular materializada por Anália Franco e pela *Loja Maçônica Estrella D'Oeste*, nota-se nesse trecho a presença de personalidades políticas do município de Ribeirão Preto, dentre elas juízes, o inspetor escolar, um representante

¹⁹ Que resultou, inclusive, na perda de alguns documentos e registros importantes do asilo. Provavelmente por este motivo, não foi encontrado nenhum registro das festividades de inauguração em 1917.

da Câmara Municipal e o próprio prefeito, a quem inclusive era atribuído o título de presidente honorário do asilo (ASYLO ANÁLIA FRANCO, 1922, p.1). Por meio da parceria entre o público e o privado, a prática filantrópica se firmava na criação da instituição, assim como em sua manutenção financeira, como era comum no campo assistencial no país desde o século XIX e, principalmente, nas ações já edificadas por Anália Franco à frente da AFBI, que se constituíam por meio de redes de alianças entre o setor público, a elite econômica e a sociedade em geral.

Os membros da *Loja Maçonica Estrella D'Oeste* foram os responsáveis pela fundação e manutenção financeira do asilo, juntamente com as apresentações do *Grupo Dramático Musical Anália Franco* e outras doações particulares. Para além da inauguração, esses maçons também foram os principais responsáveis pela manutenção financeira da instituição, pois a eles cabia garantir a maior parte do orçamento. Apenas um mês após a criação do asilo, em reunião de 5 de novembro de 1917 (LOJA MAÇÔNICA ESTRELLA D'OESTE, 1921, p.118-124), fica definido que seria organizada uma lista de sócios contribuintes à instituição, por meio da emissão de talões de recibos mensais. No estatuto aprovado em 1924, a divisão entre os sócios é assim descrita:

CAPITULO II

Dos sócios

Artigo 3º - Os sócios serão de quatro categorias: contribuintes, efectivos, remidos e benemeritos.

§1º - Serão sócios contribuintes todos aquellos que contribuirém mensalmente com a importância mínima de 2\$000.

§2º - Serão sócios efectivos, os membros activos da Loja Maçonica «Estrella D'Oeste», desta cidade;

§3º - Serão sócios remidos aquellos que, com esse intuito, fizerem ao Asylo, de uma só vez, o donativo da importância nunca inferior a 1:000\$000;

§4º - Serão sócios beneméritos todos aquellos que fizerem ao Asylo donativos valiosos de importância nunca inferior a 500\$000 ou prestarem relevantes serviços, a juízo da Directoria (ASYLO ANÁLIA FRANCO, 1925a, p. 6).

Em 1925, o asilo contava com as contribuições de 115 sócios contribuintes, 125 efetivos e 53 beneméritos, totalizando 293 sócios, sem contar os que eram classificados como “remidos”, cuja informação de quantidade não aparece no documento (ASYLO ANÁLIA FRANCO, 1925b, p.24). O título de sócio efetivo, atribuído aos maçons contribuintes, garantia também certo poder na tomada de decisões na gestão do asilo, pois formavam a única categoria que tinha direito ao voto nas assembleias, inclusive para a eleição de membros que compunham a diretoria. A todos os sócios, que assim eram chamados por contribuirém com bens ou serviços, cabia o dever de zelar pela instituição e suas internas.

A última categoria citada no trecho acima, a de sócios beneméritos, que contribuíam com quantia superior a 500\$000 ou com a prestação de serviços, foi agrupada do Livro de Ouro do asilo (ASYLO ANÁLIA FRANCO, 1967 - ANEXOS A e B), que teve registros entre os anos de 1921 e 1967 e foi aqui analisado até o ano de 1925. Nesses registros, em que a maioria das doações foi realizada nos anos de 1921 e 1922, antecedentes à inauguração da sede social e certamente para contribuir com as instalações do novo prédio, constam os nomes de famílias influentes na sociedade ribeirão-pretana, como Junqueira e Diederichsen, sendo esses últimos responsáveis pela doação, no ano de 1925, de um automóvel cujo valor da venda deveria ser dividido entre o *Asylo de Orphans Anália Franco* e o *Asylo Padre Euclides*, outra instituição de assistência na cidade (ASYLO ANÁLIA FRANCO, 1938, p. 17).

Além das duas poderosas famílias, merece destaque também o aparecimento do nome do Cel. Francisco Schimidt, um dos principais produtores de café da região (CARONE, 1972) e que já havia exercido cargo de vereador em Ribeirão Preto; o médico Eugenio Rocha, que atendia às meninas do asilo sem cobrar por seus serviços (ASYLO ANÁLIA FRANCO, 1925b) e entidades coletivas, como exemplo as formadas pelos dois principais clubes de futebol da cidade, que aparecem na lista como *Club de Football Botafogo* e *Club Commercial de Football*. A diversidade dos “beneméritos” citados, sejam eles pessoas ou grupos da sociedade civil, demonstram que a filantropia era uma prática recorrente e valorizada dentre diferentes setores sociais e, além disso, dá indícios do reconhecimento do trabalho consolidado por Anália Franco no Estado de São Paulo.

O asilo, porém, não era mantido apenas por meio de doações privadas, mas também recebia alguma verba pública (principalmente do governo municipal e normalmente insuficiente), conforme demonstra o Relatório Financeiro Municipal²⁰, dos anos de 1921 a 1928 (RIBEIRÃO PRETO, 1929 - ANEXO C), em que aparece certa quantia destinada ao *Asylo de Orphans Anália Franco* e a outras instituições de assistência da cidade.

Para além da contribuição do governo municipal, o Relatório²¹ produzido pela Diretoria do asilo, relativo ao ano social 1924-1925 e apresentado pelo então presidente da instituição, Sr. Tito Livio dos Santos, em sessão do dia 25 de julho de 1925, foi elaborado com a intenção de demonstrar o trabalho realizado na instituição e pedir uma subvenção do governo estadual, cujos pedidos foram endereçados ao Secretário do Interior paulista, Fábio de Sá Barreto, e ao

²⁰ Disponível para consulta no Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto

²¹ Disponível para consulta no acervo histórico digital da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (ALESP), no sítio “República Velha”.

líder da Câmara dos Deputados de São Paulo, Armando Prado (ASYLO ANÁLIA FRANCO, 1925b, p.1 e 4). No mesmo documento, constam ainda os seguintes dizeres:

Figura 2 – Trecho do Relatório do Asylo de Orphans Anália Franco de Ribeirão Preto (1925)

Fonte: Asylo de Orphans Anália Franco, 1925b, p.20

Embora a maior parte da contribuição financeira da instituição viesse da maçonaria (aqui descrita com as palavras “Grande Oriente”), o trecho acima demonstra que as subvenções municipais de Ribeirão Preto eram regulares, realizadas anualmente, assim como a contribuição da Câmara Municipal de Cravinhos (município vizinho a Ribeirão Preto). É possível concluir, então, que a união entre as esferas pública e privada foi o caminho seguido na criação e manutenção do *Asylo de Orphans Anália Franco* de Ribeirão Preto, sendo esse um ponto de aproximação entre a instituição e a obra de Anália Franco e da AFBI, edificada majoritariamente da mesma forma.

Em agosto de 1922, a diretoria do asilo realizou um empréstimo de 30 contos de réis, contraído com o munícipe Miguel Raghianti e com o prazo de três anos para o pagamento, a fim de quitar as dívidas de construção do novo prédio da sede social do asilo. Tal fato demonstra que, ainda que houvesse a (pouca) contribuição da esfera pública e mesmo com as inúmeras doações privadas, as receitas da instituição não eram suficientes para as despesas que gerava, já que houve a necessidade de contração desse empréstimo, que foi pago dentro do prazo estabelecido (ASYLO ANÁLIA FRANCO, 1938).

Nesse contexto, a sede social do asilo foi então inaugurada em 1922 (onde a instituição funcionou até 1930), quando a diretora, D. Anitta A. dos Santos proferia seu discurso e dizia: “Eis uma parte do Asylo feita unicamente pelas esmolas do povo!” (ASYLO ANÁLIA

FRANCO, 1938, p. 2). O novo prédio, localizado na região central do município de Ribeirão Preto, contava com uma fachada imponente, formada por duas escadas e os dizeres “Asylo Anália Franco”.

Figura 3 – Projeto da fachada do Asylo de Orphans Anália Franco (1921)

Fonte: Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto

Fazia parte desse mesmo projeto de construção, enviado à Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto em 1921, uma planta da parte interna da instituição, que era formada, basicamente, por cômodos grandes e coletivos, um dormitório maior e um menor, localizados próximos aos banheiros, dois quartos, o saguão, a cozinha, a copa, a sala de jantar, as instalações da administração e uma área em que se pretendia realizar futuramente uma ampliação:

Figura 4 - Fotografia da planta da Sede Social do Asylo de Orphans Anália Franco (1922)

Fonte: Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto

Pelo documento, é perceptível que a arquitetura do prédio favorecia a vigilância e o controle das internas, devido a fatores como amplitude e coletividade dos cômodos, além de demonstrar as relações de poder que se estabeleciam entre a administração e os funcionários e alunas, sendo que a primeira ocupava os dois cômodos frontais, cuja fotografia²² demonstra como se organizavam internamente:

Figura 5 – Sala da administração do Asylo de Orphans Anália Franco de Ribeirão Preto (não datada)

Fonte: Loja Maçônica Estrella D'Oeste

A disposição do mobiliário, com ênfase para a mesa central envolta por cadeiras, permite reconstruir as cenas das reuniões constantes que ali ocorriam. Ao alto, no centro, uma homenagem àquela cuja ideia se materializara na instituição, junto à *Loja Maçônica Estrella D'Oeste*: um quadro com uma fotografia de Anália Franco. O mesmo quadro foi restaurado (segundo informações dos maçons) e se encontra, atualmente, decorando o saguão de entrada da referida Loja.

Em 1925, o aumento que se previa na planta da sede social de 1922 já havia sido realizado: e, conforme demonstra a imagem a seguir, foi construído um pavimento superior e

²² Todas as fotografias do Asylo de Orphans Anália Franco de Ribeirão Preto foram cedidas pela *Loja Maçônica Estrella D'Oeste*. Estavam quase todas “soltas”, guardadas em um envelope e algumas pertenciam a um álbum de fotografias. A maioria delas não foi datada.

salas para a realização das oficinas que compunham o ensino profissional ministrado às internas:

Figura 6 – Trecho do Relatório do Asylo de Orphans Anália Franco de Ribeirão Preto (1925)

O prédio concluído tem as dimensões seguintes: Mede 24 mts. de frente pela rua Ruy Barbosa, por 31 mts. pela rua Liberdade. Com dois pavimentos; no terreo, cosinha de 5 mts. x 4, Copa, de 6,00 x 7,00 mts. Refeitorio, de 10,50 x 7,00; Sala para escola profissional, 21,00 x 7,00; Salão de aulas, 19,050 x 7,00; Jardim da infancia, 7,00 x 5,00; 2 salas de entrada 5,00 x 3,050; 2 salas de bibliotheca 5,00 x 3,050; Sala de dactylographia, 5,50 x 5,00; Dispensa, 4,00 x 5,00, e Area interna, ladrilhada 17,050 x 9,050; no pavimento superior: Sala de visitas, 7,00 x 5,00; Sala de musica, 5,00 x 3,050; Escripatorio, 5,00 x 3,050; Dormitorios da Directora e professora, 5,00 x 3,050; Salões de dormitorio um de 19,050 x 7,00 e outro de 21,00 x 7,00; Dormitorio das maiores, 6,050 x 7,00; Sala de costura 10,050 x 7,00; Rouparia, 4,00 x 5,00 e 1 quarto de 5,50 x 5,00.

Fonte: Asylo de Orphans Anália Franco, 1925b, p.18

A organização dos espaços também deixava clara a relação de poderes que se estabelecia entre internas maiores e menores, pois como descrito acima, as últimas dormiam nos “salões de dormitórios” coletivos e bem mais amplos que o “dormitório das maiores”, com dimensões menores, já que era reservado a um grupo seletivo de ocupantes. Essa relação ia para além da arquitetura do prédio, pois às internas maiores eram atribuídas funções na instituição, inclusive no que se referia aos cuidados com as menores (ASYLO ANÁLIA FRANCO, 1925b).

A construção e as formas de organização física da instituição permitem que ela se enquadre na descrição dos asilos infantis feita por Rizzini (1993, p. 97), que se configuravam como: “uma micro-sociedade, onde os preceitos da higiene médica são obedecidos, onde a educação é dirigida para o trabalho e onde o poder disciplinador atinge o efeito moral desejado na introjeção da vigilância pelos internos”. Os “ares” de disciplina e higiene se faziam presentes no cotidiano da instituição, seja pelo uniforme das internas, “composto de saia azul marinho e blusa branca” (ASYLO ANÁLIA FRANCO, 1925b, p. 7), ou pelos “cuidados hygienicos”, assim descritos no Relatório de 1925: “Procedeu-se a desinfecção sanitaria do dormitorio, com cooperação da Delegacia de Saude. As camas foram novamente esmaltadas e pintado todo o

dormitório” (p. 6). Os preceitos de higiene e disciplina são marcantes nesta fotografia de um dos dormitórios do asilo:

Figura 7 – Fotografia do dormitório do Asylo de Orphans Anália Franco (não datada)

Fonte: Loja Maçônica Estrella D'Oeste

Novamente fazendo alusão à Anália, as meninas dormiam sob o letrero “Salve Anália Franco”, em camas enfileiradas, o que também favorecia a frequente vigilância do local. Além disso, a roupa branca minuciosamente organizada nas camas, assim como a vestimenta branca da mulher que aparece na foto e as janelas abertas, permitindo a entrada de luz, eram pontos favoráveis aos preceitos higienistas para a salubridade dos asilos. Porém, é necessário considerar a distância existente entre aquilo que se pretendia mostrar com as fotografias e relatos, que tinham como principal função angariar verbas e doações, e a prática real e cotidiana da instituição, pois mesmo demonstrando que ali havia grande organização e eram seguidas as regras de higiene vigentes, não pôde ser evitada a contaminação por verminose de um grande número de internas, conforme consta no Relatório do Asylo de Orphans Anália Franco (1925f).

A partir daqui, serão abordadas as questões de organização do ensino e alguns aspectos das práticas realizadas no asilo, juntamente aos perfis dos sujeitos que delas faziam parte. Dessa forma, buscou-se dar luz aos acontecimentos cotidianos da instituição e traçar alguns pontos de aproximação entre o trabalho ali realizado e a obra assistencial de Anália Franco.

4 – O *Asylo de Orphans Anália Franco* de Ribeirão Preto

4.1- A organização do ensino – conexões com as publicações de Anália Franco

Na reunião da *Loja Maçônica Estrella D'Oeste* realizada no dia 20 de janeiro de 1919, pouco mais de um ano após a fundação do asilo ribeirão-pretano, noticiava-se com pesar o falecimento de Anália Franco, vítima de gripe espanhola:

Dedicou-se a ingente batalhadora, a fundação das Escolas Maternaes, cujos beneficos efeitos a ninguém que se interessa pelo progresso intellectual e Moralidade Publica, é dado desconhecer. Como Complemento dessa grandiosa organização, dirigiu suas vistas para o interior do Estado, e para evitar a prostituição e a Mizeria das futuras Mães de familias da Classe popular, fundou os azylos existentes, entre os quaes o desta cidade, mantido por esta Loja, sendo certo que a fundação das Escolas Maternaes e dos azylos foi feita nos moldes da associação feminina de São Paulo, da qual era fundadora e Prezidente a grã extincta (LOJA MAÇÔNICA ESTRELLA D'OESTE, 1921, p.272-273).

Nesse discurso realizado pelo então presidente da Loja Maçônica, que precedeu o encerramento da sessão por luto, consta a afirmação de que as escolas maternais e os asilos do interior foram criados aos moldes da AFBI e é citado como objetivo dessas instituições, dentre elas o *Asylo de Orphans Anália Franco* de Ribeirão Preto, formar futuras “mães de famílias”, evitando a miséria e a prostituição de meninas que não tinham condições materiais mínimas para sua existência. Quando se analisa a organização do ensino do asilo ribeirão-pretano, pautado principalmente na realização de oficinas profissionalizantes relacionadas a trabalhos manuais ou aos cuidados com o lar, fica perceptível que esse objetivo foi também buscado pela instituição e que, às internas, foi oferecida a educação que se pretendia para as mulheres da época, a necessária para a formação de “mães de família”, responsáveis pelos cuidados com a família a com a casa, e que pudessem constituir algum trabalho como forma de sustento, se preciso fosse.

Essas ideias se aproximavam da concepção de educação da mulher defendida por Anália Franco. Ainda que a educadora tenha difundido, durante grande parte de sua trajetória, a importância da instrução feminina para que a mulher pudesse ampliar seu leque de conhecimentos e conseguisse se manter financeiramente, é necessário considerar que as ideias de Anália foram influenciadas pelas regras sociais do tempo de sua existência, em que a igualdade entre homens e mulheres não era algo aceitável, sendo que os papéis de cada grupo eram bem marcados no início do século XX. A concepção de Anália para a educação feminina

pode ser resumida nesta passagem extraída do periódico *A voz maternal*, em que, sob o título “A instrução da mulher”, se coloca para leitura um trecho do “Almanak Alagoano das Senhoras”:

Façamos da mulher, não uma especialidade scientifica ou litteraria, não uma notabilidade philosophica ou heroína guerreira, mas o que ella deve ser: filha modelo, boa esposa e excelente mãe. (...) estamos em uma disjunctiva da qual nunca poderemos sahir: ou a educação da mulher é, como deve ser, menos avançada que a do homem, e nesse caso será sempre educada por este, porque sempre lhe ficará o que ensinar, ou será tão instruída ou mais do que elle, nesse caso se estabelecerá uma espécie de antagonismo científico, ou o que é peor, uma superioridade intellectual da parte da mulher, mui pouco a propósito para sua posição de companheira submissa, e mui inadequada para conservar a paz domestica. (A VOZ MATERNAL, abril de 1904, p.4).

A seleção do texto para publicação no periódico que, como já citado, era entregue aos sócios e sócias da AFBI para divulgar as ações realizadas e alguns dos preceitos defendidos pela Associação, demonstra a opção por uma educação limitada da mulher, voltada para o que a sociedade esperava dela: que fosse boa filha, boa esposa e boa mãe, quando muito que cuidasse de modo satisfatório dos lares de outras famílias ou fosse “prendada” com a costura ou na elaboração de outros artefatos. Ainda assim, por discutir a necessidade alguma instrução para as mulheres, mesmo nesses moldes, Anália pode ser considerada como transgressora em uma sociedade que pouco se preocupava com isso no início do século XX.

Com base nessa mesma concepção de educação feminina é que foi organizado o ensino no *Asylo de Orphans Anália Franco* e suas finalidades foram assim definidas:

Artigo 1º - O Asylo de Orphans Analia Franco, é uma instituição humanitária cujo programma é praticar a caridade moral, intellectual e material ás criancinhas orphans sem distinção de cor, nacionalidade e crença religiosa, encontrando manutenção, educação e instrução, sem o menor constrangimento de opiniões religiosas, respeitando todas as crenças, tendo por base: «Não fazer a outrem o que não queremos que nos façam, amar a Deus e ao próximo, com programma genuinamente leigo.

§ 1º - Para admissão de uma criança no Asylo, são requisitos: a) ser orpham e pobre, b) ser menor de dez anos, c) trazer documentos passados pelo curador geral de orphans, tutores ou parentes collateraes, d) attestado medico que garanta o bom estado de saúde e respectivo attestado de vacina, e) apresentar a directoria, documento assignado por tres pessoas de reconhecida idoneidade que afirmem o desprezo dos paes pela criança e, neste caso, só pode ser adminittida com a interferência do curador geral de orphans, que dará a directoria do asylo, a renuncia paternal com as leis civis em vigor.

(...) § 3º - A emancipação das orphans, dá-se aos vinte anos de idade, salvo motivo de casamento, que será feito com aquiescência da directoria.

(...) § 5º - Ao emancipar-se uma orphan, a directoria do asylo, tem o dever de promover, por todos os meios ao seu alcance, a sua collocação, attestando o seu comportamento moral, seu desenvolvimento intellectual e suas aptidões profissionaes” (ASYLO ANÁLIA FRANCO, 1922, p.1).

Nesse Regulamento do asilo, publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 2 de agosto de 1922 (ANEXO D), fala-se em “caridade moral, intelectual e material”, por meio da “manutenção, educação e instrução”. Assim como o que pretendia Anália Franco para as instituições ligadas à AFBI, no asilo ribeirão-pretano as ações se estendiam para além da assistência imediata e exclusivamente material, pois havia a preocupação de como se educariam as internas no tempo de suas vidas que ali passariam. Além disso, na emancipação de uma interna, que se dava aos vinte anos de idade ou por motivo de casamento, cabia à instituição a colocação da jovem no meio social, atestando inclusive seu “desenvolvimento intelectual e suas aptidões profissionais”, que deveriam ser adquiridas por meio da educação que receberiam na instituição, vez que lá passavam a maior parte de suas vidas até atingirem essa idade. Outro ponto de aproximação entre o asilo e a AFBI é a opção por um ensino leigo, que respeitasse as diferentes opções religiosas das internas, mas que tinha como base o preceito cristão de amor a um único deus.

Embora não fique explícito neste Regulamento que o asilo só aceitava meninas, o uso das palavras no gênero feminino leva a essa conclusão, considerando-se que essa informação aparece explícita no Estatuto publicado três anos depois (aprovado em Assembleia Geral em 1924 e publicado em 1925); nele, é colocado que o asilo objetivava “receber creanças orphans do sexo feminino, sem distinção de cor ou nacionalidade, de dois a doze annos de idade” (ASYLO ANÁLIA FRANCO, 1925a, p. 5). A exclusividade do atendimento voltado a meninas não era condizente com os objetivos da AFBI que, conforme já descrito, abrangiam o atendimento a crianças de ambos os sexos, mas não foi possível, na presente pesquisa, descobrir as razões dessa escolha de restrição a meninas no asilo de Ribeirão Preto.

Efetivamente, a instituição era exclusiva ao acolhimento de meninas e houve registro de apenas um menino, descrito como “O Joel” (ASYLO ANÁLIA FRANCO, 1925b, p. 14), admitido em caráter de exceção, por motivo do falecimento de sua mãe e devido ao pedido do juiz de direito “dr. Manoel Carlos”, a quem cabia destinar as crianças em situação de abandono da região de Ribeirão Preto. No documento, consta ainda que o Joel ficaria na instituição até completar dois anos, quando seria entregue a quem o juiz julgasse mais conveniente.

Quanto à organização do ensino, aos moldes do que regulamentavam os estatutos da AFBI, o ensino no asilo era organizado por níveis já em 1922:

Artigo 6º - O Asylo de Orphans Analia Franco manterá tres cursos de instrucção Primario, Secundario e Profissional, postos em pratica em armonia com recursos pecuniários.

§ 1º - O ensino primario, será ministrado de accôrdo com a Lei do ensino em vigor no Estado de São Paulo e as aulas serão regidas por asyladas competentes para este fim.

§ 2º - Para as aulas dos cursos secundario e profissional, a directoria contractará as professoras necessárias quando estas faltarem dentre as asyladas (ASYLO ANÁLIA FRANCO, 1922, p.1).

Prevvia-se que as próprias internas assumissem o cargo de professoras na instituição e, quando isso não fosse possível, seriam contratadas professoras pela diretoria, fato que permite a crítica em relação à qualidade do ensino ministrado, pois nada era indicado em relação à necessidade de formação das meninas para assumirem o cargo da docência, ao contrário do que objetivava Anália Franco com a criação dos liceus femininos. Nesse Regulamento do asilo de 1922, pouco se detalhou como seria organizada cada uma das etapas do ensino definidas, ao contrário do que traz o Regimento Interno da instituição, publicado em 1925, em que esta questão aparece de forma bastante detalhada e são definidos os seguintes níveis:

- a) *Jardim da infância* (internas dos 4 aos 7 anos): descrito como “transição do lar para a escola” (ASYLO ANÁLIA FRANCO, 1925c, p. 15), tinha como programa principal a educação dos aspectos físicos, intelectuais e morais das crianças, de modo “mais concreto e intuitivo possível, visa tão somente o desenvolvimento dos sentidos”. No Regimento era previsto que o período diário de trabalho seria de quatro horas, com descansos regulares, de forma que cada aula não excedesse quinze minutos e a direção desse nível caberia a uma das asiladas mais velhas;
- b) *Curso primário* (para internas de 7 anos ou mais e que ainda não apresentassem preparo para o curso médio): esse nível de ensino deveria ser mantido e regulamentado pelo Governo do Estado e, assim, deveria ser regido por suas leis. Portanto, sua organização não foi detalhada no Regimento Interno do asilo;
- c) *Curso médio*: deveria existir para revisão geral do curso primário, com o objetivo de auxiliar as asiladas que quisessem cursar o secundário. Em 1925, esse nível ainda não existia, e o documento citava que “A’ Directoria compete providenciar a sua instalação quando julgar necessário” (ASYLO ANÁLIA FRANCO, 1925c, p. 16). Tal fato indica que era muito baixa ou mesmo inexistente a demanda de internas que alcançavam ou pretendiam alcançar o nível de ensino secundário, conforme se nota no próximo item;
- d) *Curso secundário*: Também inexistente, objetivava-se instalar assim que ao menos cinco internas tivessem a condição de frequentá-lo, sendo que a definição de quando as meninas alcançariam essa condição cabia à diretoria do asilo. No Regimento, aponta-se

ainda que se fosse mais conveniente à instituição, as candidatas a este nível poderiam frequentar o *Gymnasio do Estado em Ribeirão Preto*, ou as *Escolas de Commercio ou Pharmacia e Odontologia*;

- e) *Ensino profissional*: de frequência obrigatória a todas asiladas que tivessem dez anos ou mais, nas três oficinas existentes, nesta ordem: de roupas brancas, de rendas e bordados e de confecções²³. As meninas deveriam dedicar três anos a cada oficina e, caso a diretoria definisse que a interna já tivesse conhecimento suficiente do conteúdo ensinado em determinada oficina, poderia passar a cursar a próxima da lista. O programa desse nível de ensino seguia os moldes da AFBI, sendo previsto ainda que para a direção seria contratada uma professora diplomada na “Escola Profissional Feminina de S. Paulo” (ASYLO ANÁLIA FRANCO, 1925c, p. 17), pertencente à Associação. Junto às oficinas e de frequência concomitante, deveria ser oferecido o curso de desenho profissional, cujo conteúdo era selecionado para facilitar a aprendizagem nas mesmas, e ainda os cursos de datilografia, música, flores, arte culinária e puericultura, sendo os três primeiros facultativos e apresentados como opção às meninas que os preferissem cursar ao invés das oficinas, e os dois últimos (arte culinária e puericultura) de frequência obrigatória a todas as internas que tivessem 14 anos ou mais.

Dessa forma, a educação das internas do *Asylo de Orphans Anália Franco* foi organizada com base na valorização do ensino profissionalizante, em detrimento dos níveis médio e secundário, que sequer existiam no ano de 1925. Essa organização foi moldada de acordo com o que definiam os documentos normativos da *Associação Feminina Beneficente e Instructiva*, já citados anteriormente, pois já em 1909 se colocava como objetivo a criação de escolas profissionais para ambos os sexos, em todo o Estado (ASSOCIAÇÃO FEMININA D. ANÁLIA FRANCO, 1919). Além disso, é notável, também, a semelhança entre as oficinas escolhidas no asilo ribeirão-pretano com as que ocorriam nas instituições paulistanas da AFBI, descritas no Relatório da Associação (AFBI, 1913, p. 8), como “Officinas de Flores, Costuras e Bordados”.

Assim, embora o Regimento Interno citasse a possibilidade de criação ou destinação das internas a estabelecimentos que ofereciam os cursos médio e secundário, a organização do ensino, com a frequência obrigatória nas oficinas profissionalizantes logo que as meninas

²³ Não foi possível encontrar, nas fontes utilizadas nessa pesquisa, indícios sobre a organização, a frequência e as práticas realizadas nas três oficinas citadas.

deixavam o ensino primário, aos dez anos, dificultava que elas almejassem seguir outra trajetória que não aquela que já estava ali posta e de possível e fácil acesso. Portanto, assim como as já referidas publicações de Anália acerca da educação feminina, a educação da mulher aparece também no asilo ribeirão-pretano para garantir algum conhecimento que pudesse constituir uma fonte de renda quando a interna não fosse mais dependente da instituição, mas também não busca, em momento algum, superar a condição feminina de inferioridade em relação aos homens, já que as meninas aprenderiam principalmente ofícios manuais e, obrigatoriamente, deveriam adquirir conhecimentos necessários para o cuidado com o lar e seus filhos (culinária e puericultura) caso se casassem, ou mesmo para trabalhar cuidando da casa e dos filhos de outrem, papéis reservados exclusivamente à mulher na organização social de então (e que ainda persistem de forma marcante na sociedade atual).

Em abril de 1923, em sessão solene, foram inauguradas no asilo as escolas profissionais, que traziam o ensino de alguns ofícios que não eram considerados exclusivos ao sexo feminino, pois nelas se contemplava a escola prática de comércio e as escolas de datilografia, de telegrafia, de corte e confecção de roupas, de música, de trabalhos de agulha e de confecção de flores e artefatos (ASYLO ANÁLIA FRANCO, 1938, p.10.1). Ainda que essa escola tenha sido inaugurada e a organização do ensino profissional fosse prevista nos documentos reguladores da instituição, destaca-se o fato de que há somente (poucas) informações das práticas realizadas nos cursos de datilografia e telegrafia, deixando a incerteza se todos os cursos previstos eram realmente realizados e, caso fossem, de que maneira aconteciam.

Quanto ao curso de datilografia, sabe-se da contratação de um professor, “Sr. Won Walfe” (ASYLO ANÁLIA FRANCO, 1938, p.4.1) e consta no Relatório do asilo a frequência das internas. Já em relação ao curso de telegrafia, em 1922, o presidente do asilo solicitou à *Cia. Mogiana*²⁴ dois aparelhos de telegrafia para tal, sendo que o pedido foi aceito e os aparelhos foram emprestados por seis meses, ainda com a disponibilização de um funcionário da Companhia para auxiliar nas instruções necessárias (ASYLO ANÁLIA FRANCO, 1938, p.5). Quanto aos demais cursos e oficinas, há somente esta fotografia, e não foram encontradas, nas fontes que compõem essa análise, mais nenhuma informação que permitisse conhecer as práticas de ensino profissionalizantes previstas para o asilo:

²⁴ Companhia Mogiana de Estradas de Ferro

Figura 8 – Fotografia das internas do Asylo de Orphans Anália Franco realizando trabalhos de costura (não datada)

Fonte: Loja Maçônica Estrella D'Oeste

Nessa fotografia, as meninas aparecem sentadas em máquinas de costura enfileiradas em uma sala, realizando alguma atividade relacionada às oficinas de confecção de roupas. As doze internas que aparecem na foto aparentam realmente ter mais de dez anos, mas não parecem ter uma idade muito maior que essa e se nota a presença de apenas duas internas negras.

Outro ponto que merece destaque, por se aproximar muito das ideias educacionais difundidas por Anália Franco, é o *jardim da infância* do asilo em Ribeirão Preto. Como já antes relatado, Anália definiu, nos manuais educativos que escreveu para guiar o trabalho nas escolas maternas da AFBI, que a educação da criança na primeira infância deveria se dar por meio do método intuitivo, de forma concreta, assim como aparece no Regimento que organizara o ensino no *Asylo de Orphans Anália Franco* de Ribeirão Preto em 1925. Também, assim como se previa para o ensino infantil no asilo, nestes manuais, Anália esclarece quanto ao tempo das lições, que deveria ser curto e deveriam ser estabelecidos horários para descanso.

Portanto, pelas proximidades encontradas, conclui-se que o trabalho pedagógico planejado para o asilo era guiado pelas publicações de Anália Franco e pela organização do ensino na AFBI, ou, ao menos, era fortemente influenciado por elas. Porém, novamente é necessário atentar para a distância existente entre o que se pretendia para a instituição e as práticas reais, pois em reunião da diretoria realizada em março de 1925, é colocado que:

Pelo Sr. Presidente foi dito que embora com falta do material preciso, o ‘Jardim da Infancia’ do Asylo, instalado em janeiro deste ano e a cargo de D. Pureza Sperdião, conforme observação sua, acha-se funcionando com bom aproveitamento por parte das menores (ASYLO ANÁLIA FRANCO, 1938, p.18.1).

O trecho traz a informação de que o *jardim da infância* foi instalado somente em janeiro de 1925, quando o asilo já havia completado sete anos de existência e, ainda assim, em condições precárias, já que não havia o material necessário para a prática. Além disso, na fotografia a seguir, é possível ver meninas de diferentes idades sentadas em uma sala de aula, tendo aulas com a mesma professora, o que permite a reflexão se os níveis de ensino eram realmente aplicados de acordo com a idade das meninas ou se outros fatores, como precariedade de instalações físicas e falta de professores, impediam que o ensino ocorresse como o planejado.

Figura 9 – Fotografia das internas em sala de aula no Asylo de Orphans Anália Franco (não datada)

Fonte: Loja Maçônica Estrella D'Oeste

Quanto à frequência em cada nível de ensino, das 71 internas do asilo que estavam na idade definida para esses níveis em 1925, 55 estavam matriculadas na escola primária e um grupo menor, de 16 alunas, no jardim da infância (ASYLO ANÁLIA FRANCO, 1925b). No documento, no que se refere ao ensino profissional, está indicada apenas a frequência da escola de datilografia, em que 11 alunas se matricularam (9 internas do asilo e 2 meninas que não eram residentes na instituição, deixando claro que o curso também era aberto ao público feminino

externo) e consta que 6 meninas já tinham concluído o curso. Como já citado, não foi possível descobrir os motivos de haver apenas a informação de frequência desse curso e qual a razão de nada se indicar em relação aos outros cursos e oficinas e, novamente, faz-se necessário considerar a distância existente entre aquilo que se planejava e aquilo que era possível aplicar, pois a última seção dessa dissertação é dedicada justamente à análise das trajetórias das internas matriculadas entre 1917 e 1925, e os dados demonstram que a maioria delas não permanecia na instituição tempo suficiente para cursar todos os níveis planejados, a deixando, predominantemente, antes mesmo de completarem 14 anos de idade.

Outro ponto de aproximação entre as práticas do asilo e a AFBI foi a ocupação de algum cargo dentro da instituição por uma antiga asilada, ou por alguma menina que ainda estivesse nessa condição, que já era descrita como uma possibilidade no Estatuto da AFBI em 1901, em que o Liceu Noturno deveria exercer o papel de formação das meninas para tal, conforme descrito em seu artigo 4: “Fica estabelecido desde já um Lyceu Noturno, afim de se prepararem directoras para as proprias Escolas da Associação” (AFBI, 1901, p.4). No asilo ribeirão-pretano, a carreira de professora ou diretora seguida por uma interna foi realmente uma prática, conforme se verifica no Livro de Matrículas (1917 – 1972, p. 6) da instituição em que consta, como observação na matrícula de duas das internas, que elas se tornaram professoras: *Sebastiana Martins da Silva* e *Maria Cruz*. Em 1934, a ex-asilada *Maria Martins* ocupou o cargo de diretora da instituição.

Para finalizar essas discussões, cabe ressaltar que a prática educacional no asilo, independentemente do nível, deveria ser realizada com base na disciplina:

Artigo 41º - O conselho, a persuasão deve ser a arma usada pelos professores na educação de suas alumnas.

Artigo 42º - O castigo physico fica expressamente abolido como attentorio ao respeito que os homens se devem uns aos outros, bem como os que aqui não se consignarem.

Artigo 43º - Conforme a gravidade da falta, segundo o prudente arbítrio do professor, applicam-se as seguintes penas:

- a) - admoestação particular;
- b) – notas más;
- c) – reprehensão;
- d) – privação parcial do recreio;
- e) – privação de prêmios;
- f) – exclusão da aula

(ASYLO ANÁLIA FRANCO, 1925c, p. 20).

Ainda que o castigo físico fosse abolido, a prática da instituição se pautava na aplicação de penas disciplinares, que iam da repreensão particular à exclusão da aula, tendo chegado até mesmo à expulsão de quatro asiladas que não estariam se “sujeitando à disciplina da casa”

(ASYLO ANÁLIA FRANCO, 1925b, p. 11). Três delas, Isaura Elisa, Benedicta dos Santos e Henriqueta foram entregues a famílias que a diretoria da instituição julgou convenientes a recebê-las e, ainda, a interna Alice dos Santos, foi novamente entregue à sua tutora e teria sido internada em outro asilo na cidade de São Paulo.

Dessa forma, não somente a arquitetura do prédio e a organização dos espaços favoreciam a disciplina e a constante vigilância das internas, como também o ensino era organizado de forma disciplinadora. Assim se desenvolvia, no asilo ribeirão-pretano, a educação baseada na submissão e no “amor ao trabalho” e, embora houvesse preocupação com a educação das meninas que ali residiam, para além do mero abrigo e provimento de condições materiais, o ensino não se distanciava daquilo que pretendiam filantropos e higienistas do início do século XX, justamente desenvolver os preceitos de disciplina, higiene e preparação para o trabalho em ocupações subalternas, por meio do discurso de “regeneração” dos “necessitados”.

4.2- Os sujeitos e suas práticas

4.2.1 – Diretoria

No ano de 1922, regulamentava-se que a diretoria do *Asylo de Orphans Anália Franco* de Ribeirão Preto deveria ser composta²⁵ por: presidente honorário, cargo ocupado pelo prefeito municipal de Ribeirão Preto em exercício; presidente, que era sempre o “venerável mestre” em exercício da Loja Maçônica *Estrella D’Oeste*; vice-presidente, para substituição do presidente em sua ausência; 1º e 2º secretários, que tinham a função de lavrar as atas de reuniões e organizar os arquivos do asilo; 1º e 2º tesoureiros, responsáveis pela parte financeira e, por fim, um conselho fiscal, composto por quatro membros da diretoria e o presidente honorário e com a função de fiscalizar as movimentações financeiras, sendo que, com exceção dos dois primeiros cargos citados, de presidente honorário e presidente, os outros eram eleitos anualmente pelos sócios efetivos (membros da Loja Maçônica que contribuíam mensalmente com a instituição), por meio do voto secreto (ASYLO ANÁLIA FRANCO, 1922, p.1). Embora não citado neste Regulamento, desde 1922 havia também o cargo de diretora da instituição, a quem cabia resolver os assuntos cotidianos relacionados às internas e estabelecer uma “ponte” de diálogo entre elas e a diretoria (ASYLO ANÁLIA FRANCO, 1938).

²⁵ Com exceção da diretora, todos os cargos eram exercidos voluntariamente, sem recebimento de vencimentos.

Já em 1925, a configuração da diretoria havia mudado em alguns aspectos, passando, segundo o Estatuto do asilo, a ser composta por:

- a) Presidente, cargo que continuou sendo ocupado pelo “venerável mestre” da *Loja Maçônica Estrella D’Oeste*, a quem cabia representar o asilo, presidir as reuniões da diretoria, supervisionar as ações da tesouraria, apresentar um relatório do movimento anual da instituição, fiscalizar o trabalho realizado e publicar na imprensa o extrato do exercício financeiro encerrado;
- b) Vice-presidente, que deveria substituir o presidente em sua ausência e auxiliá-lo em seus deveres;
- c) Primeiro secretário, que tinha a função de organizar as correspondências e os documentos de registro referentes ao asilo, organizar o registro geral das internas e a biblioteca e lavrar as atas das reuniões da diretoria;
- d) Vice-secretário, para substituir e auxiliar o secretário;
- e) Primeiro tesoureiro, a quem cabia arrecadar, receber, guardar e depositar na agência bancária todas as receitas do asilo, fazer pagamentos, escriturar as movimentações financeiras e prestar contas mensalmente à diretoria e semestralmente à assembleia dos sócios efetivos;
- f) Vice-tesoureiro, para substituir e auxiliar o tesoureiro;
- g) Diretora, contratada pelos membros da diretoria acima citados, que deveria “executar todas as determinações da Directoria” e “tratar as asyladas como si ellas fossem suas verdadeiras filhas” (ASYLO ANÁLIA FRANCO, 1925c, p.17), dirigir todos os níveis de ensino, apresentar as demandas internas da instituição nas reuniões da diretoria e apresentar à mesma, mensalmente, um relatório das práticas da instituição;
- h) Vice-diretora, contratada da mesma forma que a diretora, para auxiliá-la e substituí-la em sua ausência.

Em 1925, já não era mais regulamentado o cargo de presidente honorário ao prefeito e foram incluídos os cargos de diretora e vice-diretora da instituição, além de ter havido mudanças nas funções de cada membro. Assim como em 1922, com exceção da diretora e sua vice, que eram contratadas e recebiam salários mensais, todos os cargos da diretoria eram voluntários e também definidos por meio de eleição anual entre os sócios efetivos (menos o de presidente, que era sempre o presidente em exercício da Loja Maçônica).

Embora o asilo fosse uma instituição voltada a acolher meninas e aos moldes da Associação Feminina Beneficente e Instructiva (presidida por Anália Franco e edificada por

meio, principalmente, da atuação de mulheres), contraditoriamente, sua diretoria era composta quase totalmente por homens, ligados à *Loja Maçônica Estrella D'Oeste*. A exceção ficava com a diretora e a vice-diretora, cargos que deveriam ser exercidos exclusivamente por mulheres e aos quais fora atribuído um aspecto maternal, vez que a elas cabiam cuidar das asiladas como se fossem suas filhas. Assim, todos os cargos aos quais cabiam tomar decisões em relação à instituição eram masculinos, enquanto aos dois cargos exercidos por mulheres cabia a execução de ordens e a apresentação de relatórios mensais como justificativa das suas ações. Portanto, a organização da diretoria do asilo refletia as relações de poder entre homens e mulheres predominantes na sociedade do início do século XX que, como já citado anteriormente, era de submissão e subordinação das segundas.

Por meio da análise do livro de atas das reuniões da diretoria da instituição, que se inicia no ano de 1922²⁶ e tem registros até 1967, cujo estudo foi aqui delimitado até 1925 (ASYLO ANÁLIA FRANCO, 1938, ANEXO E), foi possível verificar as ações de três diretorias eleitas: a que esteve atuando no ano social 1922-1923; a de 1923-1924 e a de 1924-1925, sendo que essa última representou uma ruptura com as práticas realizadas até então, que foi desde a reorganização física do asilo à alteração da relação cotidiana que se estabelecia entre a diretoria e as internas.

Em maio de 1922, onze dias após a inauguração da sede social do asilo, tomava posse em seção solene a diretoria eleita para aquele ano, composta por Benjamin Stauffer como presidente e José Telles como vice; Adelino de Oliveira Nabão e José Antônio de Moraes como primeiro e segundo secretários (em agosto, Adelino Nabão se mudou para outra cidade e foi substituído por Luis Manfrim, também escolhido por eleição); Maurício Schwartzmann e Luiz Pereira Lopes como primeiro e segundo tesoureiros, todos membros da *Loja Maçônica Estrella D'Oeste*, e Anitta dos Santos como diretora. Na sessão, os membros da diretoria fizeram um juramento de cumprirem os deveres de cada função e estabeleceram que a diretoria deveria se reunir mensalmente para discutir e encaminhar assuntos relativos ao asilo e suas internas e alunas. Porém, o registro da reunião seguinte, datado de agosto do mesmo ano, permite perceber que a determinação de reuniões mensais não estava sendo cumprida, o que se confirma pela irregularidade dos intervalos entre as reuniões seguintes daquele ano, normalmente maiores que um mês.

Alguns acontecimentos trazidos pelas atas de reuniões da diretoria possibilitam traçar um perfil de cada gestão e, portanto, perceber como as decisões tomadas pelo grupo de pessoas

²⁶ As atas de reuniões dos anos anteriores não foram encontradas dentre os documentos do asilo e há possibilidade de terem sido queimadas no incêndio que ocorreu em 1930.

que assumia o poder em determinado período influenciavam as práticas no asilo e, portanto, incidiam diretamente na vida das internas. Em setembro de 1922, por exemplo, a diretora Anitta dos Santos levava à discussão da diretoria um acontecimento que envolvia três meninas: “D. Idalina de Souza”, mãe das três, acusava o asilo de maltratá-las e realizar sessões espíritas no interior da instituição todas as noites, pedindo a retirada de suas filhas (não foi possível compreender o motivo da internação das meninas mesmo tendo a mãe por perto: se por falta de condições materiais da mesma para o sustento das filhas ou algum outro motivo que levara a essa ação). Na reunião, as três meninas (duas com mais de vinte anos e uma com quinze) teriam sido chamadas e interrogadas pelo então presidente José Telles, questionando-as se recebiam maus tratos ou privação de algo e ainda se participavam de algum culto religioso e as três negaram as acusações feitas pela mãe, com quem tinham contato apenas na entrega de encomendas das flores que produziam no asilo. Segundo consta nas atas, as meninas disseram ainda que gostariam de permanecer na instituição, assim como eram gratas a tudo que lhes era oferecido ali. Encerra-se o caso com a leitura de um ofício sobre o mesmo, que envolvia o curador geral de órfãos do município “Dr. Stinvenson”, e se resolve por arquivar o ofício e nada se alterar em relação às três internas (ASYLO ANÁLIA FRANCO, 1938, p. 5.1 – 6.1).

A decisão da diretora Anitta dos Santos de levar o caso para discussão e encaminhamentos na reunião da diretoria demonstra que sua autonomia na resolução dos problemas referentes às internas tinha certa limitação, e a tomada de decisões em casos como esse não cabia somente a ela. Da mesma forma, em fevereiro de 1923, Anitta pedia autorização à diretoria para entregar a asilada Djanira Brandão aos cuidados de seu pai, “proprietário e comerciante residente nesta cidade” (ASYLO ANÁLIA FRANCO, 1938, p. 7.1), pois a menina já havia alcançado a idade limite de emancipação prevista nos estatutos do asilo. Novamente, é o grupo da diretoria que tem a decisão final sobre o caso que, segundo escrito, “autorisou a Sra. Directora a entregar ao seu pae a referida maior ainda asylada” (ASYLO ANÁLIA FRANCO, 1938, p. 7.1). Assim, embora teoricamente fosse a diretora Anitta dos Santos a responsável por tomar as decisões referentes à prática interna do asilo, em alguns casos não lhe era atribuída essa autonomia e era necessário que ela pedisse autorização para realizar determinadas ações.

Constantemente, a diretoria do asilo atendia a pedidos dos juízes de órfãos da comarca de Ribeirão Preto para a internação de meninas. Na reunião de dezembro de 1922, a pedido do juiz da 1ª vara da comarca de Ribeirão Preto, Manoel Carlos de Figueiredo Ferraz, foi autorizada a internação de Aparecida (4 anos), Benedicta (7 meses) e Odette (2 anos). Na mesma reunião, discutiu-se a internação de Benedicta aos sete meses e, levando em conta os

cuidados necessários para uma criança nessa idade, a diretoria deliberou que a entrada no asilo, até então não prevista nos estatutos, se daria a partir de dois anos de idade (ASYLO ANÁLIA FRANCO, 1938, p. 7). Foi deliberado ainda, na mesma reunião, que quando lhes fosse proposta a internação de alguma menina, o presidente levaria o fato ao conhecimento dos demais membros da diretoria e a candidata só seria então admitida depois de realizada, por eles, uma sindicância que apurasse os motivos de seu abandono e sua origem, inclusive familiar.

Desse grupo gestor, que ocupou a diretoria no ano de 1922, é notável que poucos casos são trazidos (pelo menos no livro de atas das reuniões) em relação a acontecimentos internos, destacando-se esses citados até aqui. De maneira geral, a “postura” do grupo em relação às regras estabelecidas era de flexibilidade, que se percebe tanto pelo não cumprimento da regularidade mensal das reuniões, quanto pelo descumprimento de algumas regras em relação à entrada de internas, que se exemplifica nesta passagem: “foi internada a menor Benedicta Filadelfa, sem a documentação legal e em virtude do estado precário de saúde e respectivo abandono” (ASYLO ANÁLIA FRANCO, 1938, p. 7). Nesse caso, a diretoria descumpriu o Estatuto, que regulamentavam que a interna somente seria admitida na instituição com certa documentação e em bom estado de saúde.

Em fevereiro de 1923, a diretoria passou por mudanças e quem assumiu a presidência foi Vicente de Bonis, tendo sido eleito José Telles novamente como vice-presidente, Luiz Pereira Lopes para secretário, Maurício Schwartzmann para tesoureiro e com a continuação de Anitta dos Santos no cargo de diretora (ASYLO ANÁLIA FRANCO, 1938, p. 8.1), sem menções aos outros cargos previstos de segundos secretário e tesoureiro. As decisões e ações dessa nova gestão não se diferenciavam de maneira significativa da gestão anterior, destacando-se alguns acontecimentos, como a inauguração das escolas profissionais que, como já explicado em seção anterior, abrangeram as escolas práticas do comércio, de datilografia, telegrafia, corte e confecção de roupas, música, trabalhos de agulha e flores e artefatos de papel (ASYLO ANÁLIA FRANCO, 1938, p. 10.1). Na sessão solene, cujo presidente honorário foi Rodrigues Guião, prefeito municipal de Ribeirão Preto, estiveram presentes pessoas influentes da sociedade ribeirão-pretana e de diferentes ordens maçônicas, contando inclusive com a presença do cônsul de Portugal, que residia na cidade de São Paulo.

Esse grupo diretor também assumiu, de forma satisfatória, uma de suas principais funções: reunir verbas ao asilo. Em março de 1923, ficou decidido em reunião que seriam enviados ofícios às Câmaras Municipais de Franca, Conquista e Serra Azul, pedindo contribuições mensais dos respectivos municípios paulistas, vez que a instituição abrigava

internas dessas cidades. A diretoria também proferiu agradecimentos à Câmara Municipal de Cravinhos pelas mensalidades pagas (ASYLO ANÁLIA FRANCO, 1938, p. 8.1).

Porém, foi no ano de 1924 que a organização do asilo começava a passar por mudanças intensas, oriundas da mudança da diretoria que envolveu, inclusive, a diretora Anitta dos Santos, no cargo desde a criação da instituição em 1917, e que em abril de 1924 o deixava²⁷, registrando: “Após seis annos de serviços prestados ao Asylo ‘Anália Franco’ de Ribeirão Preto, retiro-me, de minha livre vontade, e guardo immorredouras recordações do tempo que estive como Directora deste estabelecimento” (ASYLO ANÁLIA FRANCO, 1938, p. 12). Em seu lugar, assumiu D. Stellina Catunda, que ocupou o cargo apenas até agosto do mesmo ano, quando se demitiu e foi, então, foi substituída por D. Maria Speridião, que permaneceu como diretora até o ano de 1930.

As mudanças não incidiram somente no cargo de diretora, pois em junho de 1924, nova diretoria havia sido eleita para o ano social de 1924-1925, composta por: Tito Lívio dos Santos como presidente e Benjamin Stauffer como vice; Renato Guimarães Leite como secretário e Angelino de Oliveira como vice-secretário; Domingos Bardaro como tesoureiro e José da Silva Leitão como vice-tesoureiro (ASYLO ANÁLIA FRANCO, 1938, p. 12). Essa gestão, inicialmente, e por pouco tempo, com Stellina Catunda como diretora e depois com Maria Speridião, representou uma ruptura às práticas realizadas até então e, desde o início, transparecia a intenção de “reorganizar” a instituição que, segundo as descrições, passava por situações de conflito:

Por motivos conhecidos dos senhores, e extranhos á vontade da directoria anterior, ao assumir a direcção deste instituto encontrámol-o em franca desorganização. Havia-se exonerado a directora D. Anitta Santos, retirando-se as asyladas maiores, que já prestavam auxílio e protecção as menores. Em sua substituição fora nomeada a professora D. Stellina Catunda, que não se pôde manter no cargo. Cuidámos, então de dar-lhe uma directora idônea, capaz de enfrentar essa anômala situação e por-lhe cobro. A escolha recahiu na professora d. Maria Conceição Speridião, que parecia reunir as condições exigidas para cargo de tamanha responsabilidade. Contractada em agosto do anno passado, a sua direcção veio provar integralmente o acerto desta escolha. Foi nomeada vice-diretora d. Maria Puresa Speridião (ASYLO ANÁLIA FRANCO, 1925b, p. 5).

A situação do asilo descrita pela nova diretoria era de desorganização e ruptura com as práticas realizadas desde sua fundação pela diretora Anitta dos Santos, cuja saída levou à

²⁷ Não foi possível saber quais foram os motivos desta decisão.

retirada de internas mais velhas²⁸ que ajudavam no trato com as meninas menores, fato que complicara ainda mais a situação, agravada também pela demissão de Stellina Catunda em poucos meses. Segundo consta, a “anômala situação” teria sido amenizada pela contratação de Maria Conceição Speridião para o cargo, que tinha como vice sua irmã, Maria Puresa Speridião.

Desde a realização das reuniões descritas nas atas, a nova gestão se diferenciava das anteriores, vez que a regularidade mensal era cumprida e foram registradas exatamente doze reuniões, correspondentes aos doze meses do ano social. Na primeira, realizada em junho de 1924, os membros decidiram examinar os documentos e percorrer todos os cômodos e dependências do asilo, a fim de definirem “as medidas a se tomar para o bom funcionamento do Asylo durante o anno social que ora começa” (ASYLO ANÁLIA FRANCO, 1938, p. 12). Assim, “sugeridas e aprovadas diversas idéas”, foi elaborada uma lista de providências a serem executadas pela nova gestão: reorganizar as matrículas da internas, com elaboração de um prontuário para cada uma; solicitar ao serviço sanitário da cidade uma desinfecção do dormitório das asiladas; fazer uma horta; realizar a instalação de seis novos chuveiros para banho; reformar e ampliar a cozinha; separar com paredes diversos cômodos, transformando-os em salas independentes para a realização das oficinas e, também, mudar o uniforme das meninas. Além disso, reformulações do Regulamento e do Regimento Interno da instituição também foram marcas deste grupo gestor (ASYLO ANÁLIA FRANCO, 1925b).

Tais reformas, dentre outras obras de melhoramentos da estrutura física da instituição, foram realizadas pelo empreiteiro Paschoal de Vicenzo, com orçamento aprovado na assembleia dos sócios, e vale ressaltar que as obras foram quitadas ainda nessa gestão (ASYLO ANÁLIA FRANCO, 1938). Outras ações também foram realizadas nesse ano em relação à estrutura física da instituição: o piano que, segundo as descrições das atas, estava em condições ruins, foi trocado por um novo com o pagamento realizado em prestações, e foram também adquiridas cinco dúzias de cadeiras para substituírem os bancos do refeitório, além de um armário e uma mesa (ASYLO ANÁLIA FRANCO, 1938). Porém, as reformas não se bastavam ao prédio, mas se pretendia também mudar o uniforme das asiladas, cujo modelo composto por blusa branca e saia azul foi apresentado pela diretora, que também adquiriu, no mesmo mês, 32 pares de sapatos para as asiladas com dinheiro oriundo de donativos (ASYLO ANÁLIA FRANCO, 1938, p. 12.1).

²⁸ Não é possível saber se a retirada das meninas da instituição foi parte de um novo projeto de gestão e reorganização da instituição, ou se foram as internas que decidiram se retirar devido à saída da diretora.

Essas práticas demonstram certa preocupação com as condições materiais precárias em que se encontravam as meninas, acompanhada pela preocupação com as condições sanitárias das instalações e, conseqüentemente, com a saúde das asiladas. Além da solicitação de desinfecção do dormitório que fizeram ao serviço sanitário da cidade, “havendo a Directora observado o mau estado de saúde, em geral, das asyladas”, a diretoria decide solicitar uma visita do diretor da Fundação Rockefeller de Sertãozinho (município vizinho a Ribeirão Preto), que depois de realizar exames, concluiu que das 56 asiladas, 53 estavam infectadas por doença causada por verminose, sendo tratadas pela referida instituição. A diretoria tomou ainda outras providências que incidiram nas condições de saúde das asiladas, como a solicitação realizada e aceita pelo Dr. Eugênio Rocha, médico da cidade, de fazer visitas semanais e gratuitas às internas; nos mesmos moldes, Sr. Benedicto de Oliveira Lima, enfermeiro, fazia regularmente curativos nas mesmas e, devido a visitas presenciais do presidente do asilo, Tito Lívio dos Santos, a farmácias da cidade, este conseguiu que quatro delas concedessem seis receitas mensais de medicamentos, gratuitamente.

A relação entre as internas e a diretoria, representada pela figura da diretora, também foi um ponto em que as mudanças do novo grupo que assumiu o poder em 1924 foram sentidas. Nos anos em que D. Anitta dos Santos fora diretora, não houve, pelo menos nas atas de reuniões, registros de penas disciplinares aplicadas às internas, o que não significa que não havia indisciplina, mas sim que o modo de D. Anitta lidar com esse fator era mais passivo, o que foi completamente alterado na gestão de D. Maria Candida Speridião, que em seu segundo mês no cargo (setembro de 1924) decidiu, junto aos demais membros que compunham a diretoria, sobre a retirada de duas internas por “insubordinação”:

Conforme foi apurado, foram as asyladas Isaura Elisa e Benedicta Santos internadas já moças e mal educadas, tornando-se, actualmente, verdadeiramente insubordinadas, prejudicando essencialmente a disciplina do Asylo além do mau exemplo dado às menores recolhidas na idade legal, pelo que resolveu a Directoria confial-as a famílias honestas e conhecidas que, se encarregassem das mesmas, isoladamente, mesmo em beneficio de ditas asyladas, assim procedendo foram as asyladas Isaura Elysa, de 15 annos, mais ou menos, e Benedicta Santos de 16 annos, mais ou menos, entregues respectivamente, ao cel. Francisco Corrêa e Arany de Lima Corrêa, fazendeiros, residentes em Araçatuba, deste Estado (ASYLO ANÁLIA FRANCO, 1938, p. 14).

Assim, mesmo não tendo a certeza se as meninas teriam boas condições de vida nas casas das famílias a que foram destinadas, o asilo transferiu a tutela das mesmas, como forma de castigo por não se adequarem à disciplina ali imposta. O caso das duas meninas não foi o

único, mas também no mês seguinte, outubro de 1924, a diretoria decidia entregar novamente uma interna, agora Alice de 15 anos, à família considerada idônea, devido “ao péssimo comportamento no Asylo” (ASYLO ANÁLIA FRANCO, 1938, p. 15). Além disso, em março de 1925, a diretoria decidiu ainda por proibir a saída das asiladas a passeio ou visitas que regularmente faziam a familiares, “por ser muito prejudicial á disciplina do Asylo estas saídas” (ASYLO ANÁLIA FRANCO, 1938, p. 18.1), ficando decidido, então, que as meninas poderiam receber visitas dentro das dependências da instituição aos primeiros domingos de cada mês, onde pudessem ser constantemente observadas e, portanto, estivessem sob controle.

Tais decisões tinham caráter autoritário, característico da organização hierarquizada do asilo, em que as decisões tomadas pela diretoria, composta pelos maçons, deveriam ser seguidas pela diretora e os professores e, na “ponta final” estavam as internas, que deveriam apenas ser gratas a seu acolhimento, de forma que se alguma delas apresentasse comportamento de contestação ao que lhe era imposto, poderia ser considerada indisciplinada e ser entregue à criação por famílias. É necessário levar em conta os inúmeros relatos, à época, de maus tratos e condições precárias na criação de órfãos por famílias da sociedade civil e, portanto, a decisão de destinar meninas a famílias desconhecidas por elas poderia representar um duro castigo às “insubordinadas”. Da mesma forma, a privação do direito das asiladas de realizarem visitas a seus entes ou mesmo que saíssem às ruas a passeio, ações que faziam parte do cotidiano da instituição até então, constituía-se como um ato representativo desse caráter disciplinador característico da nova diretoria.

Outro fator de mudanças desse grupo que assumiu o comando da instituição em 1924, foi a intensificação da busca por doações financeiras. A “postura” do grupo era de convencimento constante de cada vez mais pessoas que ainda não doavam, ou até mesmo de cobrança, como foi feita no caso do sr. Pedro Antonio da Silva, cujas três filhas estavam internadas na instituição pelo falecimento da mãe. Segundo combinado na internação das meninas, o homem deveria fazer contribuições mensais ao asilo para auxiliar na manutenção das três, combinado este que não estava sendo cumprido e, depois de realizadas várias cobranças pela tesouraria, Pedro Silva solicitou e a diretoria concordou com a retirada das três meninas da instituição.

Além dos já citados 32 pares de sapatos adquiridos pela diretora com dinheiro de doações, da realização de serviços gratuitos às internas pelo médico Eugenio Rocha e o enfermeiro Benedicto Lima e do fornecimento de remédios gratuitamente por farmácias da cidade, os registros de doações da sociedade civil ao asilo se intensificaram no ano de 1924, em relação aos anos anteriores. Em março de 1925, por exemplo, a diretoria conseguira, “entre seus

amigos” (ASYLO ANÁLIA FRANCO, 1938, p. 18), doações para comprar o tecido e pagar a confecção de um vestido novo para cada interna. No Relatório da instituição constam ainda doações de grandes valores à época:

Donativos vultuosos

Dentre os muitos donativos que recebemos da generosidade do povo desta boa terra, cumpre destacar os seguintes: pelo sr. Antonio Diederichsen, 6:500\$000, metade da quantia por que foi vendido um automóvel <Fiat> que doou aos Asylos Padre Euclides e Analia Franco; pelo snr. Dr. Flavio Uchôa, fornecimento de toda energia elétrica para cosinha, ferros e aquecedores, além de outros fornecimentos gratuitos anteriores; doação do film da importante empresa Electro-Metallurgica Brasileira, que custou mais de 20 contos; pela exma. Snra. D. Anna Junqueira Lobato, um fogão electrico (ASYLO ANÁLIA FRANCO, 1925b, p.20).

Certamente, as doações se intensificaram devido à boa relação da diretoria com pessoas da sociedade ribeirão-pretana, principalmente membros da elite, prática que se aproximava muito do *modus operandi* da AFBI e, portanto, de Anália Franco. A busca ativa dos membros dessa diretoria por novos contribuintes ao asilo se materializou pela produção da fonte documental escolhida como marco final da presente pesquisa: o Relatório elaborado pelo grupo e apresentado pelo então presidente da instituição, Sr. Tito Livio dos Santos, em sessão do dia 25 de julho de 1925, que teve como objetivo demonstrar como era realizado o trabalho na instituição e pedir uma subvenção junto ao governo do Estado de São Paulo (não foi possível, nesta investigação, descobrir se o pedido de subvenção foi atendido).

Também contando com o apoio da sociedade, por meio da formação de uma comissão composta por mulheres da elite ribeirão-pretana, que o grupo diretor conseguiu organizar uma festa de natal para as asiladas em dezembro de 1924, inclusive com grande esforço do tesoureiro do asilo, que conseguiu doações até mesmo com o Sr. Camilo de Mattos, vice-prefeito do município à época. Na festa, as meninas, que tinham sido ensaiadas (também gratuitamente e como forma de contribuição a tal obra filantrópica) pelo maestro Joaquim Thomé, formaram um coral para apresentação de diversas músicas (ASYLO ANÁLIA FRANCO, 1938, p. 17).

Figura 10 – Fotografia das internas se apresentando na festa de natal do Asylo de Orphans Anália Franco de Ribeirão Preto²⁹ (não datada)

Fonte: Loja Maçônica Estrella D'Oeste

De acordo com o que foi exposto até aqui, é possível concluir que o grupo que ocupava a diretoria do asilo, eleito anualmente pelos sócios contribuintes com exceção da diretora e sua vice, definia o rumo das práticas realizadas pela instituição, considerando que os homens que compunham o grupo eram os definidores das ações, pois eram quem tomavam as decisões que deveriam ser executadas pela diretora e pelos professores. Por último nessa hierarquia estavam as internas, que não tinham qualquer voz ativa na organização da instituição e nas práticas ali realizadas, e caso se contrapusessem a alguma imposição que lhes fosse feita, sofreriam a punição correspondente.

4.2.2 – Docentes e “beneméritos”

Para além da diretoria, outros sujeitos compunham o grupo de trabalho do *Asylo de Orphans Anália Franco*: os professores, tanto dos níveis básicos de ensino quanto das oficinas profissionalizantes, e aqueles que realizavam serviços na instituição de forma voluntária, dentre eles médicos, enfermeiros, dentistas, etc. Embora o asilo não os remunerasse e, portanto, não

²⁹ Segundo informações de maçons da *Loja Maçônica Estrella D'Oeste*

há possibilidade de enquadrá-los como funcionários da instituição, o papel desses sujeitos deve ser considerado, vez que eram parte das práticas cotidianas e sua atuação (ou a falta dela) incidia de forma direta na vida das internas.

Quanto à docência, no ano de 1922, em que eram regulamentados os níveis primário, secundário e profissional, deixava-se explícita a preferência de que o cargo de professora fosse assumido por uma interna do próprio asilo, principalmente se tratando do nível primário e, nos casos do secundário e do profissional, afirmava-se que “a directoria contractará as professoras necessárias quando estas faltarem dentre as asyladas” (ASYLO ANÁLIA FRANCO, 1922, p.1). Certamente por ser considerado mais “fácil” o trabalho docente no nível primário, permitia-se que uma interna assumisse suas aulas e não há, dentre os documentos reguladores das práticas do asilo nesse ano, alguma menção à formação da asilada para assumir esse cargo.

Já no ano de 1925, em que a organização do ensino na instituição se tornou mais complexa, com a criação de mais níveis de ensino, embora, na prática, nem todos realmente aconteciam, ficaram definidas regras específicas quanto à docência de cada nível: o jardim da infância deveria ficar sob responsabilidade de “uma das Asyladas mais velhas” (ASYLO ANÁLIA FRANCO, 1925c, p. 15), também sem menção à necessidade de formação para assumir esse cargo, e não há registros de que a interna recebesse alguma remuneração pelo trabalho; quanto ao ensino primário, como era regulamentado pelo Governo do Estado, também os professores eram disponibilizados por este; nos níveis médio e secundário, previa-se que a diretoria contratasse professores com formação condizente aos cargos, mas em 1925 ainda não existiam; por fim, para dirigir e ministrar as aulas nas oficinas profissionalizantes, previa-se a contratação de uma professora formada pela Escola Profissional Feminina de São Paulo, pertencente à AFBI.

De maneira geral, a todos os professores da instituição cabia:

- a) acatar e executar as recommendações da Directoria e da Directora;
- b) cumprir os programmas do ensino dentro dos horários estabelecidos;
- c) apresentar, mensalmente, á Directora, o movimento das oficinas, cursos e escolas que dirigir, conforme modelo impresso (ASYLO ANÁLIA FRANCO, 1925c, p.18, grifos meus).

O trabalho dos professores no asilo pode ser resumido pelos verbos destacados no trecho: “acatar”, “executar”, “cumprir” e “apresentar”. Com praticamente nenhuma autonomia, aos docentes cabia o cumprimento de ordens e programas já pré-estabelecidos, dentro de horários também já pré-estabelecidos e, mensalmente, deveriam prestar contas de seu trabalho à diretoria, também por meio de um modelo de relatório já pronto. Dessa forma, o controle e a

disciplina, elementos base das práticas da instituição, também atingiam o trabalho dos professores, que somente deveriam seguir as regras já estabelecidas, sem possibilidade de refletirem e agirem ativamente sobre a prática que realizavam.

Há registros da contratação de alguns professores, assim como de algumas internas que, conforme previsto, assumiram essa função: Sebastiana Martins da Silva, que havia sido internada no asilo em 1925, com oito anos de idade, tornara-se professora em 1939, alguns meses antes de completar 23 anos (ASYLO ANÁLIA FRANCO, 1972, p. 6); Maria Cruz, internada em 1925 com quatro anos, também se tornou professora da instituição, e, no Livro de Matrículas (1972, p. 6), o registro do ano em que se tornou professora consta também de 1925, observa-se então que deve ter havido algum engano, pois esse foi o ano em que Maria ingressou na instituição, ainda criança. Em reunião da diretoria em setembro de 1924, o grupo resolveu ainda contratar Maria da Gloria, ex-asilada, como professora de datilografia, com recebimento de vencimentos mensais (ASYLO ANÁLIA FRANCO, 1938, p. 14). Dentre os anos de 1917 e 1925, há registro somente dessas três meninas que assumiram o cargo de professora na instituição.

Em 1925, era também registrado no Relatório o trabalho de d. Maria Carmen Garofalo, disponibilizada pelo Governo do Estado como professora do nível primário no asilo; no jardim da infância, embora se objetivasse que o cargo fosse assumido por uma interna, foi na prática assumido por d. Pureza Speridião, irmã da diretora Maria Candida Speridião e vice-diretora do asilo; quanto ao ensino profissional, destaca-se:

Para sua direcção, pediu a directoria ao exmo. Snr. Dr. Secretario do Interior a nomeação de uma professora idônea. Attendeu-nos o snr. Dr. José Lobo, nomeando em comissão a professora d. Dorothy Coe, que já tomou posse do cargo. Esta professora foi a São Paulo estudar a organização da Escola Profissional Feminina da Capital, assim de ser installada a do Asylo nos moldes daquela, conforme dispõe o nosso Regulamento. A referida professora ficou residindo no proprio estabelecimento (ASYLO ANÁLIA FRANCO, 1925b, p. 14).

Assim como previsto no Regimento, a professora responsável pelas oficinas profissionalizantes foi até a cidade de São Paulo para ser formada aos moldes da Escola Feminina lá localizada, o que se enquadrava no modelo de assistência de Anália Franco, que previa a formação de professores como meio de padronizar as práticas realizadas nas diferentes instituições. Além disso, destaca-se a influência de uma personalidade pública, o então Secretário do Interior do Estado, na decisão de contratação da professora, novamente

demonstrando que a cooperação entre as esferas pública e privada era uma constante tanto na obra de Anália quanto no que se refere especificamente ao asilo ribeirão-pretano.

Além destes professores, que eram contratados e remunerados para exercerem suas funções, havia pessoas que ministravam algumas aulas no asilo, relativas a seu ofício, de maneira gratuita e como meio de praticar a caridade: o maestro Joaquim Thomé, que dava aulas de música às internas e o comandante do destacamento policial local, sr. Innocencio de Oliveira Reis, que dirigia o curso de ginástica sueca, voltado à realização de exercícios físicos (ASYLO ANÁLIA FRANCO, 1925b).

Portanto, não havia, até o ano de 1925, uma regra geral para a contratação de professores, que apresentasse requisitos (como a formação) e remuneração. Assim, considerando-se que se tratava de uma instituição filantrópica que dependia de doações para sua manutenção, procuravam-se meios para organizar o ensino que demandassem menos recursos financeiros, por exemplo, colocar um nível do ensino sob a responsabilidade de uma interna de idade mais avançada ou mesmo permitir que pessoas da sociedade civil ministrassem aulas, contrariando um dos princípios da AFBI que era a necessidade de formação para a docência, inclusive com a criação de liceus com essa função. Porém, a situação se alterava quando se tratava do ensino profissionalizante que, como já discutido, era o mais valorizado na instituição, obrigatório e de organização mais complexa, pois foi o único nível em que se registrou a formação da professora responsável, inclusive com sua ida à Escola Feminina de São Paulo, a fim de estudar sua organização e aplicar no asilo os conhecimentos lá desenvolvidos.

Além dos professores, outros profissionais compunham a prática cotidiana na instituição. Na divisão dos sócios em categorias de acordo com suas contribuições ao asilo, trazida pelo Estatuto de 1925, eram descritos como sócios beneméritos aqueles que fizessem donativos valiosos “ou prestarem relevantes serviços, a juízo da Directoria” (p. 6). Nesse contexto, alguns munícipes de Ribeirão Preto ofereciam gratuitamente seus serviços à instituição, contribuindo, portanto, para melhorar a qualidade do atendimento oferecido, pois não havia recursos suficientes para a contratação de alguns serviços essenciais, até mesmo relacionados à saúde das internas.

Um exemplo desta prática foi o atendimento do médico Eugenio Rocha, que em 1924, a pedido da diretoria do asilo, assumiu a “direcção geral” do serviço de saúde das asiladas, que “com altruísmo e bondade, acceitando o encargo, o fez sem a menor retribuição” (ASYLO ANÁLIA FRANCO, 1925b, p. 9). Como parte de suas atribuições no asilo, o médico atendia aos chamados de urgência e também realizava visitas semanais à instituição, tendo tido grande

importância inclusive no tratamento da já citada contaminação de um grande número de internas por verminose. Pela prestação de seus serviços, essenciais à vida das asiladas, Eugenio Rocha era bastante reverenciado pela diretoria do asilo e, no Relatório, foi até mesmo colocada uma fotografia em sua homenagem, que ocupava o espaço de uma folha, onde é descrito como o médico do asilo:

Figura 11 – Fotografia do médico Eugênio Rocha trazida no Relatório do Asylo de Orphans Anália Franco de Ribeirão Preto (1925)

Fonte: Asylo de Orphans Anália Franco, 1925, p.8

Além do médico, outros profissionais também garantiam a saúde das asiladas sem qualquer remuneração, apenas contando com o reconhecimento social pelos serviços prestados: o enfermeiro Benedicto Lima, que fazia curativos nas asiladas quando necessário, e os dentistas José Rodrigues da Silva, Antonio Engracia e Waldomiro Speridião também realizavam atendimentos (ASYLO ANÁLIA FRANCO, 1925b).

Em 1924, foi criada também a função de “mordomas mensais”, “para alliviar os encargos da directoria no provimento de despesas mensais de manutenção” e como “meio de interessar as senhoras da nossa alta sociedade pela existência das orphanzinhas” (ASYLO

ANÁLIA FRANCO, 1925b, p. 16). Assim, as mordomas escolhidas pela diretoria eram mulheres da elite ribeirão-pretana, que deveriam “auxiliar a directora na ordem doméstica e econômica do asylo” (ASYLO ANÁLIA FRANCO, 1925a, p. 7), pelo período de um mês, realizando serviços internos e arrecadando doações à instituição, de forma voluntária. Entre os meses de março e junho de 1925, ficaram registradas as mordomas Maria Antonieta de Loyolla Meira, Alzira Fagundes de Freitas, Anna Whitaker e Rachel de Oliveira, todas homenageadas pela considerável quantidade de donativos que conseguiram arrecadar ou realizavam elas mesmas em nome de sua família, incluindo até mesmo a doação de um fogão elétrico e um aquecedor (ASYLO ANÁLIA FRANCO, 1925b).

A atuação desses profissionais ou mesmo de pessoas comuns da sociedade ribeirão-pretana, que prestavam serviços ao asilo sem nenhuma remuneração, mas pelo reconhecimento social de sua “benevolência” e altruísmo, era de extrema importância à manutenção da instituição e das internas. Assim como nas instituições paulistanas da AFBI, se não fosse dessa maneira, não seria possível oferecer o mínimo de qualidade de vida às meninas atendidas, visto que no asilo ribeirão-pretano, a caridade profissional foi o único meio de garantir a saúde das asiladas, dentre outros serviços realizados. Portanto, a colaboração da sociedade civil foi indispensável à manutenção do asilo, aos moldes do trabalho realizado por Anália Franco na AFBI.

4.2.3 – As asiladas: reconstruindo suas trajetórias por meio de alguns dados quantitativos

Toda a organização do *Asylo de Orphans Anália Franco* de Ribeirão Preto, assim como todos os sujeitos que o constituíam, tinham (ou deveriam ter) o objetivo comum de oferecer o melhor atendimento possível às internas, dentro das condições postas. Assim, diretoria, professores, sócios, benfeitores trabalhavam para a garantia de uma instituição que possibilitasse o acolhimento e a formação profissional de meninas que não contavam com as condições materiais básicas fora dali. Para dar luz às práticas do asilo, e como confirmação se os objetivos colocados à instituição eram alcançados, essa pesquisa culmina na análise das trajetórias de vida daquelas às quais se voltou todo esse trabalho realizado no asilo: as internas.

O Livro de Matrículas do asilo permite levantar dados quantitativos de entrada e saída de meninas, suas origens familiares e geográficas, suas idades, dentre outras informações, sendo que os registros de matrículas de internas se iniciam no ano de 1917, quando da criação da instituição, até o ano de 1972 e, como aqui se optou por um recorte cronológico que privilegiasse sua criação e a organização inicial, a análise se delimitou ao período de 1917-1925

(ANEXOS F e G)³⁰. Além do livro, fotografias também possibilitam conhecer alguns aspectos cotidianos do asilo e como as meninas se inseriam nas práticas.

Inicialmente, foi feita uma relação entre as matrículas e os desligamentos em cada ano, e o gráfico a seguir ilustra esses dados:

Gráfico 1: Relação entre o número de internas, matrículas e desligamentos por ano no Asylo de Orphans Anália Franco de Ribeirão Preto (1917-1925)

Fonte: Adaptado de Asylo Anália Franco (1972)

Além disso, foi feito também o cálculo³¹ da quantidade de meninas atendidas na instituição em cada ano e em 1917, na inauguração do asilo, houve 29 matrículas e o desligamento de apenas uma interna, totalizando 28 meninas atendidas na instituição, número que quase dobrou em apenas dois anos, já que em 1919 o total de internas chegava a 58. Já nos dois anos seguintes (1920 e 1921), esse número decaía devido ao alto índice de desligamentos e queda nas matrículas, e aqui se levanta a hipótese de que, com a necessidade de contenção financeira para a construção do novo prédio da sede social do asilo, inaugurado em 1922, optou-se por admitir menos meninas na instituição e permitir a saída das que encontrassem um destino de acolhimento, comumente o encaminhamento para famílias consideradas, pela diretoria, capazes de receber e cuidar das meninas. A confirmação dessa hipótese vem com o aumento de

³⁰ Tendo Araujo (2010) já realizado a transcrição do Livro de Matrículas do asilo para a realização de sua pesquisa, optou-se por aqui por utilizar sua sistematização.

³¹ Soma da quantidade de internas no ano anterior com o número de matrículas daquele ano, subtraindo os desligamentos.

internas em 1922, chegando novamente perto de 60, quando foi então inaugurado o novo prédio em maio, sendo que o desligamento atinge então seu menor índice desde a criação do asilo, cinco anos antes.

No ano de 1923, novamente há uma queda no número de internas, relacionada à diminuição de matrículas e aumento no número de desligamentos, o que se altera nos anos de 1924 e 1925, em que o número matrículas triplicou e a quantidade de meninas acolhidas pela instituição aumentou consideravelmente para 75, atingindo o máximo para o período analisado. É possível relacionar a ampliação do atendimento com a mudança da diretoria para o ano social de 1924/1925, responsável por inúmeras mudanças na organização do asilo, inclusive quanto à melhoria e ampliação da estrutura física (ASYLO ANÁLIA FRANCO, 1925b), de forma a comportar um número maior de meninas.

Portanto, é possível concluir que os fatores determinantes da quantidade de meninas atendidas pelo asilo, ou seja, as matrículas e desligamentos realizados em cada ano, não se limitavam à demanda de meninas em situação de abandono que necessitassem de atendimento no município de Ribeirão Preto ou na região, mas estiveram principalmente relacionados às condições internas da instituição para a manutenção das meninas, condições essas que eram influenciadas por diferentes grupos que ocupavam a diretoria, pela estrutura física e pela arrecadação financeira do asilo.

Dentre os anos de 1917 e 1925, 198 meninas foram matriculadas e passaram um período de suas vidas no asilo, e a maioria delas tinha, no Livro de Matrículas, pelo menos algum registro de origem familiar ou de alguém que se responsabilizasse por elas: 120 asiladas tinham em suas matrículas o nome do pai³², 104 da mãe (algumas, portanto, tinham registro do pai e da mãe concomitantemente, enquanto outras apenas de um ou de outro), 13 internas tinham tutores como responsáveis, alguns identificados como tios e avós, e apenas 14 delas não tinham registro de nenhum ente ou tutor. Além disso, foi muito recorrente a internação de irmãs, por vezes mais de três meninas que tinham registros de mesma mãe ou pai.

Esses dados indicam que se procurava, na instituição, preservar a origem das crianças e, ainda que algumas meninas tivessem um tutor ou mesmo um de seus pais vivos, era realizada a internação, comumente por determinação do juiz de direito da comarca e que podia estar relacionada a maus tratos ou condições financeiras precárias das famílias ou dos tutores. Em alguns casos, a opção pela internação era feita pelos próprios responsáveis, como em 1925, quando a diretoria do asilo resolveu aceitar o pedido de um “camarada de boiadeiro”, que tendo

³² Não há informação se os pais, mães ou tutores já haviam falecido e, caso estivessem vivos, quais as motivações para a internação da menina no asilo.

ficado viúvo, não tinha como cuidar de suas três filhas devido às constantes viagens que realizava a trabalho (ASYLO ANÁLIA FRANCO, 1938, p.17.1). Fora esse, existiram outros casos em que ficava clara a existência de um responsável pela menina e, mesmo assim, optava-se por sua internação no asilo.

Um dado que chama atenção é a cidade de naturalidade das meninas, pela grande variedade, pois havia registros de meninas nascidas em outros estados e até mesmo em outros países. O quadro a seguir demonstra as cidades que apareceram nos registros de naturalidade do Livro de Matrículas (1917-1925, p. 1-6):

Quadro 2: Naturalidade das internas do Asylo de Orphans Anália Franco de Ribeirão Preto matriculadas entre 1917 e 1925

Naturalidade	Nº de internas	Naturalidade	Nº de internas
Altinópolis (SP)	2	Pedregulho (SP)	3
Bebedouro (SP)	3	Penápolis (SP)	1
Casa Branca (SP)	3	Pitangueiras (SP)	4
Cascavel (PR)	3	Ponta-Poran (MS)	2
Catalão (GO)	1	Ribeirão Preto (SP)	58
Chavantes (SP)	3	São Paulo (SP)	6
Conquista (MG)	3	São Simão (SP)	1
Cravinhos (SP)	1	Serra Azul (SP)	1
Franca (SP)	1	Sertãozinho (SP)	7
Igarapava (SP)	1	Taquaritinga (SP)	1
Ipaussu (SP)	2	Uberaba (MG)	2
Jaboticabal (SP)	1	Viradouro (SP)	2
Jardinópolis (SP)	1	Áustria (país)	1
Monte Azul (SP)	1	Turquia (país)	1
Orlândia (SP)	2	Não há registro	78
Ouro Fino (MG)	2		

Fonte: Adaptado de Asylo Anália Franco (1972)

É grande a parcela das internas (78) que não tinha, pelo menos no Livro de Matrículas do asilo, o registro da cidade de nascimento, pois a situação que levava a menina ao abandono, muitas vezes, não permitia conhecer sua origem inclusive pela falta de documentação de registro de seu nascimento. A cidade com maior número de atendimentos (58 de 198) era Ribeirão Preto, onde se localizava o asilo, mas ainda assim esse grupo não representa nem a metade dos registros, que são muito variados: a maioria das cidades eram paulistas e várias delas muito próximas a Ribeirão Preto, como Altinópolis, Cravinhos, Franca, Jaboticabal e Sertãozinho, sendo essa última cidade natal de sete das meninas.

A hipótese para a grande variedade de cidades de origem das meninas são os movimentos de migração e imigração, vez que, como já discutido anteriormente, o município de Ribeirão Preto era destaque na cultura cafeeira e atraiu grande número de pessoas no início do século XX (PAZIANI 2004; 2005). A imigração foi essencial para o desenvolvimento da economia cafeeira, principalmente para a substituição da mão de obra escrava nas lavouras, sendo que Ribeirão Preto recebia imigrantes principalmente italianos, portugueses, espanhóis e austríacos que, devido a inúmeras dificuldades de colocação social, compunham em parte o grupo de excluídos locais ribeirão-pretanos (SILVA et al., 2010). Tais colocações justificam o atendimento às duas meninas estrangeiras, uma turca e uma austríaca, que certamente vieram para Ribeirão Preto com suas famílias em grupos de imigração e, devido às más condições encontradas, acabaram por necessitar de atendimento no asilo.

No que se refere à idade em que as meninas ingressavam na instituição, foi possível realizar a análise dos dados de 166 das 198 meninas que se matricularam entre 1917 e 1925, pois 32 delas não têm registro de data de nascimento no Livro de Matrículas, provavelmente pelo mesmo motivo acima citado de impossibilidade de conhecimento da origem de algumas delas, consequência do estado de abandono em que se encontravam. O gráfico a seguir demonstra a idade das 166 asiladas no ato de realização da matrícula:

Gráfico 2: Idade das internas (em anos) no ato da matrícula no Asylo de Orphans Anália Franco de Ribeirão Preto (1917-1925)

Fonte: Adaptado de Asylo Anália Franco (1972)

A maioria das meninas (52%) era matriculada na instituição entre 5 e 9 anos de idade³³, sendo bem menor a taxa das que ingressavam na instituição com menos de 4 anos, quantidade próxima das que entravam entre os 10 e os 14. A parcela das que tinham entre 15 e 19 anos na matrícula era bem baixa, visto que no período de oito anos da análise (1917-1925), apenas dez meninas ingressaram nessa faixa de idade. Por fim, apenas uma menina, Maria José de Oliveira, nascida no ano de 1892, ingressou na instituição com mais de 20 anos de idade, 27 na matrícula em 1919, tendo permanecido no asilo pouco mais de um ano, indicando que, possivelmente, sua internação teve caráter provisório (ANEXO G – linha 63), pois já ingressara com idade acima da definida para emancipação das asiladas.

Para fazer uma análise mais aprofundada do atendimento realizado às meninas na instituição, foi realizado também um cálculo do tempo de permanência delas no asilo. Como foram utilizados os dados de matrícula e de saída para esse cálculo, aqui a base de dados deveria ser de 198 meninas, visto que essas informações dependiam exclusivamente da secretaria do asilo e estavam postas em quase todos os registros, com exceção do caso já antes citado de Maria Cruz (ANEXO G – linha 192), pois segundo consta no Livro de Matrículas (1925, p.6), a interna havia se tornado professora em 1925, mesmo ano em que ingressara no asilo com

³³ Para se realizar essa análise e construir o referido gráfico, considerou-se a idade em anos completos: tendo a interna 4 anos e 2 meses na data da matrícula, por exemplo, foi enquadrada no grupo das que tinham 4 anos completos, da mesma forma que a que tinha 4 anos e 11 meses.

quatro anos de idade e, portanto, há grande possibilidade de ter havido um erro no momento de registrar sua saída, o que impossibilita sua inclusão na análise do tempo de permanência. Exceto por esse caso, os registros de todas as outras 197 asiladas permitiram a construção do gráfico que segue:

Gráfico 3: Período de permanência no Asylo de Orphans Anália Franco de Ribeirão Preto (em anos) das internas matriculadas entre 1917 e 1925

Fonte: Adaptado de Asylo Anália Franco (1972)

O número de internas que permanecia na instituição por quatro anos ou menos chama muita atenção, pois é muito mais recorrente que os outros grupos: das 197 matrículas que compuseram o cálculo, 143 meninas permaneceram na instituição por quatro anos ou menos e, se voltarmos aos objetivos principais do asilo, que incluíam a “manutenção, educação e instrução” (ASYLO ANÁLIA FRANCO, 1922, p.1), com consequente colocação social, é possível levantar a reflexão se, em tão pouco tempo de permanência, era possível desenvolver todo o trabalho educacional planejado, permitindo que a interna frequentasse os diferentes níveis de ensino condizentes com a idade.

Se contrastados esses dados de permanência com os de idade da interna na realização da matrícula, do gráfico anterior a este, verifica-se que as práticas ficam ainda mais distantes do que se planejava em regimentos e estatutos, visto que a maior recorrência de idade em que as meninas ingressavam no asilo ficava entre os 5 e 9 anos, quando já não podiam mais frequentar o jardim da infância e quase já não tinham mais idade para cursar o nível de ensino

primário e, além disso, a maioria delas também não permanecia no asilo tempo suficiente para que cursassem as oficinas profissionalizantes.

Portanto, considerando-se esse contexto, é possível concluir que a emancipação da jovem asilada, que deveria ser aos vinte anos de idade, e em que caberia à diretoria do asilo “promover, por todos os meios ao seu alcance, a sua collocação, attestando o seu comportamento moral, seu desenvolvimento intelectual e suas aptidões profissionaes” (ASYLO ANÁLIA FRANCO, 1922, p.1), raramente acontecia da forma prevista, pois na grande maioria dos casos, as meninas ingressavam na instituição já com certa idade e passavam ali um período curto de tempo, insuficiente para que pudessem desenvolver condições suficientes para sua colocação social e superação de seu abandono material. Essa conclusão se confirma quando analisamos, por fim, a idade de desligamento das meninas da instituição (como este cálculo necessita da informação da data de nascimento e 32 das internas que se matricularam entre os anos de 1917 e 1925 não tinham este registro, trabalhou-se aqui com o número de 166 internas):

Gráfico 4: Idade das internas (em anos) ao deixarem o Asylo de Orphans Anália Franco de Ribeirão Preto (1917-1925)

Fonte: Adaptado de Asylo Anália Franco (1972)

Das 166 internas que compuseram essa análise, apenas 14 (8,4 %) conseguiram atingir, na instituição, a idade prevista para emancipação, aos 20 anos de idade. A maioria das meninas (39%), no período analisado, saíram do asilo entre 10 e 14 anos de idade, e não há registro do destino dado a elas após este desligamento. Considerando que o Estatuto do asilo trazia como possibilidade a colocação das internas em casas de famílias “mediante tutela” (ASYLO ANÁLIA FRANCO, 1925a, p. 6), como foi observado em alguns casos práticos, pode ter sido

esse o destino principal das meninas que deixavam a instituição com menos 14 anos, mais que 70% das asiladas que compuseram a análise. Tal fato é indicativo de que a formação e colocação profissional da asilada ao deixar a instituição era uma realidade para uma parcela muito pequena delas e, considerando-se os muitos relatos de maus tratos de crianças destinadas a casas de famílias na transição entre os séculos XIX e XX, no município de Ribeirão Preto (MAGOSSO, 2016), essa opção poderia representar um duro destino às meninas.

Das menos de 30% que permaneciam na instituição até mais que os 14 anos, muitas delas tinham suas funções na manutenção interna do asilo, pois as práticas demonstram que não havia funcionários e/ou benfeitores suficientes para garantir seu funcionamento satisfatório. Portanto, era importante manter certo grupo de meninas nessa faixa etária, pois elas tanto auxiliavam no trato com as internas mais novas, quanto realizavam serviços domésticos, como retrata a foto a seguir, em que três meninas se ocupavam de alguns afazeres na cozinha do asilo:

Figura 12 – Fotografia de internas “mais velhas” realizando serviços domésticos na cozinha do Asylo de Orphans Anália Franco (não datada)

Fonte: Loja Maçônica Estrella D'Oeste

Das poucas asiladas que atingiram os 20 anos de idade na instituição (14 entre os anos de 1917 e 1925), como já referido, duas delas se tornaram professoras no próprio asilo (ANEXO G – linhas 185 e 192). Além disso, vale ressaltar que, no mesmo período, houve registro de apenas um falecimento de uma asilada aos oito anos de idade, tendo passado cinco deles como

interna da instituição, e cujos motivos de falecimento são desconhecidos (ANEXO G – linha 172), taxa que pode ser considerada baixa e indicativa da realização dos cuidados de saúde das internas.

Para concluir, no que se refere à etnia das meninas, embora não fosse essa uma informação trazida pelo Livro de Matrículas, é possível notar a presença de meninas brancas e negras pela observação de algumas fotos, tanto as anteriores já trazidas nessa pesquisa, como a que segue, em que as meninas aparecem posando para a fotografia, uniformizadas e sentadas nas escadarias do asilo:

Figura 13 – Fotografia das internas do Asylo de Orphans Anália Franco (não datada)

Fonte: Loja Maçônica Estrella D'Oeste

Na fotografia, as internas estão organizadas de acordo com a idade: as menores ocupando os degraus de baixo até chegar às maiores, nos degraus mais altos, junto a uma figura feminina que aparece no canto direito superior, cuja vestimenta é diferente das demais pessoas da foto, que pode ser tanto uma professora quanto a diretora em exercício. Há variedade na faixa etária das meninas, sendo que algumas já tinham feições juvenis e, abaixo e ao centro, meninas que aparentavam ter menos que cinco anos. Também há uma relação equilibrada entre a quantidade de meninas negras e brancas que aparecem na fotografia, demonstrando que, assim como previam os documentos reguladores do asilo e também da AFBI, a cor da pele não

representava um impedimento na admissão de uma asilada. Ainda que as instituições da AFBI não fossem exclusividade no atendimento a crianças negras no início do século XX, atendimento esse necessário devido à demanda por conta da não inclusão social dos negros libertos da escravidão em 1888, a aceitação de crianças independentemente da cor de sua pele representava um comportamento transgressor em uma sociedade que ainda respirava os ares da escravidão recém abolida e assistia ao crescimento de teorias eugênicas (MACIEL, 1999).

É possível concluir então que o *Asylo de Orphans Anália Franco* de Ribeirão Preto foi uma instituição que, aos moldes da AFBI e do que defendia a própria Anália, objetivava não se limitar à caridade imediata, mas sim oferecer meios para que meninas pudessem superar as condições de abandono a elas colocadas, por meio da emancipação e formação profissional e, portanto, a instituição foi organizada para garantir esse atendimento, vez que seus estatutos e regimentos previam a divisão do ensino em níveis, cursos profissionalizantes, contratação de professores e aquisição de materiais para a prática educativa. Porém, os dados aqui trazidos, que remetem ao período de 1917-1925, demonstram que as condições reais da instituição, que dependia de doações particulares e subvenções insuficientes do poder público, possibilitou que um grupo muito restrito das meninas que passaram por lá nesse período alcançassem os objetivos propostos, sendo que a maioria deixou a instituição antes mesmo de completar 15 anos e tendo permanecido ali por tempo insuficiente para que tivessem condições de superar o abandono que as levaram até lá.

5. Considerações finais

As ações no campo da assistência à infância construídas por Anália Franco, à frente da *Associação Feminina Beneficente e Instructiva*, por ela criada no ano de 1901 e presidida até seu falecimento, permitiram a instalação de inúmeras instituições na cidade de São Paulo, capital do estado, sendo em 1912:

Quatro escolas que funcionavam nos asilos da capital, com cursos maternal, primários, para adultos e uma escola dramática com a participação de 109 mulheres em diversas faixas etárias (...) e oito escolas dentro da colônia D. Romualdo, que possuía os mais variados cursos com creche, escola maternal, ensino primário, ensino secundário, escola de agricultura e escola de música, possuindo 167 alunos (LODI-CORRÊA, 2009, p. 49).

Portanto, é possível afirmar que no início do século XX, Anália foi responsável pela constituição de certa “rede” de assistência que envolvia instituições com diferentes objetivos e formas de organização: escolas maternais, liceus femininos, colônias regeneradoras e asilos. Seu projeto, que visava o atendimento de crianças independentemente do sexo, da etnia e das escolhas religiosas dos pais, expandiu-se para além das fronteiras da capital e, como a presente pesquisa demonstra, tornou-se importante alternativa para o atendimento de crianças em situação de abandono em diversas cidades do interior paulista, preenchendo uma lacuna muito pouco ocupada pelo Estado brasileiro.

O “sistema Dona Anália Franco” (LOJA MAÇÔNICA ESTRELLA D’OESTE, 1921, p. 119) foi edificado por meio da filantropia e se organizava em três pilares: a publicidade, pois aqui se verificou o quão importante foi o papel da imprensa paulista na legitimação do nome de Anália e da AFBI no campo da assistência à infância, sempre por meio de um discurso enaltecendo a “benevolência” e dedicação da educadora pela concretização de seu projeto; a preocupação com o atendimento educacional realizado nas instituições, com base em um projeto de educação moralizante que deveria desenvolver o “amor” ao trabalho e, por fim, a busca por caminhos que permitissem a criação e o controle de diferentes instituições ligadas à AFBI nas cidades paulistas interioranas, o que somente foi possível devido à capacidade de Anália em estabelecer alianças com diferentes sujeitos tanto de carreira pública quanto com pessoas pertencentes à esfera privada, principalmente membros da elite e grupos como a maçonaria e o espiritismo.

Desde o início, o trabalho de Anália Franco foi ao encontro do projeto modernizador da sociedade que tomava forma com a República, e conquistou então a simpatia de higienistas e

juristas, pois retirava das ruas as crianças pobres e abandonadas que destoavam da paisagem moderna e os destinava (ou pelo menos se pretendia destinar) a um processo educativo baseado na disciplina, na submissão e no aprendizado de ofícios, que deveriam garantir um meio de subsistência, evitando, portanto, que esses sujeitos cometessem atos contra a sociedade, como a prática de furtos. Assim foi que Anália se tornou uma influência no Estado de São Paulo no início do século XX, tendo consolidado, por meio da AFBI, um modelo institucional de assistência à infância, que contava até mesmo com a publicação de manuais educativos para unificar o atendimento educacional realizado e com a organização de meios de fiscalização das diferentes instituições.

Nesses moldes e com o apoio da *Loja Maçônica Estrella D'Oeste*, em Ribeirão Preto, Anália tomou a iniciativa de fundar o *Asylo de Orphans Anália Franco* na mesma cidade e, por meio da aliança entre a educadora e a elite e o poder público locais, a instituição foi fundada em 1917. A presente investigação permite concluir que a participação de Anália Franco foi muito além da iniciativa e participação na criação, mas que suas publicações e seu trabalho na AFBI tiveram forte influência na organização das práticas no asilo ribeirão-pretano. Dessa forma, é possível afirmar que o asilo era parte de um todo, uma das instituições que compunham um projeto de assistência construído por Anália Franco (e outros membros da AFBI) no Estado de São Paulo.

Concordando com a colocação de Fonseca (2012), de que a interiorização da assistência se trata não somente da adoção de um modelo, mas tem relação também com a capacidade local para a elaboração de respostas ao problema do abandono de crianças, é possível afirmar ainda que o asilo de Ribeirão Preto tenha sido organizado com base no modelo institucional de Anália Franco e da AFBI, o atendimento ali realizado (em que há registro até o ano de 1972, mas aqui foi estudado até 1925) dependia de fatores internos: o grupo diretor, composto principalmente por membros da *Loja Maçônica Estrella D'Oeste*; os outros sujeitos que compunham a prática - funcionários, profissionais que doavam seus serviços, professores e as internas e, principalmente, a disponibilidade de recursos financeiros (a maioria de doações particulares e pouca contribuição do governo municipal).

Assim, embora os documentos reguladores do asilo, dentre eles estatutos e regimentos, demonstrem que se pretendia uma instituição complexamente organizada em diferentes níveis de ensino e com capacidade de influenciar de maneira positiva a vida das internas por meio da aprendizagem de ofícios que garantissem sua subsistência, o estudo das práticas permite concluir que esses objetivos esbarravam em condições financeiras insuficientes e conflitos internos que impossibilitavam o oferecimento de um atendimento com a qualidade pretendida,

afirmação que se comprova com as análises quantitativas das trajetórias das internas, pois em relação à maioria delas, o tempo que passavam na instituição e a idade com que a deixavam não eram suficientes para que tivessem frequentado os diferentes níveis de ensino que deveriam ser disponibilizados a elas. Além disso, as condições internas do asilo nem sempre permitiam que todos os níveis de ensino se concretizassem, pois alguns não “saíram do papel” ou eram organizados de forma precária, pelo menos até o ano de 1925.

Por fim, o trabalho de Anália Franco e da AFBI, que se constituiu como modelo para instituições em diversas localidades do Estado de São Paulo, não pode ser considerado fora do contexto social do início do século XX, pois era determinado por este, em que pesava a estigmatização do pobre e dos “menores”, as crianças/adolescentes que, por não terem acesso às mínimas condições materiais de existência, eram vistos como seres repletos de falhas e vícios, aos quais era necessária correção. Assim, por meio de um discurso de benevolência, diferentes setores da sociedade intervinham na vida desses sujeitos e, muitas vezes, também de suas famílias, consideradas incapazes de educá-los. Nesse contexto, o atendimento institucional se ampliava cada vez mais, devido à eficiência no confinamento das crianças “indesejáveis”, que transitavam pelas ruas maltrapilhas e incomodando quem por ali transitasse, além de facilitar o controle e a educação voltada ao trabalho submisso.

Olhar para o passado nos permite refletir sobre o presente, o ano de 2017, um século após a criação do *Asylo de Orphans Anália Franco* de Ribeirão Preto. Em termos de legislação, muita coisa mudou e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) é o grande marco dessa mudança: instaurado no país em 1990, fruto de participação popular, o ECA define que cabe ao Estado e à sociedade civil a garantia prioritária dos direitos básicos de todas as crianças e adolescentes, independentemente de sua origem social (BRASIL, 1990). Dessa forma, não vivemos mais o momento da predominância da filantropia na assistência à infância, embora ela ainda seja praticada, mas agora estamos sob a ótica do Estado de Bem-Estar do Menor (MARCILIO, 1998).

Ainda que o ECA represente um avanço nas leis brasileiras voltadas à infância, sua prática se distancia muito das crianças em situação de pobreza e/ou abandono, visto que os indicadores sociais do Brasil o colocam nas posições mundiais mais baixas no que se refere às condições de vida para as crianças e adolescentes (RIZZINI e PILOTTI, 2011). Os noticiários nos trazem exemplos cotidianos de que ainda não está superada a dicotomia entre as crianças em família, em condições materiais satisfatórias e aquelas às quais não é garantida a qualidade de vida objetivada pelo referido Estatuto. Assim:

É como se existisse duas sociedades. Uma que se indigna com esse estado de coisas e ruidosamente reclama e obtém a reforma do discurso oficial, inclusive em um dos domínios mais bem guardados e estruturados da tradição institucional brasileira: o domínio jurídico-judiciário. Enquanto isso, a outra resiste, sub-reptícia e obstinadamente ao novo modelo, acusado, velada ou abertamente, de proteger “menores”, “pivetes”, “trombadinhas”. Quanto a estes, não os reconhece como legítimas crianças e adolescentes, considerando-os, ao contrário, inimigos precoces do bem público, que é preciso conter precocemente, tirando-os de circulação, não importa como (RIZZINI e PILOTTI, 2011, p. 324).

Essa dicotomia se tem feito presente, inclusive, dentre aqueles que propõem as leis e as políticas públicas. Quando analisamos os últimos acontecimentos políticos do país, fica a impressão de que dificilmente será superado o abismo social que tem em sua base a criança pobre, cujo direito de viver sua infância não é garantido, e na outra ponta crianças que crescem sob a proteção da família e às quais são garantidas a qualidade de vida e o direito de se desenvolverem de maneira saudável. Como exemplo dessa afirmação, os noticiários trouxeram em março de 2017 o anúncio do Ministério da Educação do corte de \$4,3 bilhões dos recursos da União destinados à Educação, como noticiaram os portais de notícias G1 (MORENO, 2017) e Correio Braziliense (HESSEL e SOUZA, 2017), ao mesmo tempo em que se coloca em pauta a redução da maioria penal na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, demonstrando que o grupo político que ocupa os mais altos cargos de poder no país atualmente age de maneira a reduzir a qualidade no oferecimento de educação às crianças, adolescentes e jovens e coloca como alternativa para o crescimento de crimes associados a esses sujeitos o aumento do confinamento em presídios, ao invés da criação de políticas de superação da condição de abandono que os levaram a praticar esses atos.

Assim, conclui-se que mesmo um século depois da criação do asilo, algumas questões em relação às crianças pobres ainda não foram superadas e, tanto no que tange a políticos como a grupos e indivíduos da sociedade civil, no discurso em relação às crianças em situação de pobreza ainda predomina a responsabilização delas mesmas pelas condições sociais que lhes foram impostas, e ainda procuram-se alternativas como institucionalização, medicalização e judicialização para a padronização do “indesejado”.

REFERÊNCIAS

A VOZ MATERNAL: orgam da Associação Feminina Beneficente e Instructiva de São Paulo. São Paulo: Typ. d'A voz maternal, 1903. Ano 1, n. 1.

A VOZ MATERNAL: orgam da Associação Feminina Beneficente e Instructiva de São Paulo. São Paulo: Typ. d'A voz maternal, 1904. Ano 1, n. 2-12.

A VOZ MATERNAL: orgam da Associação Feminina Beneficente e Instructiva de São Paulo. São Paulo: Typ. d'A voz maternal, 1904. Ano 2, n. 1.

A VOZ MATERNAL: orgam da Associação Feminina Beneficente e Instructiva de São Paulo. São Paulo: Typ. d'A voz maternal, 1905. Ano 2, n. 6.

A VOZ MATERNAL: orgam da Associação Feminina Beneficente e Instructiva de São Paulo. São Paulo: Typ. d'A voz maternal, 1907. Ano 5, n. 49.

A VOZ MATERNAL: orgam da Associação Feminina Beneficente e Instructiva de São Paulo. São Paulo: Typ. d'A voz maternal, 1907. Ano 4, n. 48.

ARANTES, E. M. de. M. Rostos de crianças no Brasil. In: RIZZINI, Irene; PILOTTI, F. (Orgs.). **A arte de governar crianças: A história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil**. 3ª ed., São Paulo: Cortez, 2011. p. 153-202.

ARAUJO, T. V. de. **A assistência a meninas órfãs e pobres no “Asylo de Orphans Anália Franco” em Ribeirão Preto (1917-1930)**. 2010. 182 p. Iniciação Científica (FAPESP) - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2010.

ARIÉS, P. **História social da criança e da família**. 2ª ed., Rio de Janeiro: Guanabara, 1973.

ASSOCIAÇÃO FEMININA BENEFICENTE E INSTRUCTIVA (AFBI). **Estatuto aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 31 de março de 1923**. São Paulo, 1923.

ASSOCIAÇÃO FEMININA BENEFICENTE E INSTRUCTIVA (AFBI). **Relatório de 1912**: apresentado e aprovado em Assembléia Geral Ordinária de 05 de abril de 1913. São Paulo: Typ. Do Globo, 1913.

ASSOCIAÇÃO Feminina Beneficente e Instructiva de S. Paulo. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 12 jun. 1914, Ano 40, n. 12.957, p. 12.

ASSOCIAÇÃO FEMININA BENEFICENTE E INSTRUCTIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO (AFBI). **Estatuto aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 21 de agosto de 1909**. São Paulo: Typ. d'A Voz Maternal, 1909a.

ASSOCIAÇÃO FEMININA BENEFICENTE E INSTRUCTIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO (AFBI). **Estatuto aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 17 de novembro de 1901**. São Paulo, 1901. (manuscrito).

ASSOCIAÇÃO FEMININA BENEFICENTE E INSTRUCTIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO (AFBI). **Relatório de 1908**: apresentado e aprovado em Assembléia Geral Ordinária de 15 de janeiro de 1909. São Paulo: Typ. d'A Voz Maternal, 1909b.

ASSOCIAÇÃO FEMININA D. ANÁLIA FRANCO. **Estatuto aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 9 de março de 1919**. São Paulo, 1919.

ASYLO ANÁLIA FRANCO. **Estatuto aprovado em Assembleia Geral de 20 de outubro de 1924**. Ribeirão Preto: Casa Beschizza, 1925a.

ASYLO ANÁLIA FRANCO. **Livro de atas** (1922–1938). Ribeirão Preto, 1938. (manuscrito).

ASYLO ANÁLIA FRANCO. **Livro de Matrículas** (1917-1972). Ribeirão Preto, 1972. (manuscrito).

ASYLO ANÁLIA FRANCO. **Livro de Ouro**: Álbum de Beneméritos (1921-1967). Ribeirão Preto, 1967. (manuscrito).

ASYLO ANÁLIA FRANCO. **Regimento Interno aprovado em Assembleia Geral de 17 de novembro de 1924**. Ribeirão Preto: Casa Beschizza, 1925c.

ASYLO ANÁLIA FRANCO. Regulamento do Asylo de Orphans Anália Franco. **Diário oficial [do] Estado de São Paulo**, São Paulo, 2 ago. 1922, Ano 32, n. 171, p. 1.

ASYLO ANÁLIA FRANCO. **Relatório da diretoria do ano social de 1924-1925 apresentado em sessão de 25 de julho de 1925**. Ribeirão Preto: Typ. da Casa Beschizza, 1925b.

BACELLAR, C de A. P. Uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, C. B. (Org.). **Fontes históricas**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2008, p. 23-80.

BACELLAR, C. de A. P.; BRIOSCHI, L. R. (Orgs.). **Na estrada do Anhanguera**: uma visão regional da história paulista. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 1999.

BARATA, A. M. A maçonaria e a ilustração brasileira. **Hist. cienc. saude-Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 78-99, outubro de 1994. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59701994000100007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 2 out. 2016.

BEIGUELMAN, P. **A formação do povo no complexo cafeeiro**: aspectos políticos. 3 ed. São Paulo: Edusp, 2005.

BRASIL. **Decreto nº 17.943-A de 12 de outubro de 1927**. Consolida as leis de assistência e proteção a menores. 1927.

BRASIL. **Lei federal nº 8069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm>. Acesso em: 16 out. 2017.

BURALI, G. **A assistência ao idoso no Lar Padre Euclides de Ribeirão Preto nas décadas de 1910 a 1950**. 2002. 200 p. Dissertação (Mestrado em Psicologia), Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2002.

CAMARA: 79ª sessão ordinária em 17 de dezembro. **Correio Paulistano**: propriedade de uma sociedade anonyma, São Paulo, 18 dez. 1918a, n. 19.921, p. 2.

CÂMARA: 82ª sessão ordinária em 19 de dezembro. **Correio Paulistano**: propriedade de uma sociedade anonyma, São Paulo, 20 dez. 1918b, n. 19.923, p. 4.

CARONE, E. **A República Velha** (instituições e classes sociais). 2.ed. São Paulo: Difel, 1972.

CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, J. et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2012. p. 295-316.

COISAS da cidade: um asylo necessitado. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 29 jun. 1919, Ano 45, n. 14.787, p. 6.

CRECHES Asylos Analia Franco e Colonia Regeneradora. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 5 mar. 1916, Ano 42, n. 13.586, p.12.

DOIN, J. E. de M. et al. A Belle Époque caipira: problematizações e oportunidades interpretativas da modernidade e urbanização no Mundo do Café (1852-1930) - a proposta do Cemumc. **Rev. Bras. Hist.**, São Paulo, v. 27, n. 53, p. 91-122, jun. de 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882007000100005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 23 jul. 2016.

EGITO, P. H. T. **Olhares da Maçonaria sobre a Educação no Brasil**. 2011. 89 p. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal da Paraíba, Paraíba, João Pessoa, 2011.

ENGUITA, M. F. **A Face Oculta da Escola**: educação e trabalho no capitalismo. Trad. Tomaz Tadeu da Silva. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

FALEIROS, V. de P. Infância e processo político no Brasil. In: RIZZINI, Irene; PILOTTI, F. (Orgs.). **A arte de governar crianças**: A história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. 3ª ed., São Paulo: Cortez, 2011. p. 33-96.

FARIA, R. S. de. **Ribeirão Preto, uma cidade em construção**: o moderno discurso da beleza, higiene e disciplina. 2003. 432 p. Dissertação (Mestrado em História) - Departamento de História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

FERNANDES, P. C. da C. **As origens do Espiritismo no Brasil: razão, cultura e resistência no início de uma experiência (1850-1914)**. 2008. 139 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

FONSECA, S. C. da. A interiorização da assistência à infância durante a Primeira República: de São Paulo a Ribeirão Preto. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 28, n. 1, p. 79-108, mar. 2012.

_____. **Infância e disciplina.** O Instituto Disciplinar do Tatuapé em São Paulo (1890-1927), Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2007.

_____. Ribeirão Preto e a chegada da assistência institucional à infância ao Oeste Novo. **Cadernos de História da Educação**, Uberlândia, MG, v. 14, n. 2, p. 461-481, mai./ago. 2015.

FONSECA, S. C. da; CASTRO, C. R. C. de. O que os jornais contam sobre a menoridade em Ribeirão Preto no início do século XX. **Albuquerque: revista de História**, Campo Grande, MS, v. 5, n. 9, p. 133-160, jan./jun. 2013.

FRANCO, A. **Manual das mães para o 2º ano elementar.** Ensino em família ou em classes. 1ª série. São Paulo: Typ. d'A voz maternal, 1913.

_____. **Manual das mães para o 2º ano elementar.** Ensino em família ou em classes. 1ª série (livro do aluno). Fascículo 2º. São Paulo: Typ. d'A voz maternal, 1914.

_____. **Terceiras lições para as escolas maternas.** Segundo fascículo. São Paulo: Typ. D'A voz maternal, 1905.

FRANCO, A.; CALDAS, E. **Manual para as Escolas Maternas da Associação Feminina Beneficente e Instructiva.** Primeiro Trimestre. São Paulo, Tipo-Lithografia Ribeiro, 1902.

FREIRE, M. M. de L. **Mulheres, mães e médicos:** discurso maternalista em revistas femininas (Rio de Janeiro e São Paulo, década de 1920). 2006. 336 p. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) - Casa de Oswaldo Cruz, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2006.

FREIRE, M. M. de L.; LEONY, V. da S. A caridade científica: Moncorvo Filho e o Instituto de Proteção e Assistência à Infância do Rio de Janeiro (1899-1930). **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, v. 18, p. 199-225, dez. 2011.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GALVÃO, A. M. de O. et al. Difusão, apropriação e produção do saber histórico: A Revista Brasileira de História da Educação (2001-2007). **Revista Brasileira de História da Educação**, São Paulo, n. 16, jan./abr. 2008.

GONDRA, J. G. Modificar com brandura e prevenir com cautela: racionalidade médica e higienização da infância. In: FREITAS, M. C. de; KUHLMANN JR., M. **Os Intelectuais na História da Infância.** São Paulo: Cortez, 2002. p. 289-318.

HAUCK, J. F. **História da Igreja no Brasil.** 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

HESSEL, R.; SOUZA, R. Educação perde R\$ 4,3 bilhões com corte no Orçamento. **Correio Braziliense**, 01 abr. 2017. Disponível em: <http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/economia/2017/04/01/internas_economia,585320/educacao-perde-r-4-3-bilhoes-com-corte-no-orcamento.shtml>. Acesso em: 21 set. 2017.

HODAPP, C. **Maçonaria para leigos.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Alta Books, 2016.

INTERIOR: Ribeirão Preto. **Correio Paulistano**: propriedade de uma sociedade anonyma, São Paulo, 28 abr. 1917a, n. 19.324, p. 4.

INTERIOR: Ribeirão Preto. **Correio Paulistano**: propriedade de uma sociedade anonyma, São Paulo, 29 abr. 1917b, n. 19.325, p. 4.

INTERIOR: Ribeirão Preto. **Correio Paulistano**: propriedade de uma sociedade anonyma, São Paulo, 13 mai. 1917c, n. 19.339, p. 4.

INTERIOR: Ribeirão Preto. **Correio Paulistano**: propriedade de uma sociedade anonyma, São Paulo, 15 mai. 1917d, n. 19.341, p. 3.

INTERIOR: Ribeirão Preto. **Correio Paulistano**: propriedade de uma sociedade anonyma, São Paulo, 21 mai. 1917e, n. 19.347, p. 3.

INTERIOR: Ribeirão Preto. **Correio Paulistano**: propriedade de uma sociedade anonyma, São Paulo, 23 mai. 1917f, n. 19.349, p. 3.

INTERIOR: Ribeirão Preto. **Correio Paulistano**: propriedade de uma sociedade anonyma, São Paulo, 26 mai. 1917g, n. 19.352, p. 3.

INTERIOR: Ribeirão Preto. **Correio Paulistano**: propriedade de uma sociedade anonyma, São Paulo, 28 mai. 1917h, n. 19.354, p. 4.

INTERIOR: Ribeirão Preto. **Correio Paulistano**: propriedade de uma sociedade anonyma, São Paulo, 15 jun. 1917j, n. 19. 372, p. 4.

INTERIOR: Ribeirão Preto. **Correio Paulistano**: propriedade de uma sociedade anonyma, São Paulo, 21 jun. 1917k, n. 19.378, p. 3.

INTERIOR: Ribeirão Preto. **Correio Paulistano**: propriedade de uma sociedade anonyma, São Paulo, 24 jun. 1917l, n. 19.381, p. 4.

INTERIOR: Ribeirão Preto. **Correio Paulistano**: propriedade de uma sociedade anonyma, São Paulo, 26 jun. 1917m, n. 19.383, p. 3.

INTERIOR: Santos. **Correio Paulistano**: organ do Partido Republicano, São Paulo, 21 ago. 1920b, n. 20.523, p. 4.

INTERIOR: Santos. **Correio Paulistano**: propriedade de uma sociedade anonyma, São Paulo, 14 jun. 1917i, n. 19.371, p. 4.

INTERIOR: Santos. **Correio Paulistano**: propriedade de uma sociedade anonyma. São Paulo, 4 mar. 1920a, Ano 46, n. 15.034, p. 3.

KISHIMOTO, T. M. **A pré-escola em São Paulo** (das origens a 1940). 1986. 348 p. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1986.

KUHLMANN JR., M. A circulação das idéias sobre a educação das crianças: Brasil, início do século XX. In: FREITAS, M. C.; KUHLMANN JR., M. **Os Intelectuais na história da infância**. São Paulo: Cortez, 2002. p. 459-503.

_____. Histórias da educação infantil brasileira. **Revista Brasileira de Educação**, n. 14, p. 5–18, 2000.

_____. **Infância e educação infantil: uma abordagem histórica**. Porto Alegre: Mediação, 1998.

LE GOFF, J. **História e memória**. Campinas: UNICAMP, 1990.

LINDENMEYER, K.; SANDIN, B. National Citizenship and Early Politics Shaping “The Century of the Child” in Sweden and the United States. **The Journal of the History of Childhood and Youth**, v. 1, n. 1, p. 50–62, 2008.

LODI-CORRÊA, S. **Anália Franco e sua ação sócio-educacional na transição do Império para a República (1868-1919)**. 2009. 186 p. Dissertação (Mestrado em História da Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

LOJA MAÇÔNICA ESTRELLA D'OESTE. **Livro de atas (1907-1921)**. Ribeirão Preto, 1921. (manuscrito).

LUCA, T. R. de. Fontes impressas: História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, C. B. (Org.). **Fontes históricas**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2008, p.111-154.

MACIEL, M. E. S. Eugenia no Brasil. **Anos 90**, Porto Alegre, n. 11, p. 121-143, jun. 1999.

MAGOSSO, L. B. **Autos de tutela e contratos de soldada produzidos durante o (pequeno) governo da infância em Ribeirão Preto (1882-1917)**. 2016. 140 p. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2016.

MALA do interior: Igarapava. **Correio Paulistano**: propriedade de uma sociedade anonyma, São Paulo, 24 set. 1917, n. 19.473, p. 6.

MALA do Interior: Santa Rita do Passa Quatro. **Correio Paulistano**: propriedade de uma sociedade anonyma, São Paulo, 10 out. 1918, n. 19.851, p. 5.

MARCÍLIO, M. L. **História Social da Criança Abandonada**. São Paulo: Hucitec, 1998.

MELO, J. J. P. Fontes e Métodos: sua importância na descoberta das heranças educacionais. In: COSTA, C. J.; MELO, J. J. P.; FABIANO, L. H. (Orgs.). **Fontes e Métodos em História da Educação**. 1ed. Dourados: UFGD, 2010, v. 1, p. 13-34.

MILLIET, S. **Roteiro do café e outros ensaios**: Contribuição para o estudo da história econômica e social do Brasil. 4 ed. São Paulo: Hucitec, 1982.

MONBEIG, Pierre. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo**. São Paulo: Hucitec, 1984.

MONTEIRO, E. **Anália Franco: a grande dama da educação brasileira**. São Paulo: Madras, 2004.

MORENO, A. C. 16% dos recursos cortados da Educação são de emendas parlamentares, diz MEC. **Portal de Notícias G1**, 01 abr. 2017. Disponível em: <<https://g1.globo.com/educacao/noticia/16-dos-recursos-cortados-da-educacao-sao-de-emendas-parlamentares-diz-mec.ghtml>>. Acesso em: 15 set. 2017.

NAGLE, J. **Educação e Sociedade na Primeira República**. Rio de Janeiro: EPU, 1976.

NOTAS e factos: Lyceu Feminino Nocturno. **Correio Paulistano**: orgam do Partido Republicano, São Paulo, 26 jan. 1902, n. 13.804, p. 1.

NOTÍCIAS do Interior: Dobrada. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 7 abr. 1914b, Ano 40, n. 12.891, p.6 ou 8 (ilegível)

NOTÍCIAS do Interior: Itapolis. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 1 mai. 1916, Ano 42, n. 13.642, p.7.

NOTÍCIAS do Interior: Jaboticabal. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 3 abr. 1911, Ano 37, n. 11.797, p.6.

NOTÍCIAS do Interior: Jaboticabal. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 7 jan. 1917a, Ano 43, n. 13.892, p.10.

NOTÍCIAS do Interior: Jahu. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 9 mai. 1914c, Ano 40, n. 12.923, p.2.

NOTÍCIAS do Interior: Jundiahy. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 20 jan. 1914a, Ano 40, n.12.815, p.7.

NOTÍCIAS do Interior: Ribeirão Preto. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 28 abr. 1917c, Ano 43, n. 14.002, p. 3.

NOTÍCIAS do Interior: Ribeirão Preto. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 30 set. 1917d, Ano 43, n. 14.157, p. 5.

NOTÍCIAS do Interior: Sorocaba. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 12 mar. 1917b, Ano 43, n. 13.955, p. 4.

OLIVEIRA, E. C. de. **Anália Franco e a Associação Feminina Beneficente e Instrutiva: Idéias e Práticas Educativas para a Criança e para a Mulher (1870 -1920)**. 2007. 177 p. Dissertação (Mestrado em História da Educação) - Universidade São Francisco, Itatiba, 2007.

OLIVEIRA, M. R. P. de. **Formar cidadãos úteis: os patronatos agrícolas e a infância pobre na Primeira República**. Bragança Paulista: EDUSF, 2003.

PAZIANI, R. R. Outras leituras da cidade: experiências urbanas da População de Ribeirão Preto durante a Primeira República. **Tempo**, Rio de Janeiro, n. 19, p. 175-200, 2005.

_____. Uma cidade chamada *Petit Paris*: as transformações e crises urbanas de Ribeirão Preto no auge da cultura cafeeira (1890-1916). **Temas & Matizes**, Toledo, nº 6, p. 94-99, 2º sem. 2004.

PELA CARIDADE: um asylo de orphams em miséria extrema. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 11 jun. 1919, Ano 45, n. 14.769, p. 5.

PINSKY, C. B. (Org.). **Fontes históricas**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2008.

PIRES, F. F. Pesquisando crianças e infância: abordagens teóricas para o estudo das (e com as) crianças. **Cadernos de Campo**, v. 17, p. 133-151, 2008.

POSTMAN, N. **O desaparecimento da infância**. Rio de Janeiro: Grafia, 1999.

PREFEITURA do Município: expediente do dia 17 de novembro de 1917. **Correio Paulistano**: propriedade de uma sociedade anonyma, São Paulo, 18 nov. 1917, n. 19.528, p. 9.

RELATÓRIO de 1917: lido na sessão de 4 do corrente pelo sr. Prefeito de S. José do Rio Pardo, cap. Mario Rodrigues. **Correio Paulistano**: propriedade de uma sociedade anonyma, São Paulo, 29 mar. 1918, n. 19.657, p. 6.

RIBEIRÃO PRETO. Câmara Municipal. **Relatório apresentado em sessão de 15 de janeiro de 1920, pelo Dr. Joaquim Macedo Bittencourt, Prefeito Municipal**. Ribeirão Preto: Typ. da Casa Selles, 1920.

RIBEIRÃO PRETO. Câmara Municipal. **Relatório apresentado em sessão de 10 de janeiro de 1903, pelo Dr. Manoel Aureliano de Gusmão, Prefeito Municipal**. São Paulo: Duprat & Comp., 1903.

RIBEIRÃO PRETO. Câmara Municipal. **Relatórios correspondentes ao exercício de 1928, apresentados à Câmara Municipal em sessão de 15 de janeiro de 1929, pelo presidente Dr. Joaquim Camillo de Moraes Mattos e pelo prefeito municipal José Martimiano da Silva**. Ribeirão Preto: Casa Beschizza, 1929.

RIZZINI, Irene. Crianças e menores do Pátrio Poder ao Pátrio Dever. Um histórico da legislação para a infância no Brasil. In: RIZZINI, Irene; PILOTTI, F. (Orgs.). **A arte de governar crianças: A história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil**. 3ª ed., São Paulo: Cortez, 2011. p. 97-150.

RIZZINI, Irene; PILOTTI, F. (Orgs.). **A arte de governar crianças: A história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil**. 3 ed., São Paulo: Cortez, 2011.

RIZZINI, Irma. **A assistência à infância no Brasil: uma análise de sua construção**. Rio de Janeiro: Editora Universitária Santa Úrsula, 1993.

_____. Menores desvalidos e menores transviados: a trajetória da assistência pública até a Era Vargas. In: RIZZINI, I.; PILOTTI, F. (Orgs.). **A arte de governar crianças: A história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil**. 3ª ed., São Paulo: Cortez, 2011. p. 225-286.

SALLA, F. **As Prisões em São Paulo: 1822-1940**. São Paulo: Annablume, 1999.

SECRETARIA do Interior. **Correio Paulistano**: propriedade de uma sociedade anonyma, São Paulo, 30 set. 1918, n. 19.841, p. 7.

SILVA, A. et. al. **Filhos do café**: Ribeirão Preto da terra roxa – tradicional em ser moderna. Ribeirão Preto: Fundação Instituto do Livro, 2010.

SILVA, E. da. Pela infância abandonada. **Diário da Manhã**. Ribeirão Preto, 12 jan. 1913, coluna 5, n. 4079, p. 1.

SOUZA, E. F. A imprensa como fonte para pesquisa em história e educação. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS DO GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISAS EM HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL (HISTEDBR), 8., 2009, Campinas. **Anais eletrônicos...** Campinas: UNICAMP, 2009. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario8/_files/LGXISF7.pdf>. Acesso em: 17 jun. 2017.

TUON, L. I. **O cotidiano cultural em Ribeirão Preto (1880-1920)**. 1997. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Franca, 1997.

VALDEMARIN, V. T.; PINTO, A. A. Das formas de ensinar e conhecer o mundo: lições de coisas e método de ensino intuitivo na imprensa periódica educacional do século XIX. **Revista Educação em Questão**, v. 39, n. 25, p. 163-187, 2010. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/124712>>. Acesso em: 9 ago. 2016.

WALKER, T.; BARBOSA, A. de S. **Dos coronéis à metrópole**, fios e tramas da sociedade e da política em Ribeirão Preto no século XX. Ribeirão Preto: Palavra Mágica, 2000.

APÊNDICE A - Quadro dos artigos dos periódicos *Correio Paulistano* e *O Estado de São Paulo* que citaram Anália e a AFBI no período de 1901 a 1925

	Edição	Periódico	Resumo do artigo
1	1902, 26 de janeiro, p.1	Correio Paulistano	Inauguração de um “Lyceu Noturno” na cidade de São Paulo, pertencente à AFBI, com presença de Anália (NOTAS..., 1902)
2	1911, 3 de abril, p. 6	O Estado de São Paulo	Partida de Anália de Jaboticabal (SP) para Dois Córregos (SP), com calorosa despedida da população local (NOTÍCIAS...,1911).
3	1914, 20 de janeiro, p. 7	O Estado de São Paulo	Notícia de que Anália vai “delegar poderes” a uma comissão para fiscalizar as escolas e creches mantidas pela AFBI no município de Jundiaí (SP) (NOTÍCIAS..., 1914a).
4	1914, 7 de abril, p. 6 ou 8 (ilegível)	O Estado de São Paulo	Anália preside uma assembleia para eleger a diretoria do “Asylo de Orphãos e Crèche” na “Villa de Dobrada” (SP), descrita como filial da AFBI (NOTÍCIAS..., 1914b).
5	1914, 9 de maio, p.2	O Estado de São Paulo	Anália visita o município de Jaú (SP) para divulgar a intenção de fundar um asilo na cidade (NOTÍCIAS..., 1914c).
6	1914, 12 de junho, p. 12	O Estado de São Paulo	Pedido de doações para as instituições da AFBI, assinado por Anália (ASSOCIAÇÃO..., 1914).
7	1916, 5 de março, p. 12	O Estado de São Paulo	Anália descreve asylos, creches e colônias regeneradoras da AFBI, afirmando existirem em várias localidades e somarem 1770 internos, e finaliza pedindo doações (CRECHES..., 1916).
8	1916, 1 de maio, p. 7	O Estado de São Paulo	O Grupo Dramático e Musical Anália Franco chega para fazer apresentações em Itápolis (SP) e, na mesma cidade, a “empresa do circo de touros” realizou uma corrida em benefício dos “orphams do asylo dirigido pela sra. D. Analia Franco” (NOTÍCIAS..., 1916).
9	1917, 7 de janeiro, p. 10	O Estado de São Paulo	Notícia de últimos reparos no prédio onde vai ser instalado um asilo de órfãos em Jaboticabal (SP), “sob direção da sra. D. Anália Franco” (NOTÍCIAS..., 1917a).
10	1917, 12 de março, p. 4	O Estado de São Paulo	É enviada uma pessoa de Sorocaba (SP) para conversar com Anália na cidade de São Paulo sobre a instalação de um “asylo e creche filiado á Associação Feminina Beneficente e Instructiva” (NOTÍCIAS..., 1917b).
11	1917, 28 de abril, p. 3	O Estado de São Paulo	O Grupo Dramático e Musical Anália Franco chega em Ribeirão Preto (SP). Presume-se a presença de Anália pelo trecho: “O Sr. Plinio dos Santos felicitou em nome dos presentes a directora do grupo, sra. D. Analia Franco, dando-lhe os votos de boas vindas” (NOTÍCIAS..., 1917c).

(Continua)

(Continuação)

	Edição	Periódico	Resumo do artigo
12	1917, 28 de abril, p. 4	Correio Paulistano	Chegada do Grupo Dramático e Musical Anália Franco em Ribeirão Preto (SP) sob direção de Anália (INTERIOR..., 1917a).
13	1917, 29 de abril, p. 4	Correio Paulistano	O Grupo Dramático e Musical Anália Franco realiza um concorrido espetáculo no “Theatro Carlos Gomes”, em Ribeirão Preto (SP) (INTERIOR..., 1917b).
14	1917, 13 de maio, p. 4	Correio Paulistano	Novo espetáculo do Grupo Dramático e Musical Anália Franco, no mesmo local acima, “em benefício do asylo e crèche da Associação Feminina Beneficente e Instructiva do Estado de S. Paulo” (INTERIOR..., 1917c).
15	1917, 15 de maio, p. 3	Correio Paulistano	Espectáculo do Grupo Dramático e Musical Anália Franco no Theatro Carlos Gomes, em Ribeirão Preto (SP) (INTERIOR..., 1917d).
16	1917, 21 de maio, p. 3	Correio Paulistano	Espectáculo do Grupo Dramático e Musical Anália Franco no Theatro Carlos Gomes, em Ribeirão Preto (SP) (INTERIOR..., 1917e).
17	1917, 23 de maio, p. 3	Correio Paulistano	Espectáculo do Grupo Dramático e Musical Anália Franco no Theatro Carlos Gomes, em Ribeirão Preto (SP) (INTERIOR..., 1917f).
18	1917, 26 de maio, p. 3	Correio Paulistano	Espectáculo do Grupo Dramático e Musical Anália Franco no Theatro Carlos Gomes, em Ribeirão Preto (SP) (INTERIOR..., 1917g).
19	1917, 28 de maio, p. 4	Correio Paulistano	Espectáculo do Grupo Dramático e Musical Anália Franco no Theatro Carlos Gomes, em Ribeirão Preto (SP) (INTERIOR..., 1917h).
20	1917, 14 de junho, p. 4	Correio Paulistano	A sra. Alice Araujo, diretora da creche e asilo de São Vicente, (SP) viaja sob a determinação de Anália, para a vila de Dobrada (SP) para instalar um novo asilo, “igual aos que aquella benemerita associação mantem em diversas cidades do nosso Estado” (INTERIOR..., 1917i).
21	1917, 15 de junho, p. 4	Correio Paulistano	Apresentação do Grupo Dramático e Musical Anália Franco no local da festa da “Sociedade Beneficência Portuguesa”, em Ribeirão Preto (SP), em benefício das obras do hospital dessa Associação. (INTERIOR..., 1917j).
22	1917, 21 de junho, p. 3	Correio Paulistano	Apresentação do Grupo Dramático e Musical Anália Franco no local da festa da “Sociedade Beneficência Portuguesa”, em Ribeirão Preto (SP), em benefício das obras do hospital dessa Associação (INTERIOR..., 1917k).
23	1917, 24 de junho, p. 4	Correio Paulistano	Apresentação do Grupo Dramático e Musical Anália Franco no local da festa da “Sociedade Beneficência Portuguesa”, em Ribeirão Preto (SP), em benefício das obras do hospital dessa Associação (INTERIOR..., 1917l).

(Continua)

(Continuação)

	Edição	Periódico	Resumo do artigo
24	1917, 26 de junho, p. 3	Correio Paulistano	Apresentação do Grupo Dramático e Musical Anália Franco no local da festa da “Sociedade Beneficência Portuguesa”, em Ribeirão Preto (SP), em benefício das obras do hospital dessa Associação (INTERIOR..., 1917m).
25	1917, 24 de setembro, p. 6	Correio Paulistano	Estreia do Grupo Dramático e Musical Anália Franco no Paris Theatre, no município de Igarapava (SP). (MALA..., 1917)
26	1917, 30 de setembro, p. 5	O Estado de São Paulo	Notícia de que o asilo que Anália fundou (segundo o jornal), na cidade de Ribeirão Preto (SP), será inaugurado no dia 1 de outubro e o prédio onde funcionará já está pronto e foi entregue à própria Anália (NOTÍCIAS..., 1917d).
27	1917, 18 de novembro, p. 9	Correio Paulistano	Ofício despachado pela prefeitura de São Paulo à Anália, agradecendo a remessa de um álbum de fotografias de diversas instituições mantidas pela AFBI no interior do estado (PREFEITURA..., 1917).
28	1918, 29 de março, p. 6	Correio Paulistano	No relatório de 1917 da cidade de São José do Rio Pardo (SP), faz-se um agradecimento à Anália por ter ali inaugurado o “Asylo D. Analia Franco” (RELATÓRIO...1918).
29	1918, 30 de setembro, p. 7	Correio Paulistano	Notícia de matrículas abertas no “curso noturno para operarias anexo à Creche Asylo Analia Franco”, no município de Brotas (SP) (SECRETARIA..., 1918).
30	1918, 10 de outubro, p. 5	Correio Paulistano	Apresentação do Grupo Dramático Musical Anália Franco no teatro Variedades, em Santa Rita do Passa Quatro (SP) (MALA..., 1918).
31	1918, 18 de dezembro, p. 2	Correio Paulistano	Prestação de contas da Secretaria da Fazenda, em que consta uma quantia destinada ao “Asylo de Orphams, de Rio Claro (SP), sob a direção de d. Analia Franco” (CÂMARA..., 1918a).
32	1918, 20 de dezembro, p. 4	Correio Paulistano	Prestação de contas da Secretaria da Fazenda, em que consta uma quantia destinada “A Associação Feminina Instructiva, da capital, para manutenção do Asylo de meninas pobres (...) Ao Asylo de Orphams de Rio Claro (SP), sob a direção de d. Analia Franco (...) Ao Asylo e Crèche Analia Franco, de Brotas (SP)” (CÂMARA..., 1918b).
33	1919, 11 de junho, p. 5	O Estado de São Paulo	Em uma matéria intitulada “Pela Caridade”, que ocupa considerável espaço no jornal, fala-se nas péssimas condições financeiras da AFBI e são pedidas doações, em tom urgente (PELA CARIDADE..., 1919).

(Continua)

(Continuação)

	Edição	Periódico	Resumo do artigo
34	1919, 29 de junho, p. 6	O Estado de São Paulo	Sob o título “Asylo Necessitado”, é novamente publicada uma matéria sobre as más condições das instituições da AFBI e são pedidos donativos, com forte apelo sentimental, finalizando: “Sim leitor, é realmente muito pouco. E se não podes fazer um donativo respeitável porque não tens cinco contos de rendas mensaes como tantos ricos dessa opulenta terra – vai ao menos ao concerto annuciado para segunda-feira, no Conservatorio, em beneficio das crianças do Asylo, ou mandalhes qualquer coisa em dinheiro, em roupas ou em alimentos” (COISAS..., 1919).
35	1920, 4 de março, p. 3	Correio Paulistano	Balancete da movimentação financeira do “Asylo e Crèche Anália Franco” em Santos (SP) (INTERIOR..., 1920a).
36	1920, 21 de agosto, p. 4	Correio Paulistano	Divulgação de festa em prol da “Crèche Asylo Analia Franco” em Santos (SP) e de um festival em beneficio do “Asylo Analia Franco” em Ribeirão Preto (SP) (INTERIOR..., 1920b).

ANEXO A – Fotografias da capa e de uma das folhas de registro do Livro de Ouro do Asylo de Orphans Anália Franco de Ribeirão Preto

Fonte: Loja Maçônica Estrella D'Oeste

30 Junho 1921	Mlyria Lima Attaufer	11
30 Junho 1921	D. Leontina Moura Selles	12
30 Junho 1921	D. Eudexia Guimarães Marcini	13
30 Junho 1921	D. Carmelita Nave	14
30 Junho 1921	D. Luiza Cavalcante Silva	15
30 Junho 1921	D. Antonieta Rosa Dellouagno	16
30 Junho 1921	D. Eliza Baracchini	17
30 Junho 1921	D. Angela Riu	18
30 Junho 1921	Associação Musical e Instructiva	19
30 Junho 1921	D. Theresia Ricci	20
30 Junho 1921	Joaquim Silva	21
30 Junho 1921	D. Guarana Gumerato	22
30 Junho 1921	D. Carlota Cotti	23
30 Junho 1921	D. Emilia Fonseca	24
30 Junho 1921	Sociedade Beneficencia Portuguesa	25
30 Junho 1921	D. Clotilde Porto	26
30 Junho 1921	Club de Footbaal Botafogo	27
30 Junho 1921	Club Commercial de Footbaal	28
30 Junho 1921	D. Diego Nipo Nogueira	29
30 Junho 1921	D. Abilio Lampaio	30

Fonte: Loja Maçônica Estrella D'Oeste

ANEXO B – Transcrição do Livro de Ouro do Asylo de Orphans Anália Franco de Ribeirão Preto até 1925.

Data	Nome	Número
30 de junho de 1921	Venancio Martins	1
30 de junho de 1921	D. Olga Simões	2
30 de junho de 1921	D. Maria Fonseca	3
30 de junho de 1921	D. Irma Berssal	4
30 de junho de 1921	Joaquim Simões Gomes	5
30 de junho de 1921	D. Alcina Carvalho Velloso	6
30 de junho de 1921	D. Manoella Trigo	7
30 de junho de 1921	D. Amelia Fernandes Macedo	8
30 de junho de 1921	Adolfo Wiigler	9
30 de junho de 1921	D. Amelia Borges Junqueira	10
30 de junho de 1921	Illyria Lima Sttauffer	11
30 de junho de 1921	D. Leontina Moreira Telles	12
30 de junho de 1921	D. Eudoxia Guimarães Mancini	13
30 de junho de 1921	D. Carmelita Freire	14
30 de junho de 1921	D. Luiza Cavalcante Silva	15
30 de junho de 1921	D. Antonieta Rosa Delloiagno	16
30 de junho de 1921	D. Eliza Baracchini	17
30 de junho de 1921	D. Angela Neri	18
30 de junho de 1921	Associação Musical e Instructiva	19
30 de junho de 1921	D. Thereza Ricci	20
30 de junho de 1921	Joaquim Silva	21
30 de junho de 1921	D. Chiarina Gumerato	22
30 de junho de 1921	D. Carlota Cotti	23
30 de junho de 1921	D. Emilia Fonseca	24
30 de junho de 1921	Sociedade Beneficencia Portuguesa	25
30 de junho de 1921	D. Clotilde Porto	26
30 de junho de 1921	Club de Football Botafogo	27
30 de junho de 1921	Club Commercial de Football	28
30 de junho de 1921	Dr. Diogo Lupo Nogueira	29
30 de junho de 1921	Dr. Abílio Sampaio	30
30 de junho de 1921	Dr. Elysaldo Goyos	31
30 de junho de 1921	João Baptista de Andrade	32
30 de junho de 1921	Luiz Ribeiro de Araujo	33
14 de julho de 1921	Dr. Affonso Geribello	34
14 de julho de 1921	Dr. João Quevedo	35
1 de agosto de 1921	Antonio Diederichsen	36
5 de agosto de 1921	Club Dançante Filhos do Progresso	37
12 de agosto de 1921	Adolpho Bianchi	38
13 de agosto de 1921	Candido Alves Teixeira	39
8 de outubro de 1921	Cel. Francisco Schimidt	40
27 de outubro de 1921	D. Adelaide Ippolito	41
27 de outubro de 1921	Dr. Flavio de Mendonça Uchôa	42
15 de dezembro de 1921	Joaquim Thomé Leite	43
18 de dezembro de 1921	Snrta Maria Theodora Gomes	44

(Continua)

(Continuação)

Data	Nome	Número
26 de dezembro de 1921	D. Lupercia de Freitas Mendes	45
31 de dezembro de 1921	D. Maria Oliveira Moura	46
1 de fevereiro de 1922	Banda Musical M. Igarapava	47
1 de fevereiro de 1922	Sociedade Unione Italiana	48
8 de fevereiro de 1922	D. Laura Ragghianti	49
8 de fevereiro de 1922	Roque Carilli	50
1 de junho de 1925	D. Maria Loyolla Meira	51
1 de junho de 1925	D. Anna Junqueira Lobato	52
1 de junho de 1925	D. Alzira Fagundes de Freitas	53
1 de junho de 1925	D. Rachel Caldas de Oliveira	54
1 de junho de 1925	D. Anna da Silva Whitaker	55
1 de junho de 1925	D. Maria das Dores G. Mattos	56
1 de junho de 1925	D. Brazilina Mendes	57
1 de junho de 1925	Dr. Eugenio Rocha	58

Fonte: Loja Maçônica Estrella D'Oeste

ANEXO C – Fotografia de parte do relatório financeiro municipal de Ribeirão Preto, correspondente ao exercício de 1921-1928.

Transporte		1.160:700\$000
t) AUXÍLIOS E SUBVENÇÕES		
A' Santa Casa de Misericórdia	20:000\$000	
Musica para o jardim	12:000\$000	
Seguro Operario	4:000\$000	
A' Assistencia á Infancia	5:000\$000	
Ao Asylo Analia Franco	6:000\$000	
Ao Asylo Padre Euclydes	5:000\$000	
As Conferencias de S. Vicente de Paulo	4:800\$000	
Ao Externato Cesario Motta	2:000\$000	
Ao Instituto Commercial	2:000\$000	
A' Associação dos Empregados no Commercio	2:400\$000	
A' Faculdade de Pharmacia e Odontologia	10:000\$000	
A' Sociedade Amiga dos Pobres	1:200\$000	
A' Sociedade Legião Brasileira	2:400\$000	
Ao Commercial F. B. Club	4:000\$000	
Ao Botafogo F. B. Club	2:000\$000	
Ao Sport Club Palestra	2:000\$000	
Para o premio Dr. Manoel Octaviano	5:000\$000	
A' Associação de Estradas	600\$000	
A's Caixas Escolares dos 4 Grupos Escolares	400\$000	90:800\$000
u) EMPRESTIMOS DE CALÇAMENTO		
Pelos seguintes titulos:		
N. 6 de 1928, para fevereiro 14	32:000\$000	
N. 1 de 1928, para fevereiro 16	48:000\$000	
N. 4 de 1927, para fevereiro 17	75:873\$500	
N. 11 de 1928, para fevereiro de 17	44:800\$000	
N. 16 de 1928, para fevereiro 18	80:000\$000	
N. 6-A de 1928, para abril 30	16:000\$000	
A transportar	295:973\$500	1.251:500\$000

Fonte: Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto

ANEXO D – Fotografia do Estatuto do Asylo de Orphans Anália Franco (1922), anexado ao Livro de Atas.

Fonte: Loja Maçônica Estrella D'Oeste

ANEXO E – Fotografia da capa do livro de atas do Asylo de Orphans Anália Franco

Fonte: Loja Maçônica Estrella D'Oeste

ANEXO F - Fotografias da capa e de uma das folhas de registros do Livro de Matrículas do Asylo de Orphans Anália Franco

Fonte: Loja Maçônica Estrella D'Oeste

ASYLO DE ORPHANS "ANÁLIA FRANCO"									
RIBEIRÃO PRETO									
MATRÍCULA									
NÚMERO	MATRÍCULA			NOME	Naturalidade	QUALIFICAÇÃO			OBSERVAÇÕES
	DATA	ANO	Nº			PAI	MÃE	TUTOR	
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
1	15	junho	1917	1	Maria Inácia	29	Outubro	1914	
2	8	fevereiro	1917	2	Alzira de Almeida Santos	31	maio	1919	
3	2	maio	1917	3	Isaura de Paula Ramos	17	Outubro	1908	
4	4	maio	1917	4	Bartholomeu de Paula Lima	17	dezembro	1908	
5	29	julho	1917	5	Alzira Gentil	19	junho	1909	
6	29	julho	1917	6	Maria Barretto	10	abril	1910	
7	8	dezembro	1917	7	Conceição do Nascimento	30	dezembro	1902	
8	2	setembro	1917	8	Joana de Almeida	12	maio	1912	
9	11	setembro	1917	9	Roberto Leite de Amaral	16	abril	1900	
10	6	setembro	1917	10	Agnesa Ramos	10	junho	1902	
11	13	setembro	1917	11	Agostinho Ramos	10	junho	1902	
12	14	setembro	1917	12	Marcelina Ramos				
13	14	setembro	1917	13	Maria Berta Ramos				
14	14	setembro	1917	14	Amazônia Ramos				
15	14	setembro	1917	15	Lucia Ramos				
16	14	setembro	1917	16	Paula Antonietta Xavier	23	maio	1916	
17	14	setembro	1917	17	Waldy Xavier de Souza	5	agosto	1908	
18	14	setembro	1917	18	Elza Xavier de Souza	4	agosto	1909	
19	14	setembro	1917	19	Estherina Xavier de Souza	26	junho	1910	
20	14	setembro	1917	20	Eltonia Martins				
21	14	setembro	1917	21	Adelina Lacerda	5	fevereiro	1910	
22	2	agosto	1917	22	Alzira Gentil	30	junho	1909	
23	2	agosto	1917	23	Isaura Elisa	20	fevereiro	1910	
24	2	agosto	1917	24	Francisca Sanchez				
25	2	agosto	1917	25	Alzira Sanchez				
26	2	agosto	1917	26	Joanna Leite				
27	2	agosto	1917	27	Maria Leite				
28	2	agosto	1917	28	Alzira Teixeira				
29	12	agosto	1917	29	Maria Paula Lima	10	agosto	1915	
30	2	maio	1918	30	Maria de Jesus	3	abril	1908	
31	2	maio	1918	31	Waldy de Jesus	4	agosto	1916	
32	3	abril	1918	32	Augusto Stavro	26	maio	1910	
33	2	abril	1918	33	Adelina Stavro	30	outubro	1909	

Fonte: Loja Maçônica Estrella D'Oeste

ANEXO G – Transcrição do Livro de Matrículas do Asylo de Orphans Anália Franco até o ano de 1925 (ARAÚJO, 2010, p. 159 - 167)

Asylo de Orphans "Anália Franco"										MATRÍCULA							
Ribeirão Preto																	
Numero	Matrícula				Qualificação									Sahida			Observações
	Data			N.	Nome	Naturalidade	Idade			Pae	Mãe	Tutor	Data				
	Dia	Mês	Ano				Dia	Mês	Ano				Dia	Mês	Ano		
1	15	Janeiro	1917	1	Maria Geracina	Ouro Fino	29	Outubro	1914				20	12	1917		
2	8	Fevereiro	1917	2	Alice de Almeida	Sertãozinho	31	Março	1889		Anna Luzia de Almeida		30	3	1918		
3	2	Março	1917	3	Edviges de Paula Ramos	São Paulo	17	Outubro	1908	Luiz de Paula Ramos			20	maio	1920		
4	4	Março	1917	4	Durvalina de Paula Lima	Orlandia	17	Dezembro	1908	Joaquim de Paula Lima	Helena Loyolla		28	Outubro	1926		
5	29	Julho	1917	5	Lydia Gentil	São Paulo	19	Junho	1915	Vicente Gentil			5	Março	1919		
6	29	Julho	1917	6	Maria Barretto	Ribeirão Preto	10	Abril	1909		Maria Rosa Barretto		12	Maio	1919		
7	2	Setembro	1917	7	Conceição do Nascimento	Monte Azul	30	Dezembro	1902				15	Agosto	1920		
8	2	Setembro	1917	8	Jacyra de Almeida	Sertãozinho	12	Maio	1902		Anna Luzia de Almeida		10	Setembro	1920		
9	11	Setembro	1917	9	Rachel Leite de Amaral	Taquaritinga	16	Abril	1900	Custodio Leite do Amaral			10	Agosto	1919		
10	6	Outubro	1917	10	Corina Ramos	Sertãozinho	10	Junho	1902		Iria Augusta Ramos		18	Agosto	1924		
11	13	Outubro	1917	11	Margarida Ramos	Sertãozinho	10	Junho	1902		Iria Augusta Ramos		28	agosto	1923		
12	14	Outubro	1917	12	Mercedes Novaes					José de Castro Novaes			15	Maio	1921		
13	14	Outubro	1917	13	Maria Odete Novaes					José de Castro Novaes			12	Março	1923		
14	14	Outubro	1917	14	Semirames Novaes					José de Castro Novaes			15	Maio	1923		
15	14	Outubro	1917	15	Lucila Novaes					José de Castro Novaes			30	Janeiro	1944		
16	14	Outubro	1917	16	Dulce Antonietta Xavier		23	Maio	1910	José Tiburcio Xavier	Luzia antonietta Xavier		31	Janeiro	1928		
17	14	Outubro	1917	17	Odete Pereira de Souza	Ribeirão Preto	5	Setembro	1908		Amélia Pereira de Souza		12	Maio	1925		
18	14	Outubro	1917	18	Elza Pereira de Souza	Ribeirão Preto	4	Agosto	1909		Amélia Pereira de Souza		2	Outubro	1919		
19	14	Outubro	1917	19	Catharina Freitas de Souza	Ribeirão Preto	26	Janeiro	1910		Maria Ubaldina de Souza		5	Setembro	1924		
20	14	Outubro	1917	20	Petrolina Martins								11	Abril	1921		
21	14	Outubro	1917	21	Idalina Eversani		5	Fevereiro	1910	Hygino Eversani			24	Março	1922		
22	2	Novembro	1917	22	Clara Gentil	São Paulo	30	Janeiro	1909	Vicente Gentil			24	Maio	1921		

Numero	Matrícula				Qualificação									Sahida			Observações
	Data			N.	Nome	Naturalidade	Idade			Pae	Mãe	Tutor	Data				
	Dia	Mês	Ano				Dia	Mês	Ano				Dia	Mês	Ano		
23	2	Novembro	1917	23	Isaura Elisa	Ribeirão Preto	20	Fevereiro	1910		Seraphina Elisa		25	Agosto	1924		
24	2	Dezembro	1917	24	Francisca Sanches						Laudemira Sanches		22	Agosto	1924		
25	2	Dezembro	1917	25	Alzira Sanches						Laudemira Sanches		29	Junho	1918		
26	2	Dezembro	1917	26	Joanna Netto					Ignacio Netto			28	Julho	1919		
27	2	Dezembro	1917	27	Luiza Netto					Ignacio Netto			12	Novembro	1920		
28	2	Dezembro	1917	28	Amelia Ferreira							D. Emilia Oliveira (Avó)		Maio	1919		
29	12	Dezembro	1917	29	Maria Paula Lima	Orlandia	10	Agosto	1915		Helena Loyolla		5	Março	1920		
30	2	Março	1918	30	Maria de Jesus	Ribeirão Preto	3	Abril	1908		Francisca de Jesus		21	Janeiro	1921		
31	2	Março	1918	31	Odette de Jesus	Ribeirão Preto	4	Setembro	1916		Francisca de Jesus		22	Fevereiro	1921		
32	3	Abril	1918	32	Augusta Itavo	Ribeirão Preto	26	Março	1912	Bartholomeu Itavo			26	Dezembro	1925		
33	3	Abril	1918	33	Magdalena Itavo	Ribeirão Preto	30	Outubro	1909	Bartholomeu Itavo			26	Dezembro	1925		
34	3	Junho	1918	34	Jovina Rosa	Sertãozinho	6	Novembro	1906	José Rosa			10	Março	1919		
35	16	Junho	1918	35	Maria Domingos Pissará	Ribeirão Preto	17	Maio	1903	Antonio Pissará			5	Maio	1919		
36	2	Junho	1918	36	Mathilde Barretto	Ribeirão Preto	8	Setembro	1911		Maria Rosa Barretto		20	Janeiro	1921		
37	3	Junho	1918	37	Maria Luiza da Costa	Serra Azul	24	Setembro	1906	Luiz Costa			21	Janeiro	1921		
38	5	Junho	1918	38	Creuza Crisppi	Ribeirão Preto	5	Fevereiro	1907	João Crisppi			31	Janeiro	1920		
39	29	Junho	1918	39	Benedita de Oliveira Filha	Ribeirão Preto	29	Março	1912		Benedicta de Oliveira		1	Fevereiro	1919		
40	30	Junho	1918	40	Rosa A. Moura	Ribeirão Preto							5	Fevereiro	1919		
41	6	Agosto	1918	33	Arminda Decane	Ribeirão Preto	1	Dezembro	1910		Luiza Decane		7	Março	1919		
42	10	Agosto	1918	41	Helena Tacorazza	Casa Branca	1	Maio	1909		Maria Tacarozza		8	Maio	1919		
43	2	Setembro	1918	42	Jandyra Souza		8	Dezembro	1903	Joaquim Souza			30	Maio	1919		
44	7	Outubro	1918	43	Olga Talafia		2	Dezembro	1902	Antonio Talafia			1	Dezembro	1920		
45	10	Outubro	1918	44	Isabel Tacorazza	Casa Branca	2	Dezembro	1904		Maria do Carmo Tacorazza		12	Novembro	1919		
46	29	Novembro	1918	37	Maria A. Mattos		15	Fevereiro	1908	Antonio de Oliveira			21	janeiro	1920		

Numero	Matrícula				Qualificação									Sahida			Observações
	Data			N.	Nome	Naturalidade	Idade			Pae	Mãe	Tutor	Data				
	Dia	Mês	Ano				Dia	Mês	Ano				Dia	Mês	Ano		
47	1	Dezembro	1918	45	Leonor Mahtias	Ribeirão Preto	4	Março	1917	Luiz Matias			21	Janeiro	1920		
48	1	Dezembro	1918	46	Carmelia Mathias	Ribeirão Preto	7	Janeiro	1911	Luiz Matias			21	Janeiro	1920		
49	1	Dezembro	1918	47	Angelina Mathias	Ribeirão Preto	2	Outubro	1914	Luiz Matias			21	Janeiro	1920		
50	4	Dezembro	1918	50	Maria Albano	Ribeirão Preto	22	Março	1912		Maria Martins		2	Janeiro	1919		
51	6	Dezembro	1918	48	Leonor Ciqueline	Ribeirão Preto	21	maio	1905	Antonio Ciqueline			2	Janeiro	1919		
52	17	Dezembro	1918	49	Haydée Loureiro	Ribeirão Preto	11	Abril	1908				5	Fevereiro	1920		
53	17	Dezembro	1918	50	Isaltina Loureiro	Ribeirão Preto	21	Junho	1909	Antonio Loureiro			5	Fevereiro	1920		
54	13	Janeiro	1919	26	Iracema Bistolfi	Ribeirão Preto	10	Setembro	1907	Matheus Bistolfi			5	Fevereiro	1920		
55	13	Janeiro	1919	27	Maria da Gloria Bistolfi	Ribeirão Preto	25	Dezembro	1908	Matheus Bistolfi			5	Fevereiro	1920		
56	14	Janeiro	1919	28	Maria Gonzaga	Ribeirão Preto	21	Abril	1909		Maria Novaes		15	Março	1920		
57	14	Janeiro	1919	29	Maria Ida Palma	Ribeirão Preto	2	Outubro	1907		Angelina Palma		15	Março	1920		
58	4	Fevereiro	1919	43	Elza Ribeiro	Ribeirão Preto	18	Abril	1915	Luiz Ribeiro			15	Março	1920		
59	15	Fevereiro	1919	32	Maria de Jesus	Ribeirão Preto	2	Janeiro	1916		Maria Albina de Jesus		20	Abril	1920		
60	9	Março	1919	33	Francisca de Aguiar	Ribeirão Preto	17	Outubro	1917		Benedicta Aguiar		20	Abril	1920		
61	14	Março	1919	38	Maria de Oliveira		5	Maio	1906	Francisco de Oliveira			20	Abril	1920		
62	23	Abril	1919	37	Luiza Zanadréa	Ribeirão Preto	12	Janeiro	1911	Alexandre Zanandréa			20	Abril	1920		
63	5	Maio	1919	38	Maria Jose de Oliveira		11	Julho	1892	Antonio Francisco Carreira			30	Maio	1920		
64	10	Maio	1919	39	Djanira de Oliveira		19	Setembro	1908	Antonio Francisco Carreira			2	Agosto	1920		
65	15	Maio	1919	40	Maria de Jesus	Ribeirão Preto	3	Maio	1916		Laurinda M. de Jesus		3	Agosto	1921		
66	15	Maio	1919	41	Ercili de Jesus	Ribeirão Preto	17	Outubro	1914		Laurinda M. de Jesus		3	Agosto	1921		
67	15	Maio	1919	42	Benedicta Camillo	Ribeirão Preto	24	Abril	1912		Laurinda M. de Jesus		30	Maio	1920		
68	7	Junho	1919	44	Zaira de Castro		27	Novembro	1915	Ezequiel Peixoto			30	Maio	1920		
69	10	Agosto	1919	45	Djanira Brandão		25	Abril	1901	João Leoncio da Penha			10	Janeiro	1923		
70	1	Setembro	1919	46	Sebastiana Camparoli		4	Setembro	1909	Antônio Camparoli			5	Outubro	1921		

Numero	Matrícula				Qualificação								Sahida			Observações
	Data			N.	Nome	Naturalidade	Idade			Pae	Mãe	Tutor	Data			
	Dia	Mês	Ano				Dia	Mês	Ano				Dia	Mês	Ano	
71	14	Outubro	1919	35	Diamantina de Jesus	Ribeirão Preto	2	Setembro	1908		Olympia de Jesus		2	Fevereiro	1920	
72	16	Outubro	1919	30	Maria Faria	Ribeirão Preto	17	Outubro	1908		Etelvina de Faria		28	Outubro	1920	
73	16	Outubro	1919	31	Eva Palmerio	Ribeirão Preto	6	Julho	1913	Paschoal Palmerio			28	Outubro	1920	
74	7	Novembro	1919	48	Antonia Lucia Machado	Ribeirão Preto	4	Outubro	1908	Antonio de Souza Machado			28	Outubro	1920	
75	12	Novembro	1919	47	Maria Luiza de Araujo		22	Agosto	1909	Joaquim Luiz de Araujo			2	Novembro	1921	
76	13	Novembro	1919	49	Angelina Leite		17	Março	1912	Joaquim Thomé Leite			2	Novembro	1921	
77	14	Novembro	1919	36	Luiza Constancia	São Paulo	12	Fevereiro	1911	João Constancio			2	Novembro	1921	
78	5	Janeiro	1920	37	Fernanda Castilho	Ribeirão Preto	17	Outubro	1913		Luzia Castilho		5	Janeiro	1921	
79	5	Janeiro	1920	36	Luzia Castilho	Ribeirão Preto	5	Abril	1912		Luzia Castilho		5	Janeiro	1921	
80	9	Janeiro	1920	33	Jenny Baptista	Franca	14	Setembro	1908	Affonso Celso Baptista			18	Maio	1921	
81	15	Fevereiro	1920	38	Luiza Franco	Ribeirão Preto	23	Abril	1912		Benedicta Rocha		18	Maio	1921	
82	15	Fevereiro	1920	35	Odette de Jesus	Ribeirão Preto	8	Novembro	1913		Maria Albina de Jesus		18	Junho	1921	
83	27	Fevereiro	1920	39	Otylia Gonçalves		31	Agosto	1910		Sebastina Gonçalves		22	Dezembro	1921	
84	23	Março	1920	40	Almira Silva	Conquista	27	Setembro	1910		Maria Amelia Santos		20	Junho	1928	
85	18	Abril	1920	43	Jovina Guimarães		26	Fevereiro	1902		Jordina Carolina Guimarães		25	Agosto	1922	
86	18	Abril	1920	42	IracemA Alves								25	Agosto	1922	
87	18	Abril	1920	41	Eronidina Silva		7	Março	1913		Maria Amelia Santos		20	Junho	1928	
88	17	Junho	1920	44	Hermínia Amélia		7	Fevereiro	1907				20	Junho	1925	
89	17	Junho	1920	46	Benedicta Pessy		25	Dezembro	1912	Angelo Pessy			20	Junho	1925	
90	24	Junho	1920	45	Maria Nathalina		3	Dezembro	1913		Anna Carolina de Jesus		20	Junho	1925	
91	25	Agosto	1920	47	Adail Siva		7	Junho	1915		Maria Amelia dos Santos		20	Junho	1928	
92	6	Setembro	1920	48	Laura Rodrigues	Ribeirão Preto	3	Maio	1912				8	Março	1923	
93	8	Outubro	1920	49	Olinda Nair Moraes		14	Dezembro	1913	Antonio da Costa			8	Março	1923	
94	18	Novembro	1920	50	Heringuetta A. Fonseca		25	Dezembro	1912		Maria Rita Amaral		25	Marco	1923	

Numero	Matrícula				Qualificação									Sahida			Observações
	Data			N.	Nome	Naturalidade	Idade			Pae	Mãe	Tutor	Data				
	Dia	Mês	Ano				Dia	Mês	Ano				Dia	Mês	Ano		
95	8	Janeiro	1921	45	Augusta Gonçalves		28	Agosto	1918	Amador Gonçalves			25	Março	1923		
96	8	Janeiro	1921	46	Amelia Gonçalves		3	Maio	1916	Amador Gonçalves			7	Setembro	1923		
97	8	Janeiro	1921	47	Rosana Golçalves		13	Janeiro	1914	Amador Gonçalves			12	Janeiro	1923		
98	8	Janeiro	1921	48	Delfina Lucia	Conquista	10	Maio	1918	Antonio Lucio			12	Janeiro	1923		
99	12	Janeiro	1921	49	Corina Cruzeiro		18	Janeiro	1910		Pursina Cruzeiro		12	Janeiro	1923		
100	15	Janeiro	1921	50	Benedicta Souza		12	Janeiro	1913		Idalina Souza		11	Maio	1923		
101	15	Janeiro	1921	51	Anna Souza		14	Novembro	1911		Idalina Souza		11	Maio	1923		
102	31	Março	1921	52	Florinda Lourenço		25	Agosto	1916		Sophia Lourenço		11	Maio	1923		
103	10	Abril	1921	58	Julietta Borges		29	Julho	1914	João Borges			30	Março	1923		
104	10	Maio	1921	53	Fanny Rodrigues	Pedregulho	28	Setembro	1912	Camillo Rodrigues			30	Março	1923		
105	10	Maio	1921	54	Nair Rodrigues	Pedregulho	14	Junho	1913	Camillo Rodrigues			19	Novembro	1922		
106	10	Maio	1921	55	Cyrene Rodrigues	Pedregulho	12	Junho	1918	Camillo Rodrigues			19	Novembro	1922		
107	4	Julho	1921	57	Lydia Necchy		20	Janeiro	1919	João Neccy			3	Outubro	1923		
108	28	Julho	1921	15	Ruth Roland								12	Novembro	1935		
109	30	Julho	1921	59	Sebastiana Carvalho		24	Agosto	1913	João de Carvalho			3	Outubro	1924		
110	30	Julho	1921	60	Benediata Carvalho		28	Janeiro	1910	João de Carvalho			3	Outubro	1923		
111	30	Agosto	1921	62	Pedrina Souza		29	Junho	1907		Idalina Souza		3	Outubro	1926		
112	9	Setembro	1921	65	Dalva Santos		4	Maio	1921	Amador Gonçalves			1	Maio	1923		
113	17	Outubro	1921	63	Nair Lima		4	Maio	1912	Antonio Lima			1	Maio	1923		
114	10	Maio	1922	57	Thereza Martins Lopes		7	Junho	1918	Jose Lopes Candido			1	Maio	1923		
115	28	Maio	1922	58	Maria Martins Lopes		20	Fevereiro	1915	Jose Lopes Candido			1	Maio	1923		
116	28	Maio	1922	59	Francisca Martins Lopes		26	Julho	1914	Jose Lopes Candido			1	Maio	1923		
117	28	Maio	1922	60	Leonor Pereira Martins		4	Fevereiro	1911	Francisco Pereira			30	Março	1924		
118	2	Junho	1922	61	Rosa Aparecida							Lourenco de Barros Moura	30	Marco	1924		

Numero	Matrícula				Qualificação									Sahida			Observações
	Data			N.	Nome	Naturalidade	Idade			Pae	Mãe	Tutor	Data				
	Dia	Mês	Ano				Dia	Mês	Ano				Dia	Mês	Ano		
119	13	Julho	1922	65	Isolina do Nascimento	Ribeirão Preto	13	Novembro	1913	Fructuoso do Nascimento	Maria do Nascimento		4	Novembro	1927		
120	30	Julho	1922	66	Maria Rosa da Conceição		4	Abril	1913		Anna Sebastina		4	Dezembro	1925		
121	3	Agosto	1922	65	Maria José		15	Junho	1915				4	Dezembro	1925		
122	19	Setembro	1922	67	Hercelina Lydia de Jesus	Ribeirão Preto	18	Setembro	1911	Alfredo Cordosa	Lydia Porfirio de Jesus		25	Dezembro	1928		
123	20	Setembro	1922	68	Alaide de Oliveira		5	Novembro	1909		Anna faria de Oliveira		3	Fevereiro	1924		
124	20	Setembro	1922	69	Jacy de Oliveira		21	Agosto	1912		Anna Faria de Oliveira		3	Fevereiro	1924		
125	13	Outubro	1922	62	Margarida de Oliveira	Igarapava	26	Junho	1915	João de Oliveira			3	Fevereiro	1924		
126	22	Novembro	1922	72	Benedicta Philadelpha		21	Agosto	1914		Otilia Maria da Conceição		3	Fevereiro	1924		
127	27	Novembro	1922	73	Odette dos Santos		11	Outubro	1920		Amelia dos Santos		16	Junho	1923		
128	1	Dezembro	1922	74	Olinda Hanna		31	Outubro	1908		Sophia Hanna		19	Junho	1924		
129	7	Dezembro	1922	75	Elvira Prataes		4	Julho	1918	Prisco da Cruz Prates			11	Maio	1923		
130	7	Dezembro	1922	76	Benedicta Prates	Ribeirão Preto	9	Maio	1922	Prisco da Cruz Prates			25	Março	1925		
131	24	Março	1923	68	Claudina Rosa		25	Maio	1916	Amadeu Rosa			25	Março	1925		
132	6	Agosto	1923	69	Francisca de Oliveira Brandão		25	Julho	1918	Alexandre de Oliveira Brandão			25	Março	1925		
133	19	Agosto	1923	70	Maria José	Ribeirão Preto	12	Dezembro	1915	Albano Benedito			10	Agosto	1927		
134	19	Agosto	1923	71	Maria Aparecida				1914				14	Agosto	1927		
135	1	Setembro	1923	78	Dulce Silva					Pedro Antonio da Silva			14	Agosto	1927		
136	1	Setembro	1923	80	Natividade de Andrade						Anna Gondra de Andrade		14	Agosto	1927		
137	28	Setembro	1923	75	Herceli de Mello Rego		11	Agosto	1914	Horacio de Mello Rego			30	Março	1928		
138	28	Setembro	1923	76	Maria d eLourdes Rego		20	Junho	1918	Horacio de Mello Rego			19	Março	1928		
139	12	Dezembro	1923	69	Erna Steyspal	Austria	17	Agosto	1917		Anna Steyspal		19	Março	1928		
140	1	Janeiro	1924	74	Benvinda								19	Março	1928		
141	5	Janeiro	1924	68	Maria Meirelles		4	Setembro	1916		Alzira Meirelles		9	Março	1935		
142	8	Janeiro	1924	2	Maria Missan Campos	Casa Branca				Ludovino Campos	Lucia Grandine		9	Marco	1935		

Numero	Matrícula				Qualificação									Sahida			Observações
	Data			N.	Nome	Naturalidade	Idade			Pae	Mãe	Tutor	Data				
	Dia	Mês	Ano				Dia	Mês	Ano				Dia	Mês	Ano		
143	12	Janeiro	1924	58	Dalva Gonçalves					Maria Santiago			9	Março	1935		
144	15	Janeiro	1924	70	Tarcila Guimarães		5	Junho	1919	Francisco Marques Guimarães			30	Novembro	1936		
145	9	Fevereiro	1924	73	Eurides Celso Cruz	Ipaussú	24	Maio	1915	Euclides Celso Cruz			25	Setembro	1934		
146	9	Fevereiro	1924	74	Hercília Celso Cruz	Iapaussú	16	Outubro	1913	Euclides Celso Cruz			25	Setembro	1934		
147	14	Fevereiro	1924	64	Anna Nogueira								20	Abril	1926		
148	18	Fevereiro	1924	76	Cham de Campos	Sertãozinho	18	Abril	1914	Ludovino Campos			5	Outubro	1930		
149	18	Fevereiro	1924	75	Betty Campos	Sertãozinho	5	Outubro	1918	Ludovino Campos			5	Outubro	1930		
150	26	Fevereiro	1924	22	Maria Bia Martins					Francisco Martins	Maria Martins		5	Outubro	1930		
151	13	Março	1924	4	Luiza Aguiar					Francisco de Freitas			5	Outubro	1930		
152	14	Março	1924	56	Josephina Macarrão	Altinópolis			1916	Abrahão José Macarrão	Carmem Macarrão		29	Julho	1931		
153	14	Março	1924	40	Evelina Macarrão	Turquia	18	Agosto	1914	Abrahão José Macarrão	Carmem Macarrão		29	Julho	1931		
154	14	Março	1924	20	Linda Macarrão	Altinópolis				Abrahão José Macarrão	Carmem Macarrão		29	Julho	1931		
155	4	Abril	1924	7	Leontina Magalhães	Uberaba	28	Agosto	1913	Theotonio Magalhães	Celestina Magalhães		25	Dezembro	1928		
156	12	Abril	1924	30	Maria Paula	Ribeirão Preto	14	Outubro	1914	Albano Barbosa	Maria Paula		8	Agosto	1927		
157	12	Maio	1924	27	Laura de Oliveira	Cravinhos	12	Janeiro	1914	Francisco Gomes de Oliveira	Rosa Martins de Souza	Armando Gonçalves	24	Dezembro	1931		
158	17	Junho	1924	59	Odette Dias Guimarães	Ribeirão Preto	14	Agosto	1920	Lourenço de Freitas Guimarães	Amelia Dias Guimarães		27	Agosto	1935		
159	17	Junho	1924	42	Alzira Dias Guimarães	Ribeirão Preto	5	Fevereiro	1921	Lourenço de Freitas Guimarães	Amelia Dias Guimarães		31	Agosto	1935		
160	17	Junho	1924	33	Maria Dias Guimarães	Ribeirão Preto	27	Junho	1918	Lourenço de Freitas Guimarães	Amelia Dias Guimarães		31	Agosto	1935		
161	11	Junho	1924	41	Isaura de Oliveira	Conquista	11	Abril	1919	Manoel de Oliveira Magalo	Zelinda Rossi de Oliveira		6	Outubro	1928		
162	11	Junho	1924	57	Cecília de Oliveira	São Paulo	15	Novembro	1921	Manoel de Oliveira Magalo	Zelinda Rossi de Oliveira		6	Outubro	1928		
163	11	Junho	1924	21	Zulmira de Oliveira	São Paulo	8	Abril	1917	Manoel de Oliveira Magalo	Zelinda Rossi de Oliveira		6	Outubro	1928		
164	14	Agosto	1924	54	Sebastiana de Jesus	Viradouro	17	setembro	1915		Maria Fernandes		10	Janeiro	1927		
165	12	Setembro	1924	14	Francisca de Aguiar	Ribeirão Preto	11	Outubro	1917	Francisco de Freitas	Maria de Aguiar		10	Janeiro	1927		
166	9	Outubro	1924	38	Anna Barbosa	Ribeirão Preto	14	Junho	1918	Manoel Barbosa	Margarida Barbosa		10	Janeiro	1927		

Numero	Matrícula				Qualificação								Sahida			Observações
	Data			N.	Nome	Naturalidade	Idade			Pae	Mãe	Tutor	Data			
	Dia	Mês	Ano				Dia	Mês	Ano				Dia	Mês	Ano	
167	20	Outubro	1924	48	Rygina de Jesus Dias	Uberaba	11	Janeiro	1912	Marcolino José Dias	Anna Maria de Jesus		30	Abril	1928	
168	10	Novembro	1924	37	Amelia de Oliveira	Ribeirão Preto	16	Novembro	1914	Vespasiano de Oliveira	Antonia de Oliveira		19	Março	1929	
169	10	Novembro	1924	56	Ivone de Oliveira	Ribeirão Preto				Vespasiano de Oliveira	Antonia de Oliveira		23	Fevereiro	1929	
170	12	Novembro	1924	45	Sttella Aparecida	Ribeirão Preto	13	Maio	1919		Julieta Barbosa		23	Julho	1935	
171	3	Dezembro	1924	39	Maria de Loudes de Oliveira	Cascavel	5	Maio	1916	José de Oliveira	Maria Marques de Oliveira		9	Março	1938	
172	3	Dezembro	1924	55	Lindonor de Oliveira	Cascavel	8	Agosto	1921	José de Oliveira	Maria Marques de Oliveira		15	Agosto	1929	Faleceu
173	3	Dezembro	1924	10	Sebastiana de Oliveira	Cascavel	6	Abril	1909	José de Oliveira	Maria Marques de Oliveira		23	Fevereiro	1926	
174	2	Fevereiro	1924	11	Maria de Lourdes	Ribeirão Preto	18	Outubro	1915			José de Oliveira	23	Maio	1927	
175	7	Fevereiro	1925	66	Joanna Vieira Pontes	Ponta-Poran	19	Agosto	1918	Hermogenes Vieira Pontes	Isaura Bernardes da Silva		1	Julho	1937	
176	7	Fevereiro	1925	65	Orades Viera Pontes	Ponta-Poran	21	Abril	1920	Hermogenes Vieira Pontes	Isaura Bernardes da Silva		26	Novembro	1936	
177	8	Fevereiro	1925	77	Aracy da Silva	Ribeirão Preto	14	Outubro	1916				9	Maio	1927	
178	12	Março	1925	52	Aparecida de Jesus	Viradouro	16	Abril	1917		Maria Fernandes		9	Março	1929	
179	13	Março	1925	44	Maria José da Rodrigues	Jardinopolis	24	Março	1916	Angelo Rodrigues da Silveira	Maria Marcolina de Jesus	D. Rosa de Lima (Tta)	11	Setembro	1931	
180	8	Abril	1925	72	Philomena Diogo	São Paulo	10	Julho	1914	João de Sousa Ribeiro	Anna Diogo Ribeiro		16	Junho	1929	
181	14	Abril	1925	61	Elisa Mendes	Ribeirão Preto	10	Julho	1915	Alfredo Mendes dos Santos	Adelaide Mendes dos Santos	Antônio dos Santos (avô)	1	Julho	1928	
182	25	Maio	1925	67	Alexandrina Martins da Silva	Pitangueiras	13	Fevereiro	1920	Marcolino Martins	Anna Antônia de Jesus	Manoel dos Reis Martins	17	Abril	1940	
183	25	Maio	1925	51	Maria Martins da Silva	Pitangueiras	21	Março	1912	Marcolino Martins	Anna Antônia de Jesus	Manoel dos Reis Martins	10	Maio	1935	
184	25	Maio	1925	68	Catharina martins da Silva	Pitangueiras	22	Julho	1914	Marcolino Martins	Anna Antônia de Jesus	Manoel dos Reis Martins	13	Junho	1935	
185	25	Maio	1925	70	Sebastiana Martins da Silva	Jaboticabal	10	Agosto	1916	Marcolino Martins	Anna Antônia de Jesus	Manoel dos Reis Martins	1	Fevereiro	1939	Professora
186	25	Maio	1925	69	Eva Martins da Silva	Pitangueiras	10	Maio	1918	Marcolino Martins	Anna Antônia de Jesus	Manoel dos Reis Martins	6	Fevereiro	1939	
187	25	Maio	1925	7	Alice dos Santos	Ribeirão Preto	14	Outubro	1913	João Matias dos Santos	Joanna dos Santos	Antonio dos Santos (tio)	19	Março	1939	
188	1	Junho	1925	33	Ermelinda Rodrigues	Catalão	8	Outubro	1916	Manoel Rodrigues	Virginia Maria de Oliveira		18	Junho	1940	
189	10	Junho	1925	67	Esmeralda Carvalho	São Simão	7	Junho	1914	Manoel Carvalho	Marcolina da Silva Carvalho		13	Setembro	1925	
190	13	Junho	1925	82	Isoleta Cruz	Chavantes	12	Abril	1919	Eurico Santos da Cruz	Maria Ferreira		31	Janeiro	1939	

Numero	Matrícula				Qualificação									Sahida			Observações
	Data			N.	Nome	Naturalidade	Idade			Pae	Mãe	Tutor	Data				
	Dia	Mês	Ano				Dia	Mês	Ano				Dia	Mês	Ano		
191	13	Junho	1925	81	Isabel Cruz	Chavantes			1923	Eurico Santos da Cruz	Maria Ferreira		9	Agosto	1939		
192	13	Junho	1925	80	Maria Cruz	Chavantes			1921	Eurico Santos da Cruz	Maria Ferreira		6	Janeiro	1925	Professora	
193	10	Agosto	1925	78	Delicia Barbosa Lima							Jose da Cunha Junqueira	21	Maio	1929		
194	13	Setembro	1925	83	Stella Mattos	Pennapolis	11	Maio	1914	Manoel Ribeiro de Mattos	Albertina Mattos		9	Fevereiro	1933		
195	8	Novembro	1925	16	Maria da Conceição	Ouro-Fino	8	Abril	1924		Anna Lima		1	Março	1930		
196	14	Novembro	1925	85	Christina Artese	Bebedouro				Severo Artese	Catharina Pallaci Artese		1	Março	1930		
197	14	Novembro	1925	86	Elza Artese	Bebedouro				Severo Artese	Catharina Pallaci Artese		1	Março	1930		
198	14	Novembro	1925	84	Miquelina Artese	Bebedouro				Severo Artese	Catharina Pallaci Artese		1	Março	1930		